

Plano Diretor Municipal Velas

FASE 1 – V- SETOR URBANO

maio, 2019

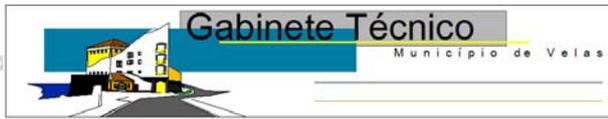


~

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE
VELAS – SÃO JORGE**

FASE 1 – V- SETOR URBANO

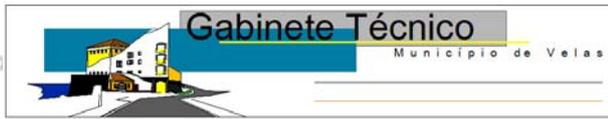
maio, 2019



Índice Geral

Volumes	
I	Enquadramento
II	Setor Biofísico
III	Setor Demográfico
IV	Setor Socioeconómico
V	Setor Urbano
VI	Setor das Infraestruturas
VII	Setor dos Equipamentos Coletivos
VIII	Diagnóstico
IX	AAE- Definição de Âmbito

Nota: Este relatório foi elaborado na sua totalidade pela Equipa Técnica do Plano.

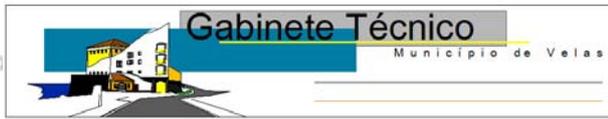


Equipa Técnica da Câmara Municipal de Velas

Equipa	Formação	Competências
Júlio Rodrigues	Arquitetura	Coordenador Geral
Jorge Henriques	Geografia	Coordenador dos Trabalhos
Sandra Cabral	Geografia e Planeamento Regional	Equipa Técnica

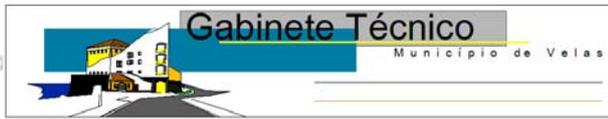
Equipa Técnica do Plano

Equipa	Formação	Competências
Helena Calado	Ordenamento do Território	Coordenador dos Trabalhos
Fabiana Moniz	Sociologia e Cidadania Ambiental e Participação	Equipa Técnica
Carla Fortuna	Arquitetura	Equipa Técnica
Marta Vergílio	Engenharia do Ambiente	Equipa Técnica
António Medeiros	Sistemas de Informação Geográfica	Equipa Técnica

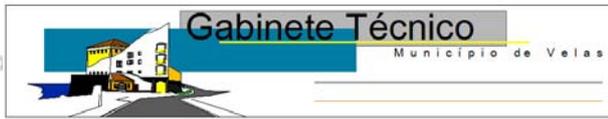


Índice

1.	Introdução	10
2.	Rede Urbana	11
2.1	Densidade de Povoamento e Grau de Urbanização	14
2.2	Dimensão e Distribuição dos Lugares	17
3.	Caraterísticas do Solo Urbano	24
3.1	Formas morfológicas e funcionais dominantes	24
3.1.1	Velas	24
3.1.2	Rosais	30
3.1.3	Santo Amaro	34
3.1.4	Urzelina	38
3.1.5	Manadas	42
3.1.6	Norte Grande	46
3.2	Grau de preenchimento do perímetro urbano	54
4.	Espaços Públicos	65
4.1	Áreas Críticas	74
4.2	Espaços Turísticos	78
5.	Dinâmica Urbanística	83
5.1	Processos de licenciamento enquadrados nas classificações do PDM	98
6.	Gestão Urbanística	101
6.1	Planos Municipais de Ordenamento do Território	101
6.2	Outros Instrumentos de Gestão Territorial	105
6.2.1	PNPOT	105
6.2.2	PROTA	105
6.2.3	POTRAA	111
6.2.4	POOC	113
6.3	Projetos Relevantes em Curso ou Programados	118
6.4	Participação Pública	119
7.	Património Histórico-Cultural	121
7.1	Património Cultural Imóvel Classificado	121
7.2	Património Arqueológico	123
7.3	Património Imóvel Inventariado	127



7.4	Casas Típicas	136
7.5	Gastronomia	138
7.6	Artesanato	139
7.7	Festividades	140
7.8	Lendas	142
8.	Referências Bibliográficas.....	144
	Anexo I - Auscultação Prévia – Participação Pública	146



Índice de figuras

Figura 1. Serroa.....	13
Figura 2. Esquema de distribuição dos aglomerados no concelho de Velas	13
Figura 3. Dimensão funcional e relações entre aglomerados	22
Figura 4. Hierarquia da rede urbana.....	23
Figura 5. Entre Morros e Espaço a Este da Casa de Repouso	66
Figura 6. Largo da Relva (Beira) e Largo do Viteleiro (Fajã do Ouvidor)	66
Figura 7. Rua da Gruta e Rua Maestro Francisco Lacerda	67
Figura 8. Marginal dos Casteletes (Urzelina) e Percurso pedonal Fajã das Almas	68
Figura 9. Jardim da República (Velas) e Trilho Botânico (Velas)	68
Figura 10. Parque Florestal nas Macelas	69
Figura 11. Parque Florestal das 7 Fontes (Rosais)	70
Figura 12. Miradouro do Carregadouro (Santo Amaro) e Miradouro Caminho das Arvores (Urzelina).....	71
Figura 13. Informação junto à Torre (Urzelina) e Informação junto ao Forte (Manadas)	72
Figura 14. Adro Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Rosais) e Adro Igreja de Santo Amaro (Santo Amaro)	73
Figura 15. Pavilhão Multiusos (Beira) e Escola (Ribeira da Areia)	74
Figura 16. Edifício para cooperativa (Rosais) e Escola (Ponta)	75
Figura 17. Zona Industrial (Velas)	76
Figura 18. Movimento de massa de vertente no acesso à Fajã da Ribeira da Areia (Norte Grande) e Fajã das Almas (Manadas).....	78
Figura 19. Centro de exposição Rural da Urzelina e Núcleo Museológico dos Rosais.....	79
Figura 20. Casa da Ermida (Santo Amaro) e Quinta de São Pedro (Velas)	82
Figura 21. Cantinho das Buganvilias Resort (Santo Amaro)	82
Figura 22. Parque de Campismo de Velas	82
Figura 23. Gráfico das licenças concedidas para construção para as ilhas do grupo central (2005-2016).85	
Figura 24. Processos de licenciamento (2005-2017)	86
Figura 25. Distribuição de processos de licenciamentos por usos (2005-2017).....	86
Figura 26. Licenciamentos por tipo de obra (2005-2017)	87
Figura 27. Licenciamentos por freguesia (2005-2017)	87
Figura 28. Distribuição de processos de licenciamento por freguesia (2005-2017).....	88
Figura 29. Gráfico do edificado licenciado e construído no concelho de Velas (2005-2017).....	91
Figura 30. Evolução dos Edifícios de Habitação Familiar Clássicos (Parque habitacional), concelho de Velas	92
Figura 31. Edifícios concluídos em construções novas de habitação familiar no concelho de Velas (2011-2017).....	93
Figura 32. Evolução Pavimentos por edifício concluído em construções novas para habitação familiar ..95	
Figura 33. Evolução Fogos Concluídos por Pavimento em construções novas para habitação familiar96	
Figura 34. Evolução Divisões por Fogo Concluído em construções novas para habitação familiar	96
Figura 35. Evolução Superfície Habitável Média das divisões concluídas em construções novas para habitação familiar	97
Figura 36. Distribuição dos processos de licenciamento não concluídos pelo concelho (2005-2017).....	100
Figura 37. Distribuição das participações recebidas no concelho de Velas.....	120
Figura 38. Paços do Concelho de Velas e Igreja de Santa Barbara (Manadas)	122
Figura 39. Moinho de Vento (Urzelina) e Casa dos Mistérios (Santo Amaro)	122
Figura 40. Casa de habitação, Ermida de Nossa Senhora do Livramento e Portão do Mar	123
Figura 41. Sítios inventariados por freguesia	124
Figura 42. Elementos Inventariados por Categoria	128
Figura 43. Elementos Inventariados por freguesia	128
Figura 44. Plantas de moradia tipo linear (Dir. planta tipo; Esq. planta de evolução para o L).....	137

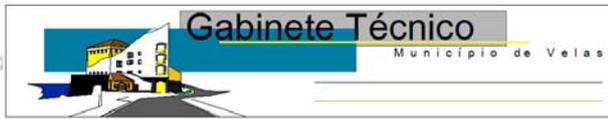
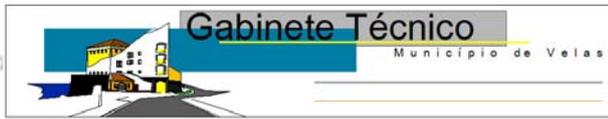


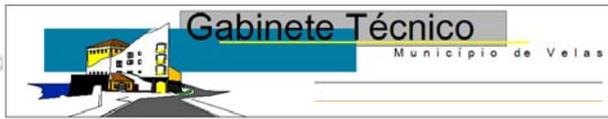
Figura 45. Plantas de moradia tipo com a cozinha perpendicular aos quartos (Dir. forma de T; Esq. Forma de L)	137
Figura 46. Moradia tipo linear (Rosais) e Moradia “Chalet” (Urzelina)	138
Figura 47. Doçaria tradicional espécies e esquecidos	139
Figura 48. Bordados e teares	140

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição dos lugares por freguesia (INE)	11
Quadro 2. Distribuição de espaços urbanos por freguesia (PDM)	12
Quadro 3. Distribuição dos aglomerados por freguesia	14
Quadro 4. Evolução da densidade populacional (1991, 2001, 2011)	15
Quadro 5. Tipologia de Áreas Urbanas, 2014, no concelho de Velas	16
Quadro 6. Expressão do espaço urbano por freguesia	16
Quadro 7. Dimensão dos aglomerados	18
Quadro 8. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados	19
Quadro 9. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados	20
Quadro 10. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados	21
Quadro 11. Aglomerado Vila de Velas	25
Quadro 12. Aglomerado Beira	27
Quadro 13. Aglomerado São Pedro	29
Quadro 14. Aglomerado Rosais	31
Quadro 15. Aglomerado Fajã do João Dias	33
Quadro 16. Aglomerado Santo Amaro	34
Quadro 17. Aglomerado Queimada	36
Quadro 18. Aglomerado Toledo	37
Quadro 19. Aglomerado Urzelina	39
Quadro 20. Aglomerado Ribeira do Nabo	41
Quadro 21. Aglomerado Manadas	44
Quadro 22. Aglomerado Fajã das Almas	45
Quadro 23. Aglomerado Santo António	47
Quadro 24. Aglomerado Norte Grande	48
Quadro 25. Aglomerado Fajã d’Além	50
Quadro 26. Aglomerado Fajã do Ouvidor	51
Quadro 27. Aglomerado Ribeira da Areia	52
Quadro 28. Aglomerado Fajã Ribeira da Areia	53
Quadro 29. Ocupação do edificado na freguesia de Velas	55
Quadro 30. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Velas	56
Quadro 31. Ocupação urbana na freguesia de Rosais	57
Quadro 32. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Rosais	57
Quadro 33. Ocupação urbana na freguesia de Santo Amaro	58
Quadro 34. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Santo Amaro	59
Quadro 35. Ocupação urbana na freguesia de Urzelina	59
Quadro 36. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Urzelina	60
Quadro 37. Ocupação urbana na freguesia de Manadas	60
Quadro 38. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Manadas	61
Quadro 39. Ocupação urbana na freguesia de Norte Grande	62
Quadro 40. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Norte Grande	63
Quadro 41. Espaços de Contemplação	70



Quadro 42. Espaços de Saúde	71
Quadro 43. Espaços de Arqueologia.....	72
Quadro 44. Espaços por Edifício	73
Quadro 45. Lista de Edifícios	74
Quadro 46. Habitações abandonadas e/ou devolutas	75
Quadro 47. Habitações abandonadas e/ou devolutas	76
Quadro 48. Imóveis e elementos em mau estado de conservação e/ ou abandono.....	77
Quadro 49. Espaços turísticos associados ao sol/mar.....	80
Quadro 50. Espaços turísticos associados ao sol/mar.....	81
Quadro 51. Licenças concedidas para construção (2005-2016).....	84
Quadro 52. Licenças concedida para construção, por destino da obra, na ilha de São Jorge (2005-2016)	85
Quadro 53. Licenciamento de obras de construção por freguesia (2005-2017)	88
Quadro 54. Processos de licenciamento para habitação segundo o tipo de construção (2005-2017)	88
Quadro 55. Operações de Loteamento Urbano (01/1998- 01/2018).....	90
Quadro 56. Edifícios Concluídos, por tipo de Obra e Destino da obra	91
Quadro 57. Edifícios de habitação familiar clássica (parque habitacional)	92
Quadro 58. Edifícios concluídos em construções novas (edifícios de apartamentos e moradias).....	92
Quadro 59. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por tipologia (n.º).....	93
Quadro 60. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por entidade promotora .	94
Quadro 61. Indicadores das Construções novas concluídas para habitação familiar.....	94
Quadro 62. Processos de arquitetura licenciados, por freguesia (2005-2017)	98
Quadro 63. Processos de arquitetura licenciados, por classificação do PDM, uso e freguesia (2005-2017)	98
Quadro 64. Número de processos de licenciamento não concluídos (2005-2017).....	99
Quadro 65. Número de processos não concluídos por classificação do PDM (2005-2017)	99
Quadro 66. Parâmetros do PDM de espaços de solo urbano.....	101
Quadro 67. Parâmetros do PDM em espaços de solo rústico, onde é possível edificar.	104
Quadro 68. Parâmetros na ausência de PMOT em solo urbano (POOC).....	116
Quadro 69. Projetos relevantes em curso (2018).....	118
Quadro 70. Ações a realizar de acordo com o Plano Orçamental e Plurianual de 2018	118
Quadro 71. Projetos em desenvolvimento (2018)	119
Quadro 72. Património cultural imóvel classificado.....	121
Quadro 73. Património Imóvel em processo de classificação	123
Quadro 74. Património Arqueológico na freguesia de Rosais	124
Quadro 75. Património Arqueológico na freguesia de Velas.....	124
Quadro 76. Património Arqueológico na freguesia de Santo Amaro	125
Quadro 77. Património Arqueológico na freguesia de Urzelina.....	126
Quadro 78. Património Arqueológico na freguesia de Manadas	126
Quadro 79. Património Arqueológico na freguesia de Norte Grande	127
Quadro 80. Unidades Paisagísticas Construídas.....	129
Quadro 81. Conjuntos de edifícios e de outras construções.....	129
Quadro 82. Edifícios isolados – Arquitetura doméstica.....	130
Quadro 83. Construções utilitárias – agrárias, piscatórias e de produção artesanal	134
Quadro 84. Vestígios arqueológicos	136
Quadro 85. Gastronomia por freguesia.....	139
Quadro 86. Festividades por freguesia.....	141
Quadro 87. Lendas associadas ao concelho de Velas.....	142



Siglas e Acrónimos

AMU – Área Medianamente Urbana

APIA – Área de Pequena Indústria e Armazéns

APL – Arquivo Português de Lendas

APR – Área Predominantemente Rural

APU – Área Predominantemente Urbana

BGRI – Base Geográfica de Referência de Informação

CEAO – Centro de Estudos Ataíde Oliveira

CMV – Câmara Municipal de Velas

DLR – Decreto Legislativa Regional

DLR – Decreto Legislativo Regional

DRR – Decreto Regulamentar Regional

DRT – Direção Regional do Turismo

DRC – Direção Regional da Cultura

EEVT – Espaços Específicos de Vocação Turística

IGT – Instrumentos de Gestão do Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PDM – Plano Diretor Municipal

PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território

PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

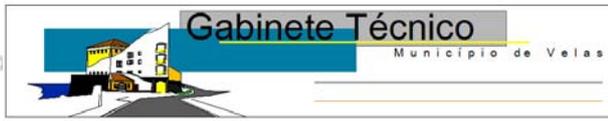
POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

PP – Plano de Pormenor

PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

PU – Plano de Urbanização

RAA – Região Autónoma dos Açores

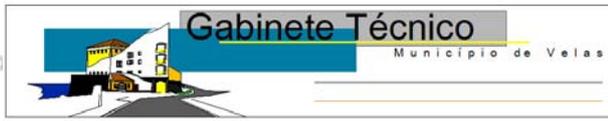


SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

TER – Turismo em Espaço Rural

TIPAU – Tipologia de Áreas Urbanas

ZI – Zona Industrial



1. Introdução

No setor urbano procura-se caracterizar os aglomerados urbanos do concelho de Velas com o objetivo de analisar a evolução da ocupação do edificado e compreender a forma e organização da malha urbana. Nesta análise considera-se os diversos usos existentes no território como as tipologias do edificado e dos espaços públicos e identifica-se o património histórico e cultural.

O presente relatório integra a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Velas e está organizado em vários capítulos, os seguintes:

- O capítulo 2 apresenta a rede urbana, com a identificação dos vários aglomerados existentes no concelho, avaliando a densidade de povoamento, o grau de urbanização, o tipo de povoamento, a dimensão e distribuição dos lugares;
- O capítulo 3 exhibe as características dos aglomerados em solo urbano, que englobou também a caracterização dos aglomerados das fajãs em solo rústico, devido à particularidade do seu território, ao formar aglomerados junto ao mar com características específicas;
- O capítulo 4 mostra os espaços públicos do concelho, com a identificação das diferentes tipologias de espaços, a identificação das áreas críticas e o enumerar dos espaços turísticos;
- O capítulo 5 avalia os dados disponibilizados pelo município e entidades de estatísticas, nacional e regional, referentes às licenças de construção concedidas e as especificidades das edificações concluídas;
- O capítulo 6 identifica os vários instrumentos de gestão do território (IGT) relacionados com a revisão do PDM incluindo o documento em vigor do PDM, com o intuito de identificar os parâmetros a obedecer referente aos espaços em solo urbano e em solo rústico, identificar os projetos relevantes previstos e em curso no município e a avaliação da intervenção pública.
- Por fim, o capítulo 7 com a caracterização do património histórico-cultural, incluindo o património imóvel classificado, património arqueológico, património inventariado, a gastronomia, o artesanato e as lendas.

A avaliação do território fez-se por meio de imagens de satélite disponíveis on-line, das cartas disponíveis e por levantamento fotográfico ao concelho. Os estudos foram elaborados com o auxílio do programa QGIS, onde foram introduzidos os dados da carta de ordenamento do PDM atual e da carta militar.

Foi tomada em consideração a informação recebida até 31 de maio de 2018.



2. Rede Urbana

A rede urbana procura caracterizar o território do concelho, de modo a identificar as áreas construídas e que criam um centro de aglomeração de pessoas e funções. A caracterização da rede urbana do concelho de Velas, no geral, é marcada por uma estrutura de edificações ao longo das vias estruturais e de edificado disperso, com características rurais. A exceção é a Vila de Velas, com uma malha urbana bem definida, centro de concentração de atividades e serviços.

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) por questões de recenseamento desenvolveu a Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI), que divide o território em secções estatísticas (define uma área continua numa freguesia com cerca de 300 alojamentos de habitação) e em subsecção estatística (a menor unidade territorial que corresponde a um quarteirão nas áreas urbanas, a uma parte ou total de um lugar nas áreas rurais ou área residual). No caso do concelho de Velas divide em 10 secções e 163 subsecções, segundo os censos de 2011. Estas subsecções identificam lugares, que corresponde a “aglomerado populacional com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias”. Neste caso, de acordo com os censos de 2011, o concelho de Velas é composto por 22 lugares, como indica o quadro 1.

Quadro 1. Distribuição dos lugares por freguesia (INE)

Rosais	Velas	Santo Amaro	Norte Grande (Neves)	Urzelina	Manadas
Ponta	Velas	Toledo	Ribeira da Areia	Ribeira do Nabo	Manadas
Rosais	Beira	Fajã de St. Amaro	Fajã da Ribeira da Areia	Urzelina	Terreiros
Caminho de Baixo	São Pedro	Queimada	Norte Grande	Residual	Residual
Caminho de Cima	Residual	Ribeira do Almeida	Fajã do Ouvidor		
Figueiras		Santo Amaro	Santo António		
Residual		Residual	Residual		

Fonte: BGRI, INE 2011

O atual PDM de Velas, de acordo com o artigo 6.º, identifica 12 espaços urbanos, que corresponde a áreas com elevado nível de infraestruturação e concentração de edificação, distribuídos pelas várias freguesias (Velas, Urzelina, Norte Grande, Rosais, Beira, Santo Amaro, Queimada, Manadas, Toledo, Santo António, Ribeira da Areia, Fajã do Ouvidor). Também define espaços urbanizáveis, espaços que podem adquirir as características dos espaços urbanos (artigo 7.º), que enquadra 3 espaços (Velas, Urzelina e Norte Grande), e espaços industriais, áreas devidamente infraestruturadas e destinadas à instalação de unidades industriais, de unidades de armazenagem e de serviços de apoio à atividade industrial (artigo 8.º), com 3 zonas, a zona industrial (ZI) de Velas, a área de pequena indústria e armazéns (APIA) da Urzelina e a área de pequena indústria e armazéns (APAIA) de Norte Grande. Considerando estas classificações do



atual PDM em áreas urbanas e comparado estas zonas e os lugares identificados pelo BGRI do INE verifica-se que a maior parte destes lugares estão inseridos nas manchas dos espaços em área urbana. Algumas das manchas dos espaços em área urbana do atual PDM englobam vários lugares como Rosais, Urzelina, Manadas e Queimada (quadro 2). A Planta de Ordenamento do PDM atual aponta para uma distribuição dos espaços urbanos predominantemente linear, ao longo das vias, como no caso dos Rosais, Urzelina, Manadas, Queimada, Toledo e Santo António, e da intenção da criação de uma malha, geralmente, a partir de uma distribuição irradiante, na Beira, Norte Grande, Fajã do Ouvidor, Ribeira da Areia e Velas.

Quadro 2. Distribuição de espaços urbanos por freguesia (PDM)

Freguesia	Áreas em solo urbano PDM	Lugares INE
Rosais	Rosais	Ponta; Rosais; Caminho de; Baixo; Caminho de Cima; Figueiras
Velas	Velas	Velas
	Velas expansão + ZI	São Pedro
	Beira	Beira
Santo Amaro	Santo Amaro	Santo Amaro
	Queimada	Fajã de Sto. Amaro; Queimada
	Toledo	Toledo
Urzelina	Urzelina + expansão + APAIA	Ribeira do Nabo; Urzelina
Manadas	Manadas	Manadas; Terreiros
Norte Grande	Norte Grande + expansão + APAIA	Norte Grande
	Santo António	Santo António
	Fajã do Ouvidor	Fajã do Ouvidor
	Ribeira da Areia	Ribeira da Areia

Fonte: PDM Velas (2005); BGRI, INE 2011

Da análise visual por fotografia de satélite, o território do concelho de Velas apresenta diferentes tipos de áreas de aglomeração de edifícios, desde de áreas edificadas consolidadas (áreas de concentração de edificações em área urbana ou em aglomerado rural, onde existem infraestruturas essenciais e predomina a contiguidade ou grande proximidade entre edifícios) a áreas de edificação dispersa (áreas com edificações localizadas de forma dispersa no território, sem funções urbanas prevaletentes, onde verifica-se a disseminação do edificado). Um exemplo das áreas de edificação dispersa é o local da Serroa, que ao longo de uma via, neste caso infraestruturada (com redes de abastecimento de água e elétrica e via asfaltada), pontualmente implantam-se edifícios, em algumas situações com cerca de 3 ou 5 edificações próximas, geralmente em lotes de grandes dimensões, com o edificado próximo da via, entre lotes destinados à atividade da agropecuária (figura 1). A partir desta avaliação e considerando as classificações dos espaços no PDM atual, propõe-se uma distribuição dos vários aglomerados de acordo com a figura 2, tendo por base as áreas de edificado consolidado. Assim, ponderou-se os

aglomerados em aglomerado urbano, as unidades de território que parte ou maior parte do seu território enquadra-se em espaços classificados em espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais no PDM atual e apresentam-se como consolidados, e em aglomerado rural as restantes classificações do PDM atual, onde existe a consolidação. A maior parte destes aglomerados apresentam uma ocupação do edificado a tempo integral, existindo alguns com uma ocupação sazonal, como na Fajã do João Dias e na Fajã d'Além.

Figura 1. Serroa



Figura 2. Esquema de distribuição dos aglomerados no concelho de Velas



Fonte: Produzido pela equipa (2018)

A partir das premissas consideradas propõe-se a distribuição dos aglomerados de acordo com o quadro 3, com uma distribuição de 19 núcleos pelo território, incluindo núcleos em aglomerado rural, área ocupadas por edificação que permite uma delimitação como uma unidade, nomeadamente Fajã do João Dias, Fajã das Almas, Fajã d'Além e Fajã da Ribeira da Areia. Os aglomerados enquadrados em aglomerado urbano, parte ou a maior parte integram áreas classificadas no PDM atual em espaços urbanos, como os aglomerados de Rosais, Beira, Velas, Santo Amaro, Queimada, Urzelina, Manadas, Toledo, Santo António, Norte Grande, Fajã do Ouvidor e Ribeira da Areia. Mas existem exceções como São Pedro, na freguesia de Velas, cuja classificação deve-se à existência de edificado consolidado principalmente em espaços



industriais, daí a classificação em aglomerado urbano. Outras particularidades estão ligadas com a distribuição territorial, apesar da intensão de continuidade do PDM atual, como no caso da freguesia de Urzelina, onde se identifica dois aglomerados, o da Ribeira do Nabo e o da Urzelina. Ambos integram áreas em espaços urbanos no PDM atual, numa única mancha, mas apresentam características de consolidação do território diferentes, um com o edificado mais disperso e o outro com edificado mais denso e um maior número e variedade de usos e equipamentos. A outra situação é na freguesia de Manadas onde identifica-se dois aglomerados o de Terreiros (corresponde ao território próximo do litoral e de proximidade à Urzelina) e Manadas (território a Este e a estender-se para o interior e zona alta), apesar das semelhanças no edificado, verifica-se descontinuidade territorial apesar da indicação da distribuição do edificado apontar para a união entre eles.

Quadro 3. Distribuição dos aglomerados por freguesia

Rosais	Velas	Santo Amaro	Norte Grande	Urzelina	Manadas
Rosais (u)	Velas(u)	Toledo (u)	Santo António (u)	Urzelina(u)	Manadas (u)
F. do João Dias (r)	Beira (u)	Queimada(u)	Norte Grande (u)	Ribeira do Nabo (u)	Terreiros (u)
	S. Pedro(u)	St. Amaro(u)	F. do Ouvidor (u)		F. das Almas (r)
			R. da Areia (u)		
			F. da R. da Areia (r)		
			Fajã d'Além (r)		

Legenda: (u) – aglomerado urbano; (r) – aglomerado rural

2.1 Densidade de Povoamento e Grau de Urbanização

A densidade de povoamento e o grau de urbanização, procura avaliar a relação entre a população residente e a área de território, de modo a compreender a concentração da população e da delimitação das áreas urbanas.

A densidade populacional do concelho de Velas, a partir dos dados recolhidos pelo INE nos Censos de 2011, é de 45 hab/km². Valor superior à média da ilha e do concelho vizinho, mas referente à Região Autónoma dos Açores (RAA) o seu valor se aproxima da metade da média, de acordo com o quadro 4. No período de 1991 a 2011 a tendência no concelho de Velas é de diminuição da densidade populacional, tendência que se verifica no concelho vizinho e respetiva ilha, no sentido inverso à média da RAA. A distribuição da população por freguesia no concelho varia. A freguesia de Velas apresenta a densidade populacional mais elevada, com 130 hab/km² (2011), seguindo-se Urzelina, com 66 hab/km² (2011), ambas acima da média do concelho, e com ligeiro aumento de população comparado os valores de 1991 e 2011. Nas restantes freguesias verifica-se valores da densidade populacional inferiores à média do concelho e a diminuição da população ao longo do tempo, com exceção na freguesia de Santo Amaro, que



aumenta até 2001 e depois diminui em 2011, mas com valores superiores a 1991. As freguesias com maior área, Rosais, Norte Grande e Santo Amaro, apresentam densidade populacional baixas, enquanto Velas e a Urzelina, com maior densidade populacional apresentam áreas territoriais menores.

Quadro 4. Evolução da densidade populacional (1991, 2001, 2011)

	1991 (hab/km ²)	2001(hab/km ²)	2011(hab/km ²)	Habitantes (2011)	Área (km ²)
RAA	102,41	104,12	106,3	246772	2322
Ilha São Jorge	42	39	37	9171	245,59
Concelho de Calheta	36	32	30	3773	126,51
Concelho de Velas	48	47	45	5398	119,08
Rosais	34	34	30	743	24,44
Velas	129	127	131	1985	15,18
Santo Amaro	39	43	41	862	21,23
Urzelina	63	63	66	902	13,67
Manadas	37	32	30	374	12,50
Norte Grande	24	22	17	532	32,06

Fonte: INE Censos 2011

O povoamento da ilha de São Jorge teve início por volta de 1460, por dois pontos do lado Sul da ilha, Velas e Calheta, as atuais sedes de concelho, que permitiram o acesso e o estabelecimento de populações. A forma, alongada e fusiforme, e a morfologia da ilha, de relevo irregular e proeminência de picos vulcânicos sequenciais no centro, condicionou a instalação da população para norte e contribuiu para o desenvolvimento dos aglomerados iniciais, bem como do Topo, mais tarde, cuja posição litoral, privilegiava as comunicações por mar entre estes e as restantes ilhas do arquipélago (Fernandes, 2013).

O concelho de Velas, como toda a ilha, é marcado pelo contraste entre a vertente NE e SW. Na costa sul da ilha, as falésias têm menor altitude (acima dos 100m) e declive e apresentam ao longo do litoral algumas fajãs lávicas como a fajã de Velas e fajã da Queimada. Na costa norte, as falésias têm alturas entre 300m e 400 m e declives entre 45º e 55º. No litoral, apresentam pontualmente fajãs lávicas (Fajã do Ouvidor e Fajã da Ribeira da Areia) e detríticas (Fajã do João Dias). Ao centro, a plataforma cuja altitude varia entre os 300m e 800 m (França et al., 2005).

O processo de ocupação do território no concelho de Velas iniciou-se na costa sul, zona de melhor clima, onde permitiu as primeiras fixações e surgiram as primeiras freguesias Manadas, Velas e Rosais. Um destes aglomerados é a Vila de Velas que se desenvolveu numa plataforma baixa (fajã) junto a cone vulcânico. Em 1500 passou a vila e sede de concelho e apresenta um tecido urbano estruturado, com uma organização irradiante, com cais, numa ilha marcada pelas atividades agrícolas e de criação de gado e povoamento rural (Fernandes, 2013). A altitude da zona central, condicionou a fixação de famílias no interior e nas zonas mais altas, encontrando-se apenas do lado Norte, marcado por um povoamento disperso e rural. Nas fajãs, zonas litorais, principalmente do lado norte, ocorrem fixações de pequenas dimensões, isoladas e de difícil acesso, por vezes feitas apenas por mar. Nas zonas de altitude acentuada, do lado sul, a organização dos aglomerados geralmente segue uma estrutura linear, cujo melhor exemplo é a freguesia dos Rosais, e do lado norte, marcado por uma estrutura do tipo disperso montanhoso, como o caso do Norte Grande. Nas encostas do lado sul, nas localidades de Queimada e de



Urzelina, o povoamento é linear ou disperso, na primeira mais alongado e no segundo mais compacto. Na freguesia das Manadas, onde o declive é mais acentuado, verifica-se uma dispersão do glomerado desde o litoral até a zonas mais altas (Toste et al., 2000).

A nível estatístico, uma das formas de classificação do território é através da Tipologia de Áreas Urbanas, 2014, (TIPAU 2014) que classifica as freguesias do território português em três tipologias, Área Predominantemente Urbano (APU), Área Mediamente Urbana (AMU) e Área Predominantemente Rural (APR), segundo o grau de urbanização. O Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) classifica a maior parte das freguesias do concelho de Velas na tipologia APR, apenas Velas se enquadra na tipologia AMU conforme o quadro 5.

Quadro 5. Tipologia de Áreas Urbanas, 2014, no concelho de Velas

APU	AMU	APR
Não existe	Velas	Manadas Norte Grande Rosais Santo Amaro Urzelina

Fonte: SREA (2018)

No PDM atual, os espaços urbanos representam cerca 4,72% da área do concelho de Velas, ou seja, a maior parte do seu território está classificado como espaço rural. As freguesias de Velas e da Urzelina são as que apresentam maior área de ocupação de espaço urbano, com 8,17% e 7,53%, valores acima da percentagem do concelho e onde a densidade populacional também é maior. As restantes freguesias apresentam valores inferiores à percentagem do concelho, com Manadas com a menor percentagem, 2,96%.

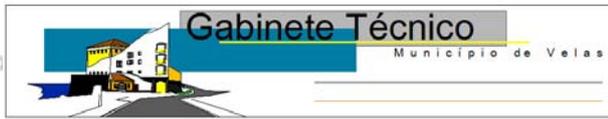
Quadro 6. Expressão do espaço urbano por freguesia

	Densidade Pop. (hab/km ²)	Área Total (km ²)	Área urbana (km ²)	% espaço urbano
Concelho de Velas	45	119,08	5,62	4,72
Rosais	30	24,44	0,82	3,36
Velas	131	15,18	1,24	8,17
Santo Amaro	41	21,23	0,89	5,86
Urzelina	66	13,67	1,03	7,53
Manadas	30	12,50	0,37	2,96
Norte Grande	17	32,06	1,27	3,96

Fonte: INE Censos 2011. PDM Velas (2005) (área urbana)

Verifica-se que no concelho a população distribui-se de forma distinta:

- A freguesia de Velas é a que apresenta a maior densidade populacional, apesar da sua área total territorial, a maior percentagem de área urbana e é onde se localiza o maior aglomerado populacional, a Vila de Velas;
- A freguesia da Urzelina é a segunda freguesia com maior densidade populacional, cerca de metade da freguesia de Velas, com uma percentagem de espaço urbano próximo desta;



- As restantes freguesias dispõem de densidades menores, inferiores à média do concelho, com áreas urbanas diferentes, mas de percentagem de espaço urbano variando entre os 2,96% e 4,19%, abaixo da percentagem média do concelho;
- A freguesia do Norte Grande, com a maior área territorial, apresenta a maior área urbana e a menor densidade urbana, evidenciando menor capacidade de fixação da população nos últimos anos e de aglomerados com maior dispersão.

Estes dados demonstram que o território onde estão implantadas, como o relevo e as zonas de proteção do património ambiental e paisagístico, as atividades predominantes e a história, estão associadas com o desenvolvimento e permanência do povoamento nos vários lugares do concelho. A costa sul da ilha apresenta maior capacidade de fixação da população em detrimento da costa norte, com a freguesia de Velas, pela Vila de Velas, com maior capacidade de atração populacional, seguindo-se a Urzelina. Locais onde atividades ligadas aos serviços ajudam a impulsionar os aglomerados e a fixar as pessoas.

Os aglomerados são marcados pela dispersão da sua população, mais evidente na costa norte, com a exceção da Vila de Velas. O grau de urbanização é reduzido em todas as freguesias, com a Vila de Velas a diferenciar-se. Assim evidencia-se, fora a Vila de Velas, um povoamento de carácter rural, assente em aglomerados com uma base de desenvolvimento de forma linear, ao longo das vias, mas disperso. Na costa sul é mais evidente esta linearidade que leva a uma sucessão entre os aglomerados, criando “cordões de povoamento”. Nas freguesias rurais a dispersão é evidente, não se salienta o carácter da linearidade, principalmente a norte.

2.2 Dimensão e Distribuição dos Lugares

Os vários aglomerados do concelho de Velas divergem pela sua dimensão, como pela sua distribuição. Estes aspetos estão associados à continuidade urbana, às características da aglomeração de pessoas e funções e às relações de dependência ou complementaridade que existem entre os vários aglomerados.

Como já se evidenciou, o concelho de Velas caracteriza-se predominantemente por lugares de menor dimensão e de características rurais, com exceção da freguesia de Velas onde existe uma área medianamente urbana, com um lugar de maior dimensão, a Vila de Velas. Para melhor análise da rede urbana do município de Velas e compreensão da dimensão e distribuição dos lugares avaliou-se os seguintes critérios:

- Dimensão populacional, a partir da população residente e peso em relação ao concelho;
- Dimensão urbana, as áreas de espaços do PDM atual (espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais) considerados em solo urbano e o número de alojamentos e edifícios habitacionais existentes em cada aglomerado;
- Grau de centralidade, a oferta de bens e serviços e funções centrais;
- Localização geográfica e relação de proximidade entre os lugares.



Ao nível da dimensão populacional e da dimensão urbana, no seguimento dos aglomerados identificados e nos dados recolhidos, quer do edificado habitacional, quer da população, de acordo com o quadro 7 verifica-se que os aglomerados mais populosos são os que apresentam maior número de alojamentos e localizam-se nas maiores áreas urbanas do PDM atual, como o caso dos Rosais, Velas e Urzelina. Segue-se a Beira, com cerca da 2/3 da população em relação a Rosais e Urzelina, com uma diferença de alojamentos para os Rosais de cerca de 114 unidades, com uma área urbana no PDM menor de cerca de 3 vezes. Existem aglomerados com menor população e número de alojamentos em área urbana do PDM maiores, como Queimada, Santo Amaro, Santo António e Norte Grande. Os aglomerados com menor número de residentes, com exceção das Fajãs, como São Pedro, Toledo e Ribeira da Areia são os com menos número de alojamentos. São espaços predominantemente habitacionais, com exceção de São Pedro onde está instalada a zona industrial, onde se inserem edifícios de indústria, serviços e comércio. Nas áreas urbanas consideradas, observando-se que a Ribeira da Areia dispõe de uma área maior do que Toledo, de cerca 5 vezes para uma diferença de alojamento de cerca de 15 unidades. No caso dos aglomerados das Fajãs, que apesar de um número reduzido de população residente ou inexistente, não deixam de ter espaços construídos que proporcionam a vivência, mesmo que sazonal. Um exemplo é a Fajã do Ouvidor, com uma população residente permanente de 46 pessoas, mas que dispõe de 127 alojamentos.

Quadro 7. Dimensão dos aglomerados

Freguesia	Aglomerado	População residente	Peso da Pop. no concelho (%)	N.º Alojamentos	N.º Edifícios	Área Urbana PDM (ha)
Rosais	Rosais	635	11,76	345	344	82,03
	F. do João Dias	0	0	-	42*	-
Velas	Velas	1518	28,12	759	563	81,43
	Beira	417	7,73	231	225	25,54
	São Pedro	45	0,83	33	29	16,70
Santo Amaro	Toledo	52	0,96	27	27	5,19
	Queimada	415	7,69	229	210	44,67
	Santo Amaro	387	7,17	195	193	39,34
Norte Grande	Santo António	208	3,85	90	90	41,24
	Norte Grande	224	4,15	126	126	38,21
	F. do Ouvidor	46	0,85	127	126	22,09
	Ribeira da Areia	52	0,96	42	42	25,53
	F. Ribeira da Areia	2	0,04	34	34	-
Urzelina	Fajã d'Além	0	0	-	27*	-
	Urzelina	628	11,63	304	286	68,45
Manadas	Ribeira do Nabo	271	5,02	135	131	34,32
	Manadas	193	2,87	151	150	11,77
	Terreiros	155	3,58	103	99	25,00
	Fajã das Almas	26	0,48	38	38	-

Nota: * O número de edifícios foi obtido através de fotointerpretação dos ortofotomapas.

Fonte: INE Censos 2011. PDM Velas (2005) (área urbana)

Quanto ao grau de centralidade, a Vila de Velas é o aglomerado com a maior concentração de equipamentos e atividades, ligados aos serviços, à cultura, desporto, educação, ação social e alojamento. Onde localiza-se o único centro de saúde e estabelecimento de ensino básico e secundário do concelho. Nos restantes aglomerados, com menor concentração de equipamentos e atividades, nota-se variações entre estes no número e variedade de



equipamentos e atividades. Geralmente nas sedes de freguesia existem serviços de proximidade, mas de aglomerado para aglomerado varia o número de equipamentos e atividades (quadros 8,9 e 10).

Os equipamentos e atividades de âmbito geral estão presentes geralmente nas sedes de freguesia, como Rosais, Urzelina e Norte Grande. Noutros casos verifica-se a divisão destes serviços entre os aglomerados com população semelhante da freguesia, como o caso de Santo Amaro e Queimada. No caso da freguesia de Velas, nota-se que os aglomerados de São Pedro e Beira apresentam algumas atividades e serviços relevantes, no caso da Beira a Indústria de derivados de Leite do concelho e no caso de São Pedro a existência de posto de abastecimento de veículos. Outras particularidades da distribuição de funções no concelho, na Queimada encontra-se o único aeroporto da Ilha e na Urzelina encontra-se a central termoelétrica da Ilha (Quadro 8).

Quadro 8. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados

Equipamento /atividades	Rosais		Velas			S. Amaro			Norte Grande					Urzelina		Manadas			
	R	FJD	V	B	SP	T	Q	SA	SAn	NG	FO	RA	FRA	FA	U	RN	M	Te	FAI
Aeroporto							✓												
Agência de Viagens	✓		✓																
Agência Funerária							✓												
Agência Bancária			✓																
Associações Económico			✓																
Autoridades Segurança			✓																
Bombeiros Voluntários			✓																
Casa mortuária	✓		✓						✓										
Central Elétrica															✓				
Conser./Cartório Notarial			✓																
Gabinete Contabilidade			✓												✓				
Gare Marítima			✓																
Indústria deriv. leite				✓															
Junta de freguesia	✓		✓					✓		✓					✓		✓		
Lota			✓																
Mercado Municipal			✓																
Posto Abast. Combustível			✓		✓										✓				
Posto de Turismo			✓				✓												
Posto RIAC			✓							✓									
Posto Segurança Social	✓							✓		✓					✓		✓		
Rep. Manutenção Veículos	✓		✓	✓	✓		✓			✓					✓				
Repartição de Finanças			✓																
Serviço Multibanco	✓		✓	✓			✓			✓					✓				
Serviços Florestais			✓												✓				
Serviços Municipais			✓		✓														
Serviços Portuários			✓																
Serviços Regionais			✓												✓				
Tribunal			✓																

Fonte: Carta de Equipamentos das freguesias SREA (2016). CMV (2018)

Quanto a equipamentos e atividades associadas à cultura, alojamento, Desporto e Recreio, verifica-se que o aglomerado da Urzelina apresenta maior concentração de atividades, para além da Vila de Velas, dispondo de parque de campismo, piscina descoberta, espaço



museológico e campo de futebol. Segue o aglomerado dos Rosais, que dispõe de um espaço para espetáculos ao ar livre e polidesportivo. Quase todos os aglomerados dispõe de Igreja ou ermida, com exceção da Fajã do Além, e geralmente as sedes de freguesia dispõem de cemitério. Outros aglomerados possuem cemitério, devido à distância e número da população residente, como o caso da Beira, na freguesia de Velas, Toledo, na freguesia de Santo Amaro, e Santo António, na freguesia do Norte Grande (quadro 9).

Quadro 9. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados

Equipamento /atividades	Rosais		Velas			S. Amaro			Norte Grande						Urzelina		Manadas		
	R	FJD	V	B	SP	T	Q	SA	SAn	NG	FO	RA	FRA	FA	U	RN	M	Te	FAI
Religiosos																			
Cemitério	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓					✓		✓		
Igreja/ Ermida	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
Cultura																			
Centro de Atividades						✓			✓										
Esp. Educação Ambiental										✓									
Espaço Museológico	✓		✓												✓				
Imóvel Classificado			✓		✓		✓								✓		✓		
Pavilhão/Audit. /Espet.	✓		✓		✓			✓				✓							
Filarmo./ Esc. de Música	✓		✓							✓					✓			✓	
Alojamento																			
Parque de Campismo			✓												✓				
Empreen. Turísticos			✓				✓	✓											
Turismo Espaço Rural	✓				✓			✓											
Alojamento Local			✓	✓			✓				✓				✓		✓	✓	
Recreio																			
Piscinas Descobertas			✓												✓				
Desporto																			
Clube Naval			✓																
Carreira Tiro															✓				
Polidesportivo	✓																		
Centro de Treino de Judo			✓																
Campo de Futebol			✓	✓											✓				
Campo Fut. Salão/ Jogos				✓				✓	✓										

Fonte: Carta de Equipamentos das freguesias SREA (2016). CMV (2018)

Todos os aglomerados sede de freguesia de APR dispõem de Casa de Povo. No caso da freguesia de Velas a casa de Povo situa-se no aglomerado da Beira, evidenciando como centro de atividades locais de apoio à população, a nível cultural e social. Quanto a espaços de ensino, quer de pré-escolar, quer do primeiro ciclo, apesar de em tempo da existência de espaço para o ensino básico em todas as freguesias do concelho, hoje apenas alguns aglomerados dispõem destas atividades, como Urzelina (escola primária), Santa Amaro (escola primária), Queimada (creche e jardim-infância) e Beira (escola primária). Outros equipamentos de apoio à população destacam-se na Urzelina a existência do centro de dia de apoio a pessoas idosas da comunidade, no combate ao isolamento, e um lar juvenil, para crianças (quadro 10).



Quadro 10. Existência de equipamentos e atividades nos aglomerados

Equipamento /atividades	Rosais		Velas			S. Amaro			Norte Grande						Urzelina		Manadas		
	R	FJD	V	B	SP	T	Q	SA	SAn	NG	FO	RA	FRA	FA	U	RN	M	Te	FAI
Ação Social																			
Lar de Idosos			✓																
Centro dia / Centro noite			✓												✓				
CAO			✓																
Lar Juvenil															✓				
Jardim-infância			✓				✓												
Creche			✓				✓												
ATL			✓				✓												
Casa do Povo	✓			✓				✓		✓					✓		✓		
Educação																			
Escola primária			✓	✓				✓							✓				
Escola Básica Secundária			✓																
Escola Profissional			✓																
Saúde																			
Centro de Saúde			✓																

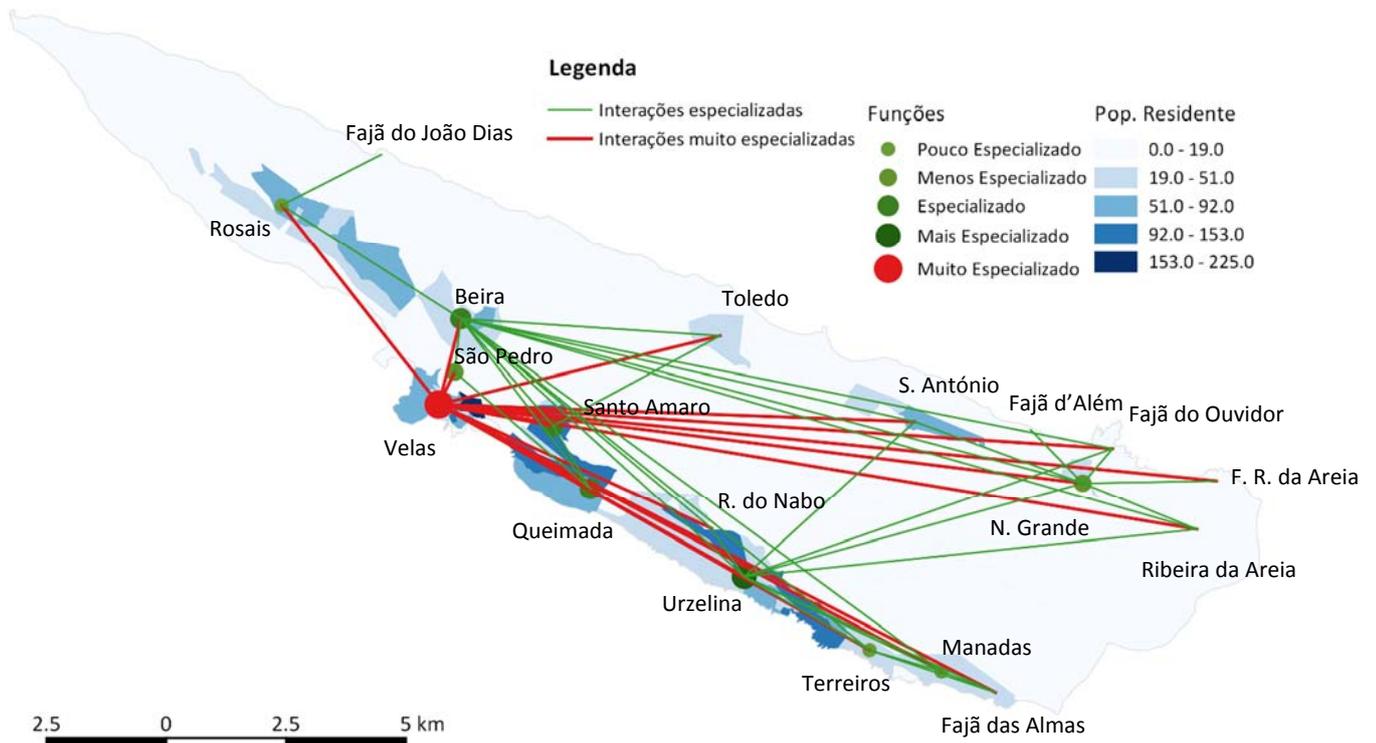
Fonte: Carta de Equipamentos das freguesias SREA (2016). CMV (2018)

O concelho de Velas é marcado por uma maior concentração populacional como de funções do lado sul da ilha, com os aglomerados a cotas mais baixas com maior diversidade de serviços e atividades, como a Vila de Velas e a Urzelina. Os aglomerados a norte apresentam menor concentração populacional e de funções, com dificuldade em manter atividades ou reinventar-se. Do lado sul a distância entre os aglomerados é menor, pois estes têm desenvolvido em extensão, ao longo das vias infraestruturadas, contribuindo para uma mancha difusa marcada por alguns núcleos funcionais e populacionais. Do lado norte, as distâncias apresentam-se maiores, por um edificado disperso, mas com áreas delimitadas onde o aglomerado do Norte Grande apresenta com maior diversidade de atividades, mas sem atividades muito especializadas para o concelho, destacando-se apenas o centro de educação ambiental.

Como podemos visualizar na figura 3 a Vila de Velas assume-se como o centro da rede urbana, concentrando a diversidade de serviços, atividades muito especializadas e cerca de 28% da população. Os restantes aglomerados passam para outros níveis, onde a sua importância está relacionada com a especificidade do seu território e a sua capacidade de manter ou fixar atividades e população. A este nível, a Urzelina afirma-se como um aglomerado mais especializado a nível de funções, com atividades que serve a sua comunidade, como dos aglomerados mais próximos e a sua dispersão das construções estende-se até aos aglomerados vizinhos, não sendo claro quando finaliza um aglomerado e inicia o outro. Segue-se Queimada, Santo Amaro e Beira, impulsionadas por atividades de referência e pela proximidade à Vila de Velas. Queimada destaca-se pela presença do aeroporto, pela população residente e afixação de espaços de alojamento turístico. A Beira tornou-se no centro da indústria de derivados de leite, pois num espaço concentrou toda a atividade de derivados de leite anteriormente espalhado pelas várias freguesias do concelho. São Pedro afirma-se pela zona industrial e pela sua proximidade à Vila de Velas, à Beira e Queimada. Por fim, Norte Grande, Rosais, Manadas e Terreiros, aglomerados nos extremos do concelho, cujas atividades são predominantes locais,

direcionadas para a população local e que têm perdido equipamentos e atividades, como o ensino do primeiro ciclo. Os restantes aglomerados são marcados pela ruralidade, cuja população fica dependente dos outros aglomerados e da sede de concelho, para ter acesso a atividades e serviços.

Figura 3. Dimensão funcional e relações entre aglomerados



Fonte: Produzido pela equipa (2018)

A conjugação destes critérios permite formular uma hierarquia para os aglomerados urbanos identificados, estruturados em 5 níveis, por ordem decrescente:

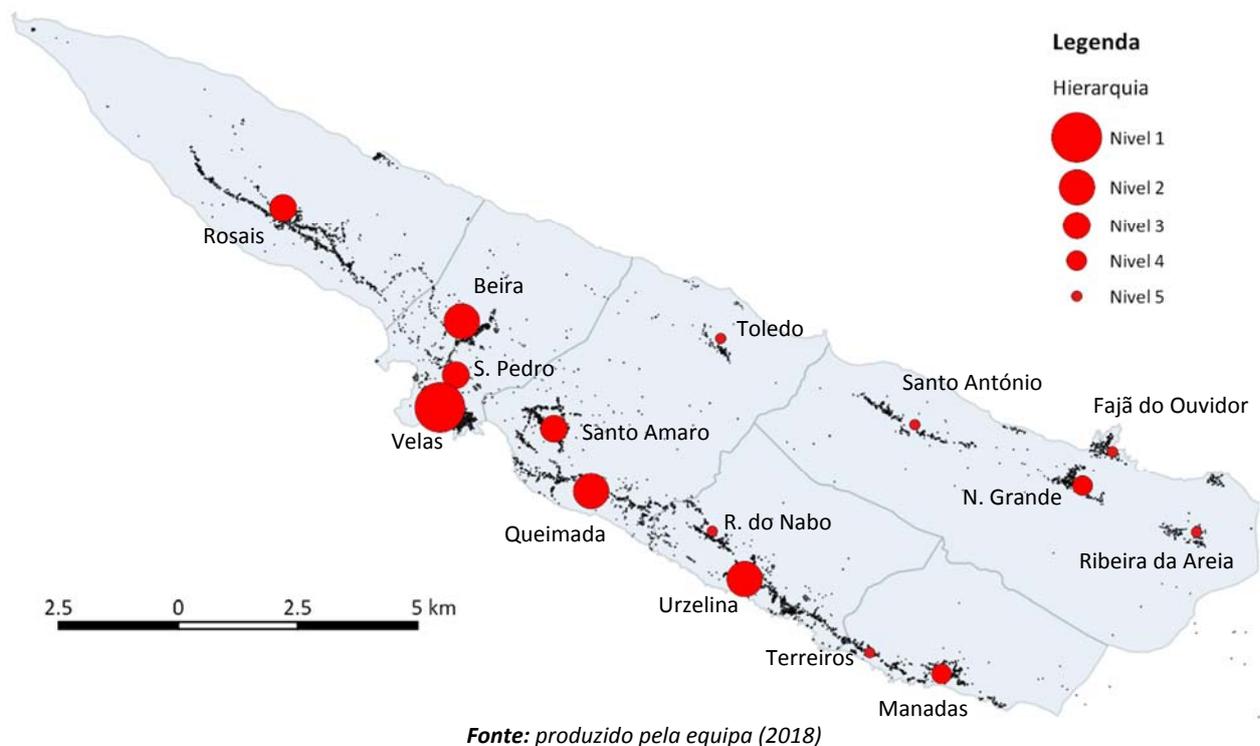
- Nível 1, destina-se ao aglomerado que se assume como o centro da rede urbana, com maior número de equipamentos, serviços, funções e população, a Vila de Velas;
- Nível 2, corresponde aos aglomerados com funções importantes na rede urbana, seja apoiando com serviços aos aglomerados próximas, seja dispondo de atividades relevantes no concelho, como Urzelina, Queimada (vários serviços, aeroporto), Beira (equipamentos de apoio a nível local e de apoio a outros aglomerados, indústria de derivados de leite);
- Nível 3, engloba os aglomerados com funções importantes a nível local ou especializados, com proximidade a aglomerados relevantes (a nível superior), como Santo Amaro (com equipamentos de apoio local e aos aglomerados próximas, como a escola primária), Rosais (equipamentos de apoio local, com uma população residente relevante e edificado, dependente dos aglomerados de nível superior, dispone de

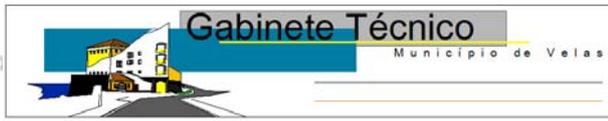
caraterísticas de aglomerado dormitório, uma vez que a maior parte da população labora no sector terciário, deslocando para outros aglomerados) e São Pedro (apresenta uma área especializada, zona industrial de Velas, com a acumulação de atividades e localização privilegiada, apesar da população residente reduzida);

- Nível 4, atribui-se aos aglomerados com funções importantes a nível local, como Norte Grande e Manadas;
- Nível 5, aplica-se aos restantes aglomerados urbanos.

Nos espaços do atual PDM associados ao solo rústico é importante ter em atenção os aglomerados localizados nas fajãs, que são espaços de interesse da população e turístico, quer pelo convívio, quer pelo alojamento.

Figura 4. Hierarquia da rede urbana





3. Caraterísticas do Solo Urbano

No concelho de Velas as áreas povoadas apresentam duas realidades distintas, as dos aglomerados litorais, em encosta ou em plataformas litorais rasos, e dos aglomerados a cota elevada, mesmo acima dos 400m, planálticos.

O relevo, as ligações viárias, a altitude e a origem do povoamento e sua história vão condicionar os aglomerados e a respetiva estrutura urbana.

Devido à diversidade de núcleos populacionais e edificados, a maioria com uma forte ligação à vivência rural, na caraterização dos aglomerados considera-se não apenas os classificados em espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais no PDM atual, identificados como aglomerados urbanos, mas também os conjuntos de edificações de pequena dimensão em espaços agrícolas e espaços culturais e naturais, identificados como aglomerados rurais, com caraterísticas particulares, como o caso das fajãs.

3.1 Formas morfológicas e funcionais dominantes

Os relatos históricos até ao século XIX, segundo Marques (2015), caraterizam o concelho de Velas fortemente rural assente em atividades ligadas à agricultura, à viticultura e à pecuária e derivados. Nas áreas de menor altitude como Velas, Queimada e Urzelina, no século XIX, a cultura de laranjeiras teve o seu peso na economia do concelho.

A atividade Industrial de derivados de leite, na atualidade dispõe de um peso relevante no desenvolvimento económico e urbano dos aglomerados na ilha, pois grande parte da aptidão do solo na ilha é de pastagem, cerca de 45,97% seguindo-se a florestal, com 26,37%, para uma área urbana cerca de 2,70% segundo a carta de ocupação do solo da RAA, de 2007.

A Vila de Velas destaca-se dos restantes aglomerados, pela sua capacidade de fixação de serviços, que remota ao passado, como de porto de escala de navios de longo curso e na cabotagem, fomentando o comércio, com a saída de produtos locais, e de porto de pesca e de proporcionar a ligação com outras freguesias pelo mar de passageiros e mercadorias.

3.1.1 Velas

O território da freguesia de Velas apresenta 3 aglomerados urbanos, a Vila de Vela, Beira e São Pedro. O primeiro, o mais desenvolvido, com uma malha urbana estabelecida, segue-se Beira, com um centro definido e por fim São Pedro, de menor dimensão.

A Vila de Velas dispõe de uma estrutura urbana consolidada, com a sua elevação a vila em 1500. Apresenta uma localização privilegiada, abrigada das intempéries, que deste a sua constituição contribuiu para o seu desenvolvimento e crescimento, com uma forte ligação com o mar. A estrutura da Vila segue o modelo irradiante, a partir da Avenida 19 de Outubro e do Largo de Santo Antão, com cinco ruas em feixe em direção à beira mar, que são intersectadas pela Rua Cunha da Silveira. Destaca-se a Rua Direita entre o Largo da Matriz e os Paços do Concelho. Esta

estrutura, que define o centro antigo do aglomerado, é marcada pelos edifícios de referência histórica, a Igreja da Matriz, a Casa da Câmara e o Convento de São Francisco. Esta malha inicial cresceu junto ao porto, em baía semicircular, que favoreceu o crescimento da vila (Marques, 2013). Ao longo do tempo, a malha urbana estendeu-se para Oeste no sentido da Baía de Entre-Morros com edificado maioritariamente habitacional, desenvolvendo-se a partir de pequenos loteamentos, e com a edificação de equipamentos de grandes dimensões. O aglomerado concentra vários serviços, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos de alojamento, equipamentos coletivos e culturais destinados aos residentes do aglomerado, como de apoio a todo o concelho e ilha. Alguns exemplos são: auditório municipal; posto de correios; polícia de segurança pública; guarda nacional republicana; alfândega; bombeiros voluntários; tribunal; hipermercado; gare marítima; câmara municipal; centro de saúde de Velas; escola profissional da ilha de São Jorge; escola básica e secundária de Velas; serviços de finanças; mercado municipal.

Quadro 11. Aglomerado Vila de Velas

Localização: Situa-se do lado sul da ilha, na freguesia de Velas, junto ao mar. Engloba Velas, Ponta das Eiras, Morro Grande, Entre-Morros.

Vila de Velas

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por equipamentos coletivos de ensino, recreio e lazer e de culto e estabelecimentos de serviços, comércio e turísticos, para além do habitacional.

Acessibilidades: O acesso pode ser feito por mar e por terra. Por mar, faz-se pelas instalações portuárias com ligações comerciais com as restantes ilhas do arquipélago e com ligações regulares de passageiros com as ilhas do Pico (São Roque ou Madalena) e Faial (Horta). O acesso terrestre faz-se pela ER 1-2A, a Nordeste do aglomerado, com possível acesso pela freguesia de Santo Amaro, a Este da Zona Industrial, e por São Pedro.

Nível do aglomerado: Nível 1 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa, junto a cone vulcânico, com uma estrutura urbana consolidada. A estrutura urbana do povoamento classifica-se do tipo “irradiante” (modelo de transição entre o modelo linear e o modelo em reticula), caracterizado por um conjunto de arruamentos que convergem para um largo polarizador. O desenho irradiante é atravessado por cinco ruas, de sudeste para noroeste, convergindo para a malha a Noroeste. O desenvolvimento da malha partiu do lado Sudeste, junto ao porto, para o lado Noroeste, onde localiza-se o Estádio Municipal.

Tipologia Urbana

Estrutura Irradiante, zona antiga



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura Ortogonal, zona de expansão



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Zona antiga: edificado em banda, com vários pisos, até 4 pisos



Edificado isolado, equipamento/ cultural



Zona de expansão: edificado unifamiliar germinado ou em banda, com 1 piso



Zona de expansão: edificado unifamiliar isolado, com 2 pisos + sótão ou 3 pisos



Zona de expansão: edificado unifamiliar em banda, com 2 pisos + sótão



Edificado de habitação coletiva



Espaços Públicos: Existe uma rede de espaços públicos de circulação, permanência e lúdico- recreativo, como: Jardim da República; Avenida da Conceição; Poça dos Frades; Largo das Almas; Largo Cons. Dr. João Pereira; Arco natural; Preguiça; Entre Morros; Percursos pedonal Rua Francisco Lacerda.

A Beira é um aglomerado de génese rural, onde as atividades ligadas à agropecuária condicionam o desenvolvimento e crescimento do aglomerado. O aglomerado desenvolve-se segundo dois eixos, um no sentido Sudoeste – Nordeste e o outro no sentido Sudeste -Noroeste, permitindo a ligação entre os lugares Beira e Canto da Relva. O Eixo no Sentido Sudoeste-Nordeste, evidencia-se em relação ao outro uma vez que incorpora a ER 1-2A, que permite a ligação entre a costa Norte e a costa Sul. A estrutura urbana de tipo irregular, evidencia também a estrutura linear, principalmente na ligação entre os dois lugares. A malha é preenchida principalmente por moradias, verificando-se alguns serviços e estabelecimentos comerciais destinados aos locais. Este dispõe também de estabelecimento industriais, como a Fábrica da União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, que passou a concentrar as atividades anteriormente distribuídas por outras unidades fabris de menor dimensão noutros lugares do concelho, por exemplo da unidade da cooperativa dos Rosais, da unidade da cooperativa das Manadas e da unidade da cooperativa em Santo António. Neste aglomerado encontramos equipamentos coletivos de relevância para os residentes, que proporcionam o acesso a serviços, cultura e recreio e informação, como: Campo de Jogos da Beira; Casa do Povo da Beira-Velas; Escola Básica e Jardim de infância da Beira; Associação do Espírito Santo da Beira Lado da Ribeira; Centro paroquial da Beira; Casa Espírito Santo Relva Beira; Igreja.

Quadro 12. Aglomerado Beira

Localização: Situa-se do lado sul da ilha, na freguesia de Velas, no interior. Engloba os lugares Canto da Relva, Ladeiras e Beira.

Beira

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitações, com a existência de equipamentos de uso coletivo, alguns serviços e comércio e indústria associada à atividade agroalimentar.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A por São Pedro, a sul, e Toledo, a norte. Também é possível o acesso por estradas secundárias, quer a norte, quer a sul, e por caminhos secundários.

Nível do aglomerado: Nível 2 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado a cotas elevadas, entre 238m e os 340m em relação à cota do mar. A estrutura urbana do povoamento apresenta troços de características do tipo linear, com o edificado a desenvolver-se ao longo das vias, e de desenvolvimento do tipo irregular, a partir de 3 pontos de interseção de vias, onde localizam-se edifícios de referência local, como a casa do Povo, a igreja e a Casa Espírito Santo Relva Beira. Estes pontos de interseção unem-se por uma via sucessivamente. O edificado surge pontualmente ao longo das vias, com maior concentração próximos dos edifícios de referência local.

Tipologia Urbana

Estrutura linear



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura irregular, desenvolvimento orgânico



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura irregular, desenvolvimento linear



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado em banda ou isolado ao longo da via, com um ou dois pisos



Moradia isolada e afastado da via, um ou dois pisos



Edifício isolado, equipamentos/ cultural



Edifício industrial – agroalimentar



Espaços Públicos: Existe uma rede de espaços públicos de circulação, permanência e lúdico- recreativo, como: Largo da Relva; Casa do Povo (campo de jogos); largo junto a Associação do Espírito Santo da Beira Lado da Ribeira.

A área considerada do aglomerado de São Pedro, enquadra duas realidades, uma do edificado disperso que se desenvolve no sentido Velas-Beira e no sentido Velas-Rosais e o outro que engloba o parque industrial e recinto afeto à Tauromaquia, a sul do parque industrial. O parque industrial, tem por base uma estrutura ortogonal, que na atualidade se encontra totalmente preenchido, havendo a necessidade de expansão. Neste espaço permite-se a concentração de

atividades industriais que devem estar em espaços próprios a nível legal, com bons acessos, pela ER 1-2ª, que permite aceder às várias freguesias da ilha, e de localização privilegiada, próxima da Vila de Velas.

Quadro 13. Aglomerado São Pedro

Localização: Situa-se do lado sul da ilha, na freguesia de Velas, no interior, entre a Vila de Velas e Beira. Engloba São Pedro e Levadas

São Pedro

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e edifícios de apoio à agropecuária e outras atividades, com parque industrial e espaço de estar e lazer (Praça de Touros)

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, pela freguesia de Santo Amaro, a Este, pela Vila de Velas, a Sul, e a Oeste, por Figueiras

Nível do aglomerado: Nível 3 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado no interior, próximo do mar. Divide-se em duas zonas uma em desenvolvimento, com estrutura de tipo linear, entre os 143m e 202 m de elevação, e outra destinada ao parque industrial de estrutura ortogonal, área esgotada, entre os 214m e os 227m de elevação, identificada no PDM atual como espaço industrial.

Fora do parque industrial o edificado desenvolve ao longo da via, com uma distribuição pontual.

Tipologia Urbana

Estrutura Linear



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura Ortogonal



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado ou em banda, industrial, 1 ou 2 pisos



Edificado isolado, afastado ou junto à via, destino a habitação, com 1 ou 2 pisos

Edificado isolado, geralmente afastado da via, destinado agropecuária ou outras atividades, com 1 ou 2 pisos

Espaços Públicos: Espaços públicos de circulação predominam pela circulação automóvel. Os espaços de permanência e lúdico- recreativo são muito reduzidos evidenciando-se a Praça de Touros.

3.1.2 Rosais

A freguesia dos Rosais é dos aglomerados mais antigos do concelho (em 1568 já estava identificada como freguesia), no fim do século XVI apresentava 196 fogos e no fim do século XVIII 501 fogos. Estende-se das Figueiras até à Ponta (Marques, 2015). Nesta freguesia identifica-se dois aglomerados, o dos Rosais e da Fajã de João Dias, o primeiro como aglomerado urbano e a o segundo como aglomerado rural.

O desenvolvimento destes aglomerados está ligado à atividade agrícola, com a reputação de “celeiro da ilha”, sendo que hoje os campos de cereais foram substituídos por pastagens. A norte na Fajã de João Dias a histórica destaca a importância de a população poder cultivar a batata e a vinha, para a produção de vinho, e poder pescar, evidenciando a importância dos terrenos a cotas mais baixa, com maior capacidade produtiva, que hoje se mantêm importante para as populações como local que possam desfrutar na primavera e verão, com outros cultivos e atividades (Marques, 2015).

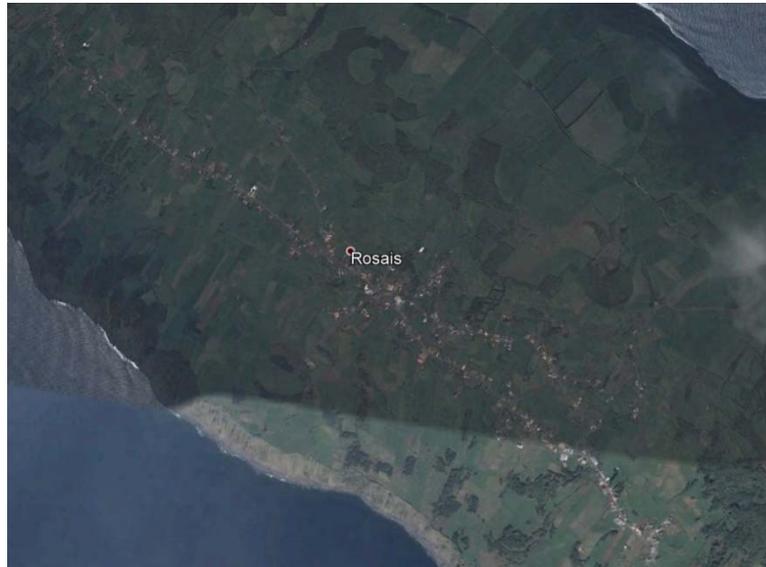
A ligação dos aglomerados com a terra é evidente, refletindo-se na estrutura urbana e na edificação. Nos Rosais o aglomerado desenvolve-se ao longo da costa sul, apesar da estrutura irregular que se encontra no centro cultural e de serviços da freguesia, esta é marcada pela estrutura linear, com o edificado geralmente isolado, apontado para a importância da atividade da agropecuária, seja para o acesso a terrenos ou a libertação de terreno para a atividade ao seu redor. Neste aglomerado como noutros, o edificado mais recente apresenta dimensões volumétricas e de implantação superiores às mais antigas. Verifica-se o predomínio de edifícios habitacionais, no entanto encontra-se serviços e equipamentos coletivos de apoio à população como: igreja; centro paroquial do emigrante; Polidesportivo dos Rosais; Casa do Divino Espírito Santo; Sociedade Filarmónica; Edifício Sol, engloba casa do Povo dos Rosais, junta de freguesia e agrupamento de escuteiros; Casa mortuária.

Quadro 14. Aglomerado Rosais

Localização: Situa-se do lado sul da ilha, na freguesia de Rosais, no interior. O último aglomerado no extremo Noroeste. Engloba os lugares Ponta, Pedregulho, Rosais, Arrifana e Figueiras.

Rosais

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação, equipamentos coletivos e edifícios afetos à atividade da agropecuária.

Acessibilidades: O acesso faz-se por estradas secundárias, a Este por São Pedro, e estradas e caminhos secundários da costa Norte, pelo Poço Novo e Cancela Grande.

Nível do aglomerado: Nível 3 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado a uma cota elevada, entre 211m e os 337m. A estrutura urbana do povoamento apresenta-se do tipo linear, verificando-se a existência de vários pontos de interseção de vias que potenciam o desenvolvimento de uma estrutura de tipo irregular. A estrutura do tipo irregular é evidente no Largo da Igreja, demarcando-se como centro com a concentração de vários equipamentos de uso coletivo.

O edificado surge ao longos das vias, com maior concentração próximos dos edifícios de referência local, passando para uma distribuição pontual quando afastada destes. O edificado adapta-se à inclinação do terreno. Verifica-se que o edificado mais antigo apresenta uma menor volumetria que o edificado novo.

Tipologia Urbana

Estrutura Irregular



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura linear



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edifícios unifamiliares, isolados, junto à via ou afastados, com 2 pisos ou 1 piso mais sótão, dispostas perpendiculares à via, ajustando-se ao declive do terreno



Edifícios isolados ou em banda, junto ou afastados da via, com 1, 2 ou 3 pisos (devido ao declive do terreno), paralelos à via, de grandes dimensões



Edifício isolado, equipamentos



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo são reduzidos, verifica-se a sua concentração no largo Governador Machado Pires, com parque infantil, coreto e Polidesportivo dos Rosais.

O aglomerado da Fajã do João Dias tem uma ocupação sazonal, mas como outras fajãs o seu edificado tem sido reabilitado, pois a vivência nestes espaços é apreciada pela população, principalmente em situação de festividades. É composto por edificações dispersas, cuja maioria se concentra do lado Oeste. As edificações apresentam uma implantação regular, retangular, de pequena dimensão, geralmente de 1 piso e de cobertura inclina com dois panos. Muitas das edificações estão recuperadas ou melhoradas. O acesso ao edificado é pedonal, por caminhos estreitos. A atividade agrícola envolve o edificado. No aglomerado existe uma ermida, a ermida de São João Evangelista.

Quadro 15. Aglomerado Fajã do João Dias

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Rosais, junto ao mar. Engloba apenas a fajã

Fajã de João Dias

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade agrícola. Com uma ocupação sazonal.

Acessibilidades: O acesso faz-se apenas por um único ponto

Nível do aglomerado: aglomerado rural

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa. Enquadra-se em solo rústico. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular, com maior concentração do edificado a Oeste.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos.

Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação predominam, com apenas a circulação pedonal.

3.1.3 Santo Amaro

A freguesia de Santo Amaro foi criada em 1691, cujo território anteriormente pertencia à freguesia de Velas. Esta estende-se para Norte, com Toledo, e para Sul, com Queimada, Fajã e Mistérios, que junto formam a Boa Hora. Até ao fim do século XIX não era fácil aceder a Toledo, devido aos maus caminhos (Marques, 2015).

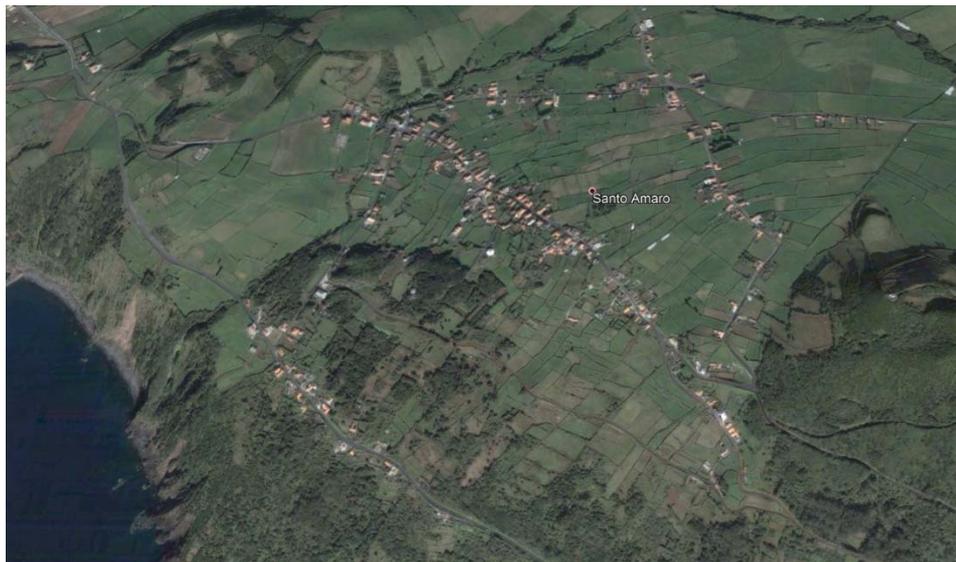
Santo Amaro é um aglomerado interior que se desenvolve ao longo de 4 eixos que se entreligam. O eixo de ligação entre ER1-2A e a Rua da Macela, permite a ligação com os outros eixos, em que o eixo perpendicular central, marcado pela igreja, Rua João Inácio de Sousa, apresenta maior densidade de edificação. Existem várias funções no aglomerado, onde a habitação predomina. Existem serviços, equipamentos coletivos e comércio destinado à população local. Alguns exemplos: Escola básica e jardim de infância; Campo de jogos; Igreja.

Quadro 16. Aglomerado Santo Amaro

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Santo Amaro, no interior. Engloba Santo Amaro, Cristo-Rei, Ribeira do Almeida.

Santo Amaro

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Apresenta alguns serviços e equipamentos e algum comércio.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a Este, pela Queimada, e Oeste, por São Pedro. Também se faz por caminhos secundários, a Norte.

Nível do aglomerado: Nível 3 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado a cerca de 160m e 385m do nível do mar. A estrutura urbana do povoamento apresenta-se de base linear, com várias interseções apontado uma possível estrutura irregular. O edificado surge ao longo das vias, geralmente, pontualmente. Com maior densificação ao longo da Rua João Inácio de Sousa.

Tipologia Urbana

Estrutura linear, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura linear, com interseções



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, junto à via ou afastado com 1 ou 2 pisos com possível sótão.



Edificado em banda ou germinado, com 1 ou 2 pisos com possível sótão.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, principalmente automóvel.

O aglomerado Queimada, desenvolve-se ao longo de toda a freguesia a cota mais baixa, junto ao mar, contornando o aeroporto da ilha. Apresenta vários usos, desde serviços, comércio, alojamento e atividades industriais, principalmente afetas à construção. Dos serviços e equipamentos coletivos destaque para: o aeroporto de São Jorge; Escola Básica e jardim de infância; Instalações agrárias da Escola Profissional da Ilha de São Jorge, com restaurante e alojamento.

Quadro 17. Aglomerado Queimada

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Santo Amaro, próximo da costa. Engloba Queimada, Carregadoiro, Biscoitos, Boa Hora e Fajã de Santo Amaro.

Queimada

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Apresenta alguns serviços, equipamentos, comércio, estabelecimentos de alojamento e indústria. Destaque para o aeroporto da ilha.

Acessibilidades: O acesso terrestre faz-se pela ER1-2A, a Este pela Urzelina e Oeste por Santo Amaro.

Também é possível o acesso por via aérea a partir do aeródromo.

Nível do aglomerado: Nível 2 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado estende-se ao longo da costa, entre os 24m e os 122m de elevação. A estrutura urbana do povoamento classifica-se do tipo linear, com alguns pontos de interseção. O edificado desenvolve-se ao longo das vias de forma dispersa, quer junto à via ou afastada desta.

Tipologia Urbana

Estrutura linear, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura linear, interseções



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, afastados da via, com 1 ou 2 pisos e possível aproveitamento de sótão.



Edificado isolado, junto à via, com 1 ou 2 pisos e possível aproveitamento de sótão, perpendicular



Estabelecimento de alojamento, resort



Edifícios com 3 pisos



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação predominam. Existem locais de permanência e lúdico-recreativo como o miradouro do carregadouro.

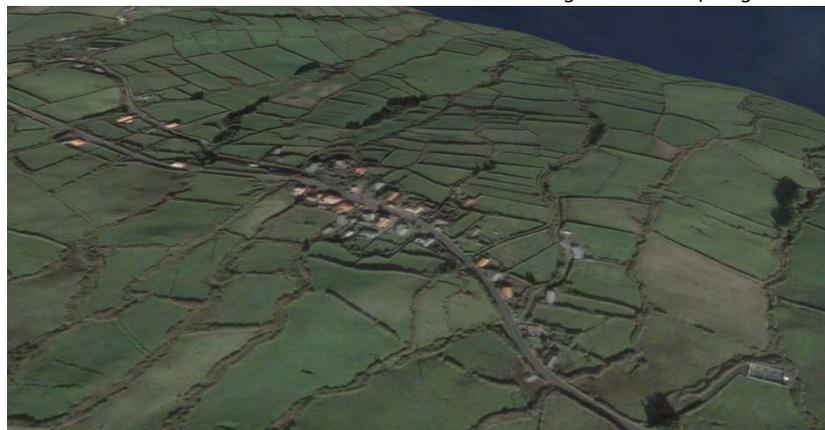
Toledo, situa-se do lado Norte, um aglomerado com edificado disperso que se desenvolve principalmente ao longo da ER 1-2A. Apresenta um pequeno núcleo com o edificado mais denso junto à igreja. A atividade da agropecuária está presente na estrutura e no tipo de edificação, marcada por edificações isoladas e a existência de edifício de apoio à atividade. A dimensão do aglomerado é pequena, com um reduzido número de edifícios de uso público, como a igreja e o centro de atividades de Toledo.

Quadro 18. Aglomerado Toledo

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Santo Amaro, no interior. Engloba Toledo e Loural.

Toledo

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade agropecuária.
Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER1-2A, a Este, por Santo António, e a Oeste, por Beira.
Nível do aglomerado: Nível 5 (aglomerado urbano)
Ocupação Urbana: O aglomerado localiza-se entre 483m e os 572m de elevação. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura linear, com algumas interseções. O edificado desenvolve-se ao longo das vias e está disperso. A maior concentração de edificado é próximo da igreja
Tipologia Urbana Estrutura linear, disperso, com algumas interseções  <i>Fonte: INE (mapas censos 2011)</i>
Tipologia do Edificado Edificado isolado, junto à via ou afastado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão. 
Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, principalmente automóvel.

3.1.4 Urzelina

A freguesia da Urzelina, cujo nome deriva da planta tintureira urzela comercializada no início da colonização, em 1808, foi vítima de erupção vulcânica com impacto no edificado do seu aglomerado. Despõe de zona privilegiada para a produção de vinho na zona dos Casteletes e no período do comércio das laranjas nos Açores, o seu porto desempenhou um papel importante (Marques, 2015).

Esta freguesia está dividida em dois aglomerados, o da Urzelina, cuja extensão urbana ocorre mais próxima da costa, e da Ribeira do Nabo, a cota mais alta, mais afastado da costa.

A Urzelina é marcada por dois pontos charneira na sua extensão urbana, uma a Oeste, onde há a ligação entre a ER 1-2A e a ER 3-2ª, e uma a Este, na zona do porto e piscina da Urzelina. São várias as funções no aglomerado, para além da habitação, como comércio, serviços e indústria. Nos serviços e equipamentos de uso coletivo destaque para: Piscina; Parque de Campismo; Sociedade União Urzelina; Centro de exposição Rural da Urzelina; Casa do Povo; Escola de ensino básico; Centro de dia/noite; Lar juvenil; Salão paroquial; Campo de futebol; Serviços florestais; Serviços de desenvolvimento agrários.

Quadro 19. Aglomerado Urzelina

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Urzelina, Junto ao mar. Engloba Presa das Cruzes, Ronqueira, Urzelina, Ponta Grande, Casteletes.

Urzelina

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Dispõe de outras funções como equipamentos, serviços, comércio e indústria.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER1-2A, a Este, por Manadas, e a Oeste, por Santo Amaro, e pela ER 3-2A, por Norte.

Nível do aglomerado: Nível 2 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado junto à costa, variando entre 5m e os 148m de elevação.

A estrutura urbana do povoamento desenvolve-se paralelo à costa ao longo de cerca de 2,60 km. É marcada por dois pontos de interseção de vias a diferentes cotas afastados, uma mais alta (78m) e mais afastada da costa, e outra mais baixa (5m) e mais próxima da costa. Junto a estes pontos e ao longo das vias de ligação entre estes e de extensão para outros aglomerados o edificado se implanta. Apesar da sua extensão, que evidencia a linearidade comum em vários dos aglomerados, a estrutura urbana é do tipo irregular. O edificado apresenta-se mais denso próximo destes pontos de interseção e na via de ligação entre eles, ER 1-2A. Proporcionando zonas com edificado em banda, onde o predomínio é de edificado disposto no lote isolado, quer afastado da via ou não.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, afastado da via ou não, com 1 ou 2 pisos.



Edifícios em banda, junto à via, com 2 piso e possível aproveitamento de sótão



Habitação de Custos Controlados (loteamento de Urzelina) edifícios unifamiliares, isolados em lotes de pequena dimensão

Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo existem, com destaque: Lago do Dr. Duarte de Sá; parque de campismo; piscina; marginal dos castelestes, miradouro dos castelestes.

O aglomerado da Ribeira do Nabo apresenta duas zonas de edificação, uma no extremo Oeste, com o edificado mais dispersa, no seguimento do edificado da Queimada e outro a norte para o extremo Este, de edificado mais concentrado, em espaços urbanos no PDM atual. Também se verifica edificado em espaços florestais no PDM atual, na sucessão do edificado da Queimada junto à costa. A maior concentração de edificações ocorre entre o Caminho de Cima e a Canada do Leitão, onde concentra-se os serviços existentes, como a igreja, a antiga escola primária convertida em sede de escoteiros, as antigas atividades, atualmente aceites como elementos culturais, como Forno de cerâmica, Forno de Cal, e equipamentos de abastecimento de água, os chafarizes. O predomínio é do uso habitação, onde as atividades agrícolas ainda predominam ao redor, com alguns serviços, como a cooperativa de artesanato.

Quadro 20. Aglomerado Ribeira do Nabo

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Urzelina, interior. Engloba o Caminho de Cima, Canada do Malrapilho, Canada do Leitão, Ribeira do Nabo, Ribeira do Areiro, Canada do Cruzeiro.

Ribeira do Nabo

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado é composto predominantemente por habitação. Dispõe de outros usos como equipamentos culturais e serviços associados ao turismo, como o artesanato.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER1-2A, a Este, pela Urzelina, e a Oeste, por Santo Amaro, e pela ER 3-2A, por Norte.

Nível do aglomerado: Nível 5 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado corresponde a duas zonas, uma implantada no interior, a cerca dos 231m e os 152m de elevação, classificado no PDM atual em espaço urbano, e a outra, implantada mais próximo da costa, a cerca dos 33m e os 74m de elevação, classificado no PDM atual em espaços florestais, na sucessão do edificado da Queimada. Ambas as zonas estabelecem a ligação com o aglomerado da Urzelina e da Queimada, em que a zona a menor elevação a ligação do edificado com o aglomerado da Queimada é maior do que com o do aglomerado da Urzelina. A zona a cotas mais elevadas é a que apresenta edificado em espaço urbano, evidenciando o centro do aglomerado. Ambas as zonas apresentam uma distribuição do edificado de modo disperso. Apesar da indicação de uma estrutura irregular, a linearidade é ainda muito evidente.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura irregular, forte linearidade



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão e/ ou piso -1, devido a desnível do terreno, resultando no máximo o acesso a 3 níveis.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, principalmente automóvel.

3.1.5 Manadas

A freguesia das Manadas apresenta características morfológicas e de solo propicia as várias culturas, com um passado associada à produção de cereais, inhames e fruta (incluindo a uva para a produção de vinho) e da criação de gado. No seu território destacam-se dois portos, nas Manadas e nos Terreiros de apoio à pesca e balnear, e já desempenharam a função de desembarque de mercadorias (Marques, 2015). Esta freguesia é composta por três aglomerados, Terreiros, Manadas e Fajã das Almas. Os dois primeiros aglomerados, apesar das suas características morfológicas, estendem-se no sentido um do outro, com semelhanças nos usos e no edificado existe. Também caracteriza-se a Fajã das Almas devido à particularidade do local.

O aglomerado dos Terreiros caracterizam-se por um conjunto que se desenvolve principalmente ao longo das vias principais, a via ao longo da costa e a estrada regional. O edificado encontra-se disperso, geralmente próximo das vias. A habitação predomina no aglomerado, onde também existem alguns serviços e elementos afetos à cultura local e religiosa, sítos ao longo das vias principais.

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Manadas, Junto ao mar. Engloba apenas Terreiros.

Terreiros

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Dispõe de alguns serviços e equipamentos.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a Este pelas Manadas e a Oeste pela Urzelina. Também se faz por caminho secundário pela Urzelina, o caminho do açougue (caminho litoral).

Nível do aglomerado: Nível 5 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado próximo da costa. Desenvolve-se entre os 6m e os 74m de elevação.

A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular, de base linear.

Tipologia Urbana

Estrutura linearidade, com interseções



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura irregular, a partir de vias paralelas



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão ou desnível do terreno, junto ou afastado da via.



Edifícios em banda ou geminados, geralmente de 2 pisos com possível aproveitamento de sótão. Situações pontuais e pouco correntes, geralmente junto à via.

Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo existem, com destaque: Zona balnear e porto dos terreiros.

O aglomerado de Manadas caracterizam-se por um conjunto que se desenvolve ao longo das vias principais, uma de ligação entre Santa Rita e o cais das Manadas e a outra de Santa Rita que sobe a encosta até atingir a estrada regional de ligação com o concelho vizinho. O edificado encontra-se disperso, geralmente próximo das vias, existindo pontos de concentração de edificações criadas pela subida da encosta. A habitação predomina no aglomerado, onde também existem alguns serviços e elementos afetos à cultura local e religiosa. Dos serviços e equipamentos destaque para a Casa do Povo, a Junta de Freguesia e o cemitério.

Quadro 21. Aglomerado Manadas

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Manadas, Junto ao mar a subir a encosta. Engloba Santa Rita, Manadas e Ladeiras.

Manadas

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Dispõe de alguns serviços e equipamentos.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a Oeste pelos Terreiros e pelo Norte. Permite o acesso à Fajã das Almas

Nível do aglomerado: Nível 4 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado próximo da costa. Desenvolve-se entre os 15m e os 257m de elevação. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular, apresenta duas zonas, uma ao longo da encosta, mais acidentada a nível de declive, e outra mais próxima do litoral, menos acidentada.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura de base linear com interseções



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão e/ ou piso -1, devido a desnível do terreno, resultando no máximo o acesso a 3 níveis.



Edifícios em banda ou geminados, geralmente de 2 pisos com possível aproveitamento de sótão. Situações pontuais e pouco correntes.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo existem, com destaque: Zona balnear e porto dos terreiros; Zona balnear e porto das Manadas; e miradouros.

O aglomerado da Fajã d'Almas tem uma ocupação permanente, apesar do acesso às moradias ser pedonal e onde os veículos automóveis apenas podem deslocar até ao parque de estacionamento existente a Oeste da fajã. O seu edificado tem sido reabilitado. É composto por edificações dispersa, cuja concentra do edificado faz-se ao longo da costa. As edificações apresentam uma implantação regular, retangular, de pequena dimensão, geralmente de 1 piso e aproveitamento de sótão ou 2º piso e de cobertura inclina com dois panos. Muitas das edificações estão recuperadas ou melhoradas. O acesso ao edificado é pedonal ao longo da costa. A atividade agrícola envolve o edificado. No aglomerado existe uma ermida, a ermida do Santo Cristo e o uso predominante é a habitação.

Quadro 22. Aglomerado Fajã das Almas

Localização: Situa-se do lado Sul da ilha, na freguesia de Manadas, Junto ao mar. Engloba apenas a fajã

Fajã d'Almas

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade agrícola.

Acessibilidades: O acesso faz-se apenas por um único ponto, via que é rematada por parque de estacionamento, remetendo-se o acesso ao edificado por via pedonal à beira mar.

Nível do aglomerado: aglomerado rural

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa. Enquadra-se em solo rústico. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura linear, com percursos perpendiculares.

Tipologia Urbana

Estrutura linear, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edifício

Edifício isolado, com 1 ou 2 pisos, perpendicular à via de acesso



Edifício isolado, com 1 ou 2 pisos, paralelos à via de acesso.



Espaços Públicos: os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo existem, com destaque: percurso pedonal de acesso ao edifício; zona balnear e porto da Fajã das Almas; miradouro da Fajã das Almas.

3.1.6 Norte Grande

A freguesia do Norte Grande, no território a cotas mais altas, desde o Séc. XIX está associada à criação de gado e aos derivados do leite, com vastas áreas com pastagens. Por oposição, nas fajãs verifica-se o cultivo de vinha, hortas, batata e inhame (Marques, 2015). Nas fajãs muitas das edificações destinadas a adegas, hoje foram transformadas em moradias. Esta freguesia é composta por seis aglomerados, Santo António, Norte Grande, Fajã d'Além, Fajã do Ouvidor, Ribeira da Areia e Fajã da Ribeira da Areia. Serão caracterizados todos, os em solo urbano e os sítios em fajãs.

O aglomerado de Santo António surgiu em 1543 e desenvolve-se ao longo da Estrada Regional, com edifício disperso. Os usos predominantes são o habitacional e as atividades afetas à agropecuária. Este aglomerado tem perdido algumas das atividades existentes como a filarmónica, a unidade fabril de lacticínios, a escola primária e o campo de futebol encontram-se ao abandono. Alguns dos edifícios passaram a novos usos, como a escola primária que passou a casa mortuária e a unidade fabril passou a centro de atividades.

Quadro 23. Aglomerado Santo António

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, no interior. Engloba os lugares Jogo, Outeiro da Cruz, Escola, Santo António e Ermida

Santo António

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade da agropecuária.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a oeste por toledo e por este pelo Norte Grande e por Sul, pela ER 3-2.

Nível do aglomerado: Nível 5 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado no interior, entre os 450m e os 550 m de elevação.

A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura linear, com algumas interseções. Desenvolve-se numa extensão de cerca de 3,52 km.

Tipologia Urbana

Estrutura linear, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Estrutura linear, interseções



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos, com possível aproveitamento de sótão.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, principalmente automóvel.

O aglomerado do Norte Grande, desenvolve-se em dois sentidos, um ao longo da estrada regional, onde concentra-se vários equipamentos, como a Igreja, o império, a irmandade do Divino Espírito Santo e a Filarmónica, e outro no sentido do litoral, em que a via que passa à frente da igreja define a zona de maior concentração de edificações neste sentido. Esta ocupação segue a disposição dos elementos de abastecimento de água, os chafarizes. O predomínio é da habitação, mas também existem alguns serviços de apoio. O norte Grande assume-se como o centro da freguesia, quer geograficamente, quer da concentração de atividades, com a casa do Povo, com vários serviços de apoio à população, incluindo a junta de freguesia, a casa do Parque de São Jorge (ecoteca e espaço de exposição) e espaços de comércio. O edificado apresenta-se com várias formas, com 1 a 2 pisos, havendo situações de sótãos habitáveis e caves devido ao desnível do terreno.

Quadro 24. Aglomerado Norte Grande

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, no interior. Localiza-se entre Santo António e Ribeira da Areia.

Norte Grande

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Dispõe de serviços e comércio.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a Este pela Ribeira da Areia e a Oeste pelo Santo António. O Acesso também pode ser feito por caminhos secundários pelo Sul.

Nível do aglomerado: Nível 4 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado no interior, entre os 270m e os 380m de elevação.

A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular. O edificado surge ao longo das vias. A ocupação faz-se a partir da estrada regional com extensão do aglomerado no sentido do litoral, ou seja, no sentido da Fajã do Ouvidor.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado ou germinado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão ou cave.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo são reduzidos, com destaque: Miradouro sobre a Fajã do Ouvidor.

A Fajã d'Além situa-se no litoral, com apenas um acesso, por meio pedonal. Está delimitada e é atravessada por várias linhas de água. É um espaço com uma ocupação sazonal e em festividades, composto por moradias maioritariamente de cariz tradicional, planta regular, linear, em L ou T, de pequenas dimensões, com 1 ou 2 piso e com coberturas de 2 panos. A maior parte das moradias estão recuperadas e melhoradas. A atividade agrícola envolve o edificado.

Quadro 25. Aglomerado Fajã d'Além

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, Junto ao mar. Engloba apenas a fajã

Fajã d'Além

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade agrícola. Com uma ocupação sazonal.

Acessibilidades: O acesso faz-se apenas por um único ponto, por caminho pedonal.

Nível do aglomerado: aglomerado rural

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa e é atravessado por várias linhas de água. Enquadra-se em solo rústico. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos.

Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, de acesso pedonal.

A Fajã do Ouvidor situa-se no litoral e caracteriza-se por ocupação irregular com edificado disperso. A ocupação faz-se em dois sentidos, um do lado Oeste da via principal que vai até ao

porto e o outro ao longo da costa do lado Este da via principal. O uso predominante é o habitacional e é um espaço marcado pelas suas zonas balneares.

Quadro 26. Aglomerado Fajã do Ouvidor

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, Junto ao mar. Engloba apenas a fajã

Fajã do Ouvidor

Fonte: Google Earth (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto predominantemente por habitação. Dispõe de alguns serviços.

Acessibilidades: O acesso faz-se apenas por um único ponto

Nível do aglomerado: Nível 5 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa, entre 6m e os 110m de elevação. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão. Em casos pontuais 3 pisos.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação, permanência e lúdico-recreativo existem, com destaque: Largo do Viteleiro, com parque multiusos; piscina natural “Simão Dias”; zona balnear e porto de pesca da Fajã do Ouvidor.

A Ribeira da Areia é um aglomerado caracterizado pela dispersão do seu edificado. Este desenvolve-se ao longo da Estrada Regional, com uma concentração do lado sul da Via, a Oeste e uma maior concentração do lado norte, a Este. O predomínio é do uso habitacional e da atividade da agropecuária.

Quadro 27. Aglomerado Ribeira da Areia

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, interior.

Ribeira da Areia

Fonte: Google Earth (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade da agropecuária.

Acessibilidades: O acesso faz-se pela ER 1-2A, a Este pelo Norte Pequeno e por Oeste pelo Norte Grande.

Nível do aglomerado: nível 5 (aglomerado urbano)

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado no interior, entre os 380m e os 430m de elevação.

A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular, com um desenvolvimento ao longo da estrada regional.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos e com possível aproveitamento de sótão.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação predominam, por veículos.

A Fajã da Ribeira da Areia situa-se no litoral, é composto por edificações de uso habitacional de matriz tradicional. Estas estão dispersas. O número de edificações é reduzido e encontram-se recuperadas e melhoradas. O abastecimento de luz faz-se por meio de gerador existente no aglomerado.

Quadro 28. Aglomerado Fajã Ribeira da Areia

Localização: Situa-se do lado Norte da ilha, na freguesia de Norte Grande, Junto ao mar. Engloba apenas a fajã.

Fajã Ribeira da Areia

Fonte: Google Earth Pro (Image ©2018 DigitalGlobe)



Estrutura Funcional: Aglomerado composto por habitação e afeto à atividade agrícola.

Acessibilidades: O acesso faz-se apenas por um único ponto.

Nível do aglomerado: aglomerado rural

Ocupação Urbana: O aglomerado está implantado à beira mar, numa plataforma baixa, entre os 15m e os 57m de elevação. Enquadra-se em solo rústico. A estrutura urbana do povoamento classifica-se por disperso, com uma estrutura irregular.

Tipologia Urbana

Estrutura irregular, disperso



Fonte: INE (mapas censos 2011)

Tipologia do Edificado

Edificado isolado, com 1 ou 2 pisos.



Espaços Públicos: Os espaços públicos de circulação são os predominantes, por veículos.

3.2 Grau de preenchimento do perímetro urbano

Na avaliação do grau de preenchimento dos perímetros urbanos confronta-se os perímetros edificados em solo urbano, inclui os espaços urbanos, espaços urbanizáveis e os espaços industriais definidos no PDM em vigor e o existente, tendo por base o levantamento de campo e a interpretação das imagens por satélite. Igualmente confronta-se os perímetros edificados em solo rústico das fajãs entre o existente e o PDM em vigor. Também se fez uma avaliação dos processos de licenciamento em cada freguesia para averiguar as tendências de edificação.

Na freguesia de Velas, como é visível no quadro 29, grande parte da área afeta aos espaços urbanos de acordo com o PDM em vigor, encontra-se ocupada. Na Vila de Velas as áreas em solo urbano, em espaços urbanos e espaços urbanizáveis definida no PDM em vigor, encontram-se edificadas, principalmente na zona dos espaços urbanos. Na zona dos espaços urbanizáveis ainda existem espaços que permitem novas construções. Na Beira verifica-se uma ocupação

considerada dos espaços urbanos. No entanto, é claro o crescimento ao longo das vias de edificações fora dos espaços urbanos. São Pedro apresenta na zona de espaços urbanizáveis, com espaço livre para futuras edificações, mas a zona em espaços industriais encontra-se esgotada. Também é evidente a existência de construções ao longo das vias fora dos espaços urbanizáveis, por habitação.

Quadro 29. Ocupação do edificado na freguesia de Velas

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
Vila de Velas	
Beira	
São Pedro	



No período de 2005 a 2017 para a freguesia de Velas houve a entrada de 141 processos de licenciamentos, dos quais 93% corresponde a zonas de espaços em solo urbano e os restantes em espaços em solo rústico. Nos espaços urbanos foi proposto a intervenção em 17,16% da área total dos terrenos, nos espaços urbanizáveis em 6,06% da área total dos terrenos e nos espaços industriais 34,72% da área total dos terrenos. Nos espaços em solo rústico verifica-se a realização de operações urbanísticas com um total de 9 processos nestes espaços, um número reduzido de intervenções em relação aos espaços em solo urbano, das quais afetas ao uso habitacional 5 processos (quadro 30).

Quadro 30. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Velas

Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	N.º proc.
Espaços urbanos	unifamiliar	3516,38	0,48	26084,38	3,59	39
	plurifamiliar	2075,54	0,29	4945	0,68	8
	Com./serviços	22644,9	3,11	85502,02	11,76	34
	turismo	948,41	0,13	4518	0,62	4
	indústria	744,62	0,10	3736	0,51	3
	total		29929,85	4,12	124785,4	17,16
Espaços urbanizáveis	unifamiliar	1928,93	0,47	10842,4	2,62	16
	plurifamiliar	788,55	0,19	1706,09	0,41	2
	Com./serviços	2870,48	0,69	11373,86	2,75	5
	turismo	115	0,03	1148	0,28	1
	total		5702,96	1,38	25070,35	6,06
Espaços industriais		6132,79	6,18	34430	34,72	20
Espaços agrícolas	unifamiliar	185		4840		1
	indústria	3797,95		8082		2
	agrícola	93,75		968		1
	total	4076,7		13890		4
	unifamiliar	320,72		4134		4
Espaços florestais	Com./serviços	250		19844		1
	total	570,72		23978		5
	Total	46413,02	0,31**	222153,75	1,46**	141

Nota: *A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 727063,8m²; espaços urbanizáveis: 413776 m²; espaços industriais: 99160,2m²). ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (1518000m²).

Os aglomerados afetos à freguesia de Rosais, apenas apresenta Rosais com espaços urbanos, de acordo com o PDM atual. No quadro 31 verifica-se uma ocupação pontual ao longo das vias, seguindo a extensão da mancha definida no plano, com um centro com uma maior ocupação. No entanto, é claro que a ocupação da edificação se estende para fora da área definida no plano, ao longo das vias existentes, por edificações permitidas ou existentes em espaços em solo rústico. A situação da Fajã do João Dias, apesar de situar-se em espaços agrícolas o PDM em vigor, apresenta-se como um aglomerado de interesse pela população com uma ocupação reduzida e sazonal.

Quadro 31. Ocupação urbana na freguesia de Rosais

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
Rosais	
Fajã João Dias	

Para a freguesia de Rosais, entre 2005 e 2017 foram apresentados 49 processos de licenciamento, dos quais 65,30% foram em espaços classificados em solo urbano no PDM. Estes remeteram-se a uma ocupação territorial de cerca 4,20% dos espaços urbanos. Nos espaços agrícolas foram propostas 9 intervenções para o uso habitacional e 1 para comércio/serviços.

Quadro 32. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Rosais

Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	N.º proc.
Espaços urbanos	unifamiliar	2969,86	0,36	30443,07	3,71	26
	Com./serviços	552,72	0,07	4018	0,49	6
	total	3522,58	0,43	34461,07	4,20	32
Espaços agrícolas	unifamiliar	656,25		10152,5		9
	Com./serviços	102		350		1
	turismo	424		6149,64		1
	agrícola	540,83		27478		6
	total	1723,08		44130,14		17
Total		5245,66	0,02**	78591,21	0,32**	49

Nota: *A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 820000m²) ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (24440000m²).

Na freguesia de Santo Amaro, quer no aglomerado de Santo Amaro como no aglomerado da Queimada verifica-se uma ocupação de edificações que são exteriores da mancha definida pelos espaços urbanos e uma ocupação considerada na macha de espaços urbanos, apesar da

existência de espaços por ocupar. Toledo apresenta uma área reduzida de ocupação, à semelhança do definido pelo plano, com a tendência da extensão ao longo das vias existentes, de edificações afetas à atividade de agropecuária e habitacional (quadro 33).

Quadro 33. Ocupação urbana na freguesia de Santo Amaro

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
Santo Amaro	
Queimada	
Toledo	

Para a freguesia de Santo Amaro, entre 2005 e 2017, foram apresentados 70 processos de licenciamento, dos quais 67,14% foram em espaços urbanos no PDM, com uma ocupação territorial de cerca 23,20%. Nos espaços de classificação em espaço rural foram apresentados 23 processos, dos quais 14 para o uso habitacional e 1 para comércio/serviços (quadro 34).

Quadro 34. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Santo Amaro

Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	N.º proc.
Espaços urbanos	unifamiliar	4164,91	0,47	75166	8,45	28
	Com./serviços	6395,47	0,72	38374,73	4,31	11
	turismo	3098,01	0,35	89779	10,09	5
	indústria	296,71	0,03	1263	0,14	2
	agrícola	22,5	0,00	1936	0,22	1
total		13977,6	1,57	206518,73	23,20	47
Espaços agrícolas	unifamiliar	346,9		4500		2
	agrícola	526,52		23710,17		3
	plurifamiliar	165,37		5131		1
	total	1038,79		33341,17		6
Espaços florestais	unifamiliar	1474,22		45352,2		12
	Com./serviços	962		962		1
	agrícola	724,09		25573,8		4
	total	3160,31		71888		17
Total		18011,33	0,08**	306616,9	1,44**	70

*A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 890000m²). ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (21230000m²).

Na freguesia de Urzelina, em ambos os aglomerados identificados, verifica-se áreas urbanas por ocupar e zonas fora dos espaços urbano ocupados, ao longo das vias existentes. Na Urzelina a área ocupada apresenta maior continuidade edificada do que na Ribeira do Nabo (quadro35).

Quadro 35. Ocupação urbana na freguesia de Urzelina

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
Urzelina	
Ribeira do Nabo	

No período de 2005 a 2017, a maior parte dos processos de licenciamento em solo urbano foram nos espaços urbanos, 70 dos processos (64,81% do total de processos), com uma ocupação territorial de 37,95% da área, enquanto nos espaços urbanizáveis foi de apenas 1 processo (0,93% do total de processos), com uma ocupação territorial de 4,20% da área. Nos espaços industriais não deu entrada de nenhum processo de licenciamento. Nos espaços de classificação em solo rústico no PDM verifica-se 26 processos associados ao uso habitacional (quadro 36).

Quadro 36. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Urzelina

Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	N.º proc.
Espaços urbanos	unifamiliar	11117,46	1,29	261811,17	30,49	49
	plurifamiliar	332	0,04	5261	0,61	3
	Com./serviços	2465,84	0,29	46253,5	5,39	14
	turismo	974	0,11	8339	0,97	2
	indústria	201	0,02	1465	0,17	1
	agrícola	162,32	0,02	2797	0,33	1
total		15252,62	1,78	325926,67	37,95	70
Espaços urbanizáveis	unifamiliar	345	0,60	2425	4,20	1
Espaços agrícolas	unifamiliar	754,45		30691		7
	agrícola	194		20328		2
	total	948,45		51019		9
Espaços florestais	unifamiliar	3549,5		68926,92		19
	turismo	2600		23199		1
	indústria	89,45		4838		1
	agrícola	1456,47		27503,85		7
	total	7695,42		124467,77		28
Total		24241,49	0,18**	503838,44	3,69**	108

Nota: *A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 858771,4m²; espaços urbanizáveis: 57775,56 m²). ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (13670000m²).

Em Manadas, os aglomerados de Manadas e Terreiros, apresentam uma continuidade urbana, apesar dos espaços por ocupar existentes entre eles, que o plano não apresenta. Evidencia-se uma ocupação exterior à mancha de espaços urbanos e espaços por ocupar nesta macha. A Fajã das Almas, apesar de ser um aglomerado fora dos espaços urbanos apresenta como um espaço de interesse da população, com uma ocupação de uso habitacional, reduzida.

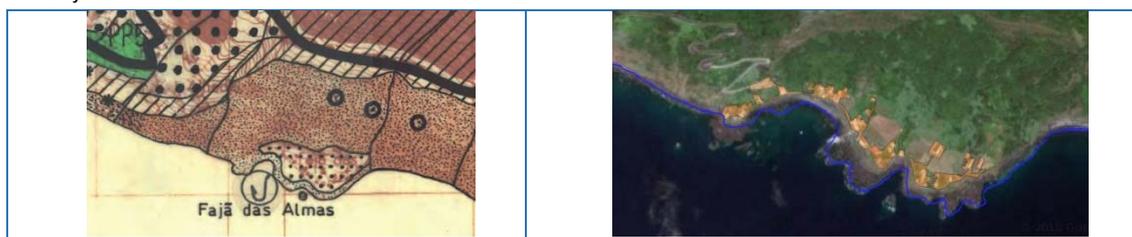
Quadro 37. Ocupação urbana na freguesia de Manadas

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
Terreiros	
	

Manadas



Fajã das Almas



Para a freguesia de Manadas, entre 2005 e 2017, foram apresentados 29 processos de licenciamento, dos quais 68,96% foram em espaços urbanos no PDM, com uma ocupação territorial de cerca 11,89%. Nos espaços de classificação rústica foram apresentados 6 processos para o uso habitacional (quadro 38).

Quadro 38. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Manadas

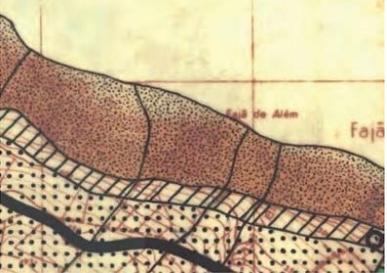
Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	n.º proc.
Espaços urbanos	unifamiliar	2027,77	0,55	32887	8,89	15
	plurifamiliar	74,8	0,02	4396	1,19	1
	Com./serviços	218	0,06	3732,2	1,01	2
	indústria	510	0,14	510	0,14	1
	agrícola	59	0,02	2480	0,67	1
	total		2889,57	0,78	44005,2	11,89
Espaços agrícolas	unifamiliar	277,7		5159		5
	turismo	97,15		577		1
	agrícola	20		30		1
	total	394,85		5766		7
Espaços florestais	unifamiliar	76,1		1419		1
	agrícola	83		726		1
	total	159,1		2145		2
Total		3443,52	0,03**	51916,2	0,42**	29

*A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 370000 m²). ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (12500000m²).

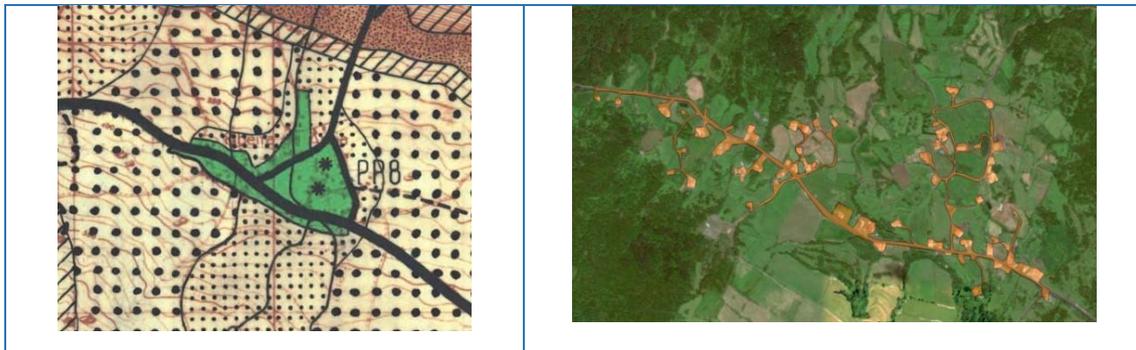
No Norte Grande em todos os aglomerados é notório espaços por ocupar no interior das manchas dos espaços urbanos definidas no plano. A ocupação de edificação é mais notória nos aglomerados do Norte Grande e na Fajã do Ouvidor. No Norte Grande os espaços urbanizáveis apresentam mais área por ocupar, do que a ocupada. No entanto, nos espaços urbanos esta apresenta-se mais consolidada, com menor área por ocupar. Santo António, apesar da sua ocupação linear, ao longo das vias existentes, com uma extensão semelhante à prevista no plano, ainda apresenta muitos vazios de ocupação. Nas Fajãs de Além e da Ribeira da Areia, classificados fora dos espaços urbanos, apresentam-se como espaços de interesse pela

população para ocupação, com uma reduzida ocupação de edificação. No caso da Fajã do Além não há indicação no plano de zona de fajã com macha de espaço agrícola ou de espaço florestal, como ocorre na Fajã da Ribeira da Areia.

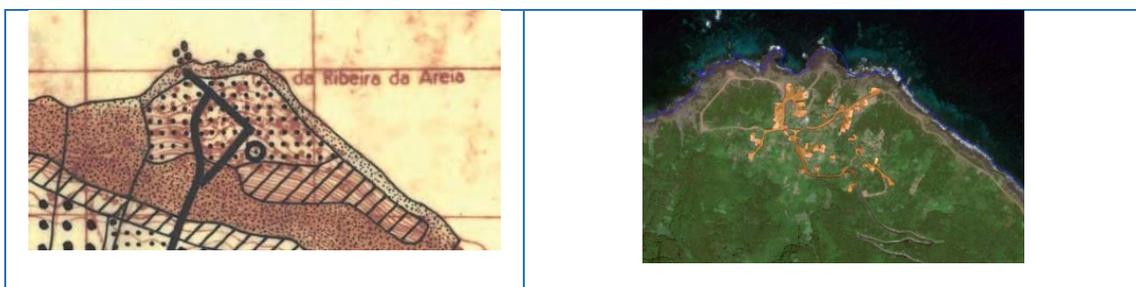
Quadro 39. Ocupação urbana na freguesia de Norte Grande

Extrato de Planta de Ordenamento PDM (2005)	Extrato imagem de satélite (Google Earth (2018))
<p>Santo António</p> 	
<p>Norte Grande</p> 	
<p>Fajã do Além</p> 	
<p>Fajã do Ouvidor</p> 	

Ribeira da Areia



Fajã da Ribeira da Areia



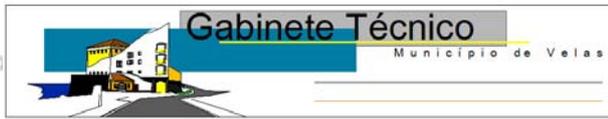
No período de 2005 a 2017 para a freguesia de Norte Grande houve a entrada de 50 processos de licenciamentos, dos quais 86% em terrenos em espaços urbanos, ocupando uma área de 9,58% da área total prevista. Apesar da existência de espaços urbanizáveis e espaços indústrias no plano nesta freguesia não houve pedidos de licenciamentos neste período. Os pedidos de licenciamento existentes para os espaços agrícolas foram para o uso habitacional (quadro 40).

Quadro 40. Processos de licenciamento 2005-2017 na freguesia de Norte Grande

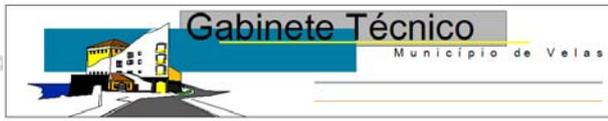
Classificação PDM	Uso	Implantação (m ²)	%*	Terreno (m ²)	%*	N.º proc.
	unifamiliar	3232,27	0,30	81410	7,47	34
	Com./serviços	1246	0,11	11875	1,09	6
	turismo	143	0,01	6610	0,61	1
	agrícola	245	0,02	4435	0,41	2
Espaços urbanos	total	4866,27	0,44	104330	9,58	43
Espaços agrícolas	unifamiliar	470,74		2742		7
Total		5337,01	0,02**	107072	0,33**	50

Nota: *A % corresponde à relação entre a área de implantação da construção ou a área total do terreno e a área total da classificação no PDM em vigor na freguesia (espaços urbanos: 1089304,06m²). ** Corresponde à relação entre a área de implantação edificada ou do total do terreno e a área total da freguesia (32060000m²).

Em suma, verifica-se uma maior ocupação de espaços em solo urbano do lado sul do que do lado norte do concelho. Em muitos dos aglomerados verifica-se uma ocupação exterior às machas de espaços em solo urbano definidas pelo plano, pelas vias próximas. Quando num aglomerado existem áreas em espaços urbanos e em espaços urbanizáveis, verifica-se uma



maior ocupação das áreas em espaços urbanos, onde se incidiu maior número de licenciamentos, em relação à área ocupada em espaços urbanizáveis. As áreas destinadas a espaços industriais, são reduzidas no plano e a maior zona encontra-se esgotada, na freguesia de Velas. Em algumas situações verifica-se a existência de unidades industriais fora das áreas definidas pelo plano, como o caso da unidade fabril de produção de derivados de leite na Beira. No período de 2005 a 2017, não existiu processos de licenciamentos para os espaços indústrias fora da freguesia de Velas, para a área de pequena indústria e armazéns da Urzelina e para a área de pequena indústria e armazéns de Norte Grande (ponto 4 do artigo 8.º do DRR n.º 7/2005/A, de 23 de março).



4. Espaços Públicos

O espaço público corresponde a um espaço físico onde o cidadão deverá ter livre acesso, quer seja em domínio privado, quer seja em domínio público. Segundo Brandão (2008), o espaço público “é o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem coletivo da comunidade”. O autor classifica o espaço público em 15 tipologias, que se estruturam em: traçado, com as tipologias espaços de encontro e circulação; paisagem, com as tipologias de lazer e de contemplação; deslocação, com as tipologias de transporte, canal e estacionamento; memória, com as tipologias de espaços de saudade, memória e arqueologia; economia, com as tipologias de espaço de comércio semi-interiores ou semi-exteiores; e espaço gerado, com as tipologias por edifícios ou sistemas.

No caso da análise do espaço público no concelho de Velas apenas serão analisados os espaços enquadrados nas estruturas de traçado, paisagem, memória e espaços gerados. Assim, as tipologias consideradas são:

- **Encontro**, por exemplo os largos e praças, são espaços com diferentes dimensões e formas, geralmente delimitados por edifícios e marcados pela convergência de percursos;
- **Circulação**, por exemplo ruas e avenidas, permitem a circulação e permanência de indivíduos como também dos veículos, o caso da permanência de veículo quando existe estacionamento;
- **Lazer-natureza**, por exemplo os jardins e os parques, contribuem para o encontro de indivíduos, o estar, o lazer e a contemplação, geralmente dispõem de equipamentos, por exemplo fontes, tanques e coretos.
- **Contemplação**, por exemplo os miradouros e panoramas, são espaços que permitem a observação da paisagem, podendo haver espaços de merenda e zonas de estacionamento;
- **Saudade**, corresponde aos cemitérios, locais de prática religiosa de homenagem;
- **Arqueologia**, espaços que mantem a memória de uma atividade como industrial, de serviços ou agrícola.
- **Por edifício**, neste caso apenas os adros, são espaços de áreas externas, cercadas ou não por edifícios religiosos que permitem a agregação de pessoas contribuindo para a realização de atividades religiosas, feiras e mercado livre.

Os espaços de tipologia **encontro** são mais comuns, evidentes e caracterizados na Vila de Velas. No caso das Vila de Velas, alguns exemplos correspondem a locais de intercessão de várias vias, ladeados por edifícios, criando zonas alargadas, com passeios para os peões e vias para os veículos que controlam o espaço, alguns exemplos são o Largo das Almas, Largo Dr. João Pereira e o Largo de Santo Antão. Outros espaços caracterizam-se por o peão ser o seu principal utilizador, criando espaço amplos pavimentados com zonas ajardinadas, com zonas de estar, geralmente com estátuas ou esculturas e, por vezes, com equipamentos destinados a crianças,

como parque infantil. Alguns exemplos são a Praça Velha, Entre Morros (figura 4) e o espaço a Este da Casa de Repouso João Inácio de Sousa (figura 5).

Figura 5. Entre Morros e Espaço a Este da Casa de Repouso



Nos restantes aglomerados os espaços de encontro geralmente não estão devidamente caracterizados. Nestes casos os espaços são de intersecção de várias vias, próximo de equipamentos, por exemplo religiosos, usualmente, sem a delimitação das zonas de circulação de peões e veículos e de estacionamento, afirmando-se como espaços livres, com forma e dimensão que contribuem para a aglomeração de pessoas em eventos religiosos e festivos. Alguns exemplos são o Largo da Relva, na Beira (apesar de dispor de zona delimitada para parque infantil em bom estado de conservação) (figura 5), o Largo da Igreja, em Santo Amaro, e o Largo da Senhora da Luz, na Queimada. O Largo do Governador Machado Pires, nos Rosais, apresenta como uma situação intermédia a nível de caracterização, com a delimitação entre equipamentos e a circulação de veículos e peões, mas em algumas situações sem passeios e sem zonas de passagem para os peões. Em situações pontuais, encontramos estes espaços delimitados e caracterizados, apoiados por equipamentos de diversos usos por exemplo: o Largo do Dr. Duarte de Sá, na Urzelina, com parque infantil e zona de estar; o Largo do Viteleiro, na Fajã do Ouvidor, com parque multifunções, parque infantil e edifício para churrascos (figura 6).

Figura 6. Largo da Relva (Beira) e Largo do Viteleiro (Fajã do Ouvidor)



Os espaços de tipologia **circulação** são de diferentes tipos nos aglomerados, verificando-se que quando maior os aglomerados e maior diversidade de usos, maior hierarquia dos tipos de circulação e diversidade neste. Deparamos várias situações no concelho de Velas, desde de aglomerados com os espaços devidamente hierarquizados, com a delimitação dos espaços de

circulação pedonal e a circulação de veículos, até aglomerados que apenas dispõe da marcação da circulação de veículos e outros com apenas a circulação pedonal.

A Vila de Velas apresenta os espaços de circulação com a devida delimitação dos espaços de circulação pedonal e da circulação de veículos e hierarquizados. Geralmente, existe a demarcação das zonas de estacionamento e de atravessamento pedonal (passadeiras). Não é comum a existência de elementos arbóreos nestes espaços, nem de zonas relvadas e ajardinadas. Um exemplo de vias com elementos arbóreos e zonas relvadas é a Avenida da Conceição, ao longo do litoral e a Rua da Gruta (figura 7). Também existem alguns percursos apenas pedonais, associados à zona mais antiga do aglomerado, cujo espaço de referência é Rua Maestro Francisco Lacerda (figura 7), associado ao comércio e permite a ligação entre os Paços do Concelho e a Igreja da Matriz.

Figura 7. Rua da Gruta e Rua Maestro Francisco Lacerda



Nos restantes aglomerados deparamos com duas situações, os aglomerados onde o predomínio é da circulação de veículos, que corresponde à maior parte dos aglomerados, e os aglomerados onde o predomínio é da circulação pedonal, que enquadra a Fajã das Almas, a Fajã do João Dias e a Fajã d'Além, onde não é possível o acesso por veículos.

Na primeira situação o predomínio é de espaço de circulação de veículos onde não existem a separação entre a circulação pedonal e da circulação de veículos e geralmente não existe a delimitação das zonas de estacionamento. No aglomerado da Urzelina verifica-se zonas com a separação entre a circulação pedonal e da circulação de veículos em vários troços das vias, mas vários sem esta delimitação. Estes espaços na maior parte das situações encontram-se asfaltados, no entanto, deparamos com alguns percursos em gravilha ou em terra batida. Dos espaços de circulação nestes aglomerados destaques para a Marginal dos Casteletes (Urzelina e Manadas) (figura 8) e Caminho do Canto (Urzelina), onde os espaços de circulação desenvolvem-se ao longo de espaços ligados à memória da vida rural e permitem a contemplação do litoral e do mar.

Na segunda situação os espaços de circulação, pedonais, permitem o acesso ao edificado existente, com dimensão necessária para a circulação de pelo menos uma pessoa em cada sentido, em algumas situações com o percurso delimitado por muros. Na Fajã das Almas estes

percursos estão impermeabilizados, com betonilha (figura 8), enquanto na Fajã de João Dias são permeáveis, em terra batida.

Figura 8. Marginal dos Casteletes (Urzelina) e Percurso pedonal Fajã das Almas



Os Espaços de **lazer-natureza** no concelho de Velas são reduzidos. Próximo ou no interior dos aglomerados existem: na Vila de Velas, o Jardim da República e o Trilho Botânico; e, na Beira, o Parque de Merendas. Afastado dos aglomerados existem: o Terreiro da Macela, sito na freguesia de Velas (Beira); o Parque Florestal na Macelas, sito na freguesia de Santo Amaro; e o Parque Florestal das 7 fontes, sito na freguesia dos Rosais.

O Jardim da República é um espaço delimitado por muretes baixos com gradeamento superior, com percursos impermeáveis delimitados por canteiros e um coreto ao centro. Este espaço foi alvo de obras de melhoria em 2017 que proporcionou a colocação de novo mobiliário urbano e a colocação de sistema de rega (figura 9).

O Trilho Botânico é um espaço que se desenvolve na arriba, destinada ao cultivo e divulgação de vegetação autóctone e exóticas. Dispõe de equipamentos de apoio, como instalações sanitárias e edifício, atual sede da AtlanticFut, trilho pedestre e miradouro com espaço de merendas. Encontra-se em obras de melhoria com a conclusão das obras em 2018 (figura 9).

O Parque de Merendas é um espaço arborizado e pavimento permeável (relvado), com equipamentos de estar, com mesas e bancos.

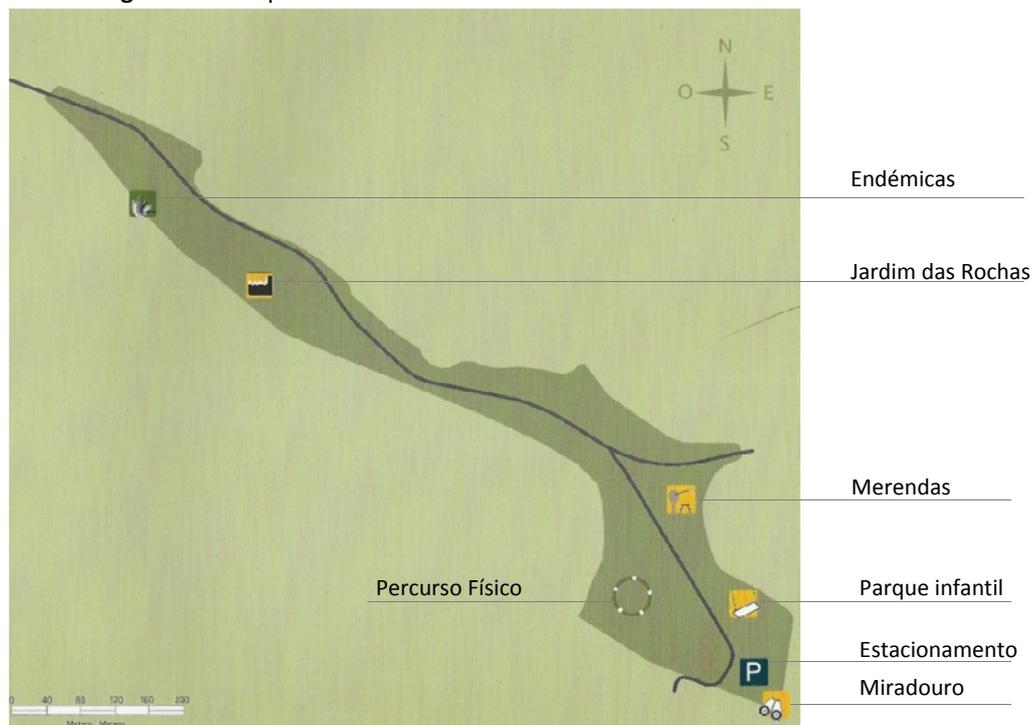
Figura 9. Jardim da República (Velas) e Trilho Botânico (Velas)



O Terreiro da Macela, é um espaço atravessado pela estrada regional com uma bifurcação, que integra a Ermida de Santo Antão, a Norte, o parque de merendas e edifício de apoio (com churrasqueiras, forno de lenha, lava-louça e instalações sanitárias) inaugurado em 2017, a Oeste da via, e espaço de apoio existente com instalações sanitárias, chafariz, bar e churrasqueiras, a Este da via. Este espaço dispõe de zonas relvadas e com arborização. Neste local realiza-se a festa conhecida por “Segunda-feira do Terreiro da Macela” integrado nas festas de Santa Ana.

O Parque Florestal nas Macelas, classificado como Reserva Florestal de Recreio (DLR n.º 32/2006/A, de 30 de agosto), implanta-se no planalto do maciço central, revestido primordialmente por criptomérias, dispõe de alpendre para merendas, área de jogos, jardim endémico e rockgardem. O parque desenvolve-se ao longo de estrada regional, com piso impermeabilizado (betonilha asfáltica), com percurso de acesso a parque de estacionamento e miradouro com pavimento permeável (terra batida) (Albergaria, 2012) (figura 10).

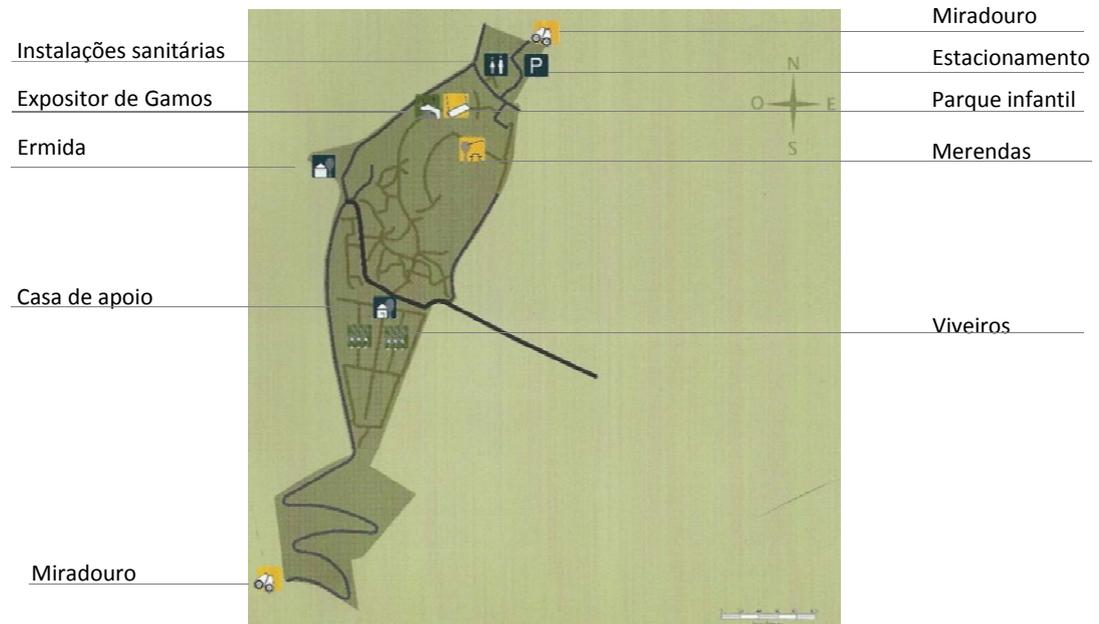
Figura 10. Parque Florestal nas Macelas



Fonte: Albergaria (2012)

O Parque Florestal das 7 fontes, classificado como Reserva Florestal de Recreio (DLR n.º 16/89/A, de 30 de agosto), é uma importante reserva hídrica, com várias nascentes e ribeiras, densamente arborizado, com arruamentos e veredas que conduzem a lagos e tanques. Também dispõe de viveiros, recinto de recreio infantil, recinto de merendas, campo de jogos (campo de futebol), zona de exposição de animais (como gamos e pombos), miradouros (miradouro do Pico da Velha e miradouro da Fajã de Afonso) e várias construções, como instalações sanitárias, a casa de apoio dos serviços do parque, a capela de S. João Baptista, o monumento ao emigrante (com a configuração de um bote baleeiro), o nicho de Santo Isidro e a cozinha rural (exemplar reconstituído de uma cozinha tradicional) (Albergaria, 2012) (figura 11).

Figura 11. Parque Florestal das 7 Fontes (Rosais)



Fonte: Albergaria (2012)

O concelho de Velas apresenta vários espaços de **Contemplação**, identificados no quadro 41.

Quadro 41. Espaços de Contemplação

Freguesia	Espaço	Acesso por:	Caracterizado
Velas	Vista panorâmica do Morro Grande	Percurso pedonal	Não
	Miradouro da Canavial	Estrada Regional	Sim
	Miradouro das Cruzes	Estrada Regional	Sim
	Miradouro Trilho botânico	Trilho botânico	Sim
	Miradouro Ponta das Eiras	Via marginal (Forte)	Sim
	Vista panorâmica da Praça de Touros	Parque de estacionamento	Não
Manadas	Miradouro Alto das Manadas	Estrada Regional	Sim
	Miradouro Fajã das Almas	Percurso pedonal	Não
	Miradouro da Ladeira (descida Fajã das Almas)	Via local	Sim
	Miradouro Pico da Esperança	Cordeira Central – trilho	Não
	Miradouro Pico do Areiro	Cordeira Central – Trilho	Não
Norte Grande	Miradouro Canada da Igreja	Via Local	Sim
	Miradouro Caminho da Fajã do Ouvidor	Via local	Sim
	Miradouro sobre Fajã do Além	Trilho	Não
Santo Amaro	Miradouro do Carregadouro (Queimada)	Via local – junto à costa	Sim
	Miradouro Ribeira do Almeida	Estrada Regional	Sim
	Miradouro Macelas	Parque Florestal	Não
Urzelina	Miradouro Marginal dos Casteletes	Via marginal	Sim
	Miradouro Marginal dos Casteletes (próximo do Porto Urzelina)	Via marginal	Sim
	Miradouro Caminho das Arvores	Via local – junto à costa	Sim
	Miradouro Caminho Novo	Estrada Regional	Sim
	Miradouro Transversal	Estrada Regional	Sim
Rosais	Miradouro Pico da Velha	Parque Florestal	Não
	Miradouro Ferrã de Afonso	Parque Florestal	Não
	Miradouro Ponta dos Rosais	equipamento de farolagem	Não

Estes espaços, de âmbito público, em algumas situações apresentam-se devidamente caracterizados, delimitados, pavimentados e em algumas situações com equipamentos de apoio, proporcionado pela dimensão e localização destes, por exemplo o Miradouro do Carregadouro (figura 12). Enquanto que outros são pontos de contemplação, sem uma delimitação física, como a vista panorâmica da Praça de Touros.

Figura 12. Miradouro do Carregadouro (Santo Amaro) e Miradouro Caminho das Arvores (Urzelina)



Os espaços de **Saudade** identificados no concelho da Velas foram os cemitérios. Verifica-se que alguns são espaços afastados dos aglomerados, enquanto que outros estão próximos ou integrados nos aglomerados, conforme o quadro 42. São espaços delimitados, geralmente sem espaço próprio para estacionamento, recorrendo a zonas próximas, quando possível, e a conservação destes espaços varia entre bom e o razoável.

Quadro 42. Espaços de Saudade

Freguesia	Espaço	Acesso por:	Aglomerado	Observações
Velas	Cemitério (Beira)	Via Local	Afastado	Com estacionamento; conservação bom
	Cemitério (Velas)	Via Local	Integrado	Sem estacionamento; conservação bom
Manadas	Cemitério (caminho do cemitério)	Via Local – junto à costa	Próximo	Sem estacionamento; conservação razoável
Norte Grande	Cemitério (Santo António)	Estrada Regional (igreja Santo António)	Próximo/integrado	Estacionamento da Igreja; conservação razoável
	Cemitério (Norte Grande)	Estrada Regional	Afastado	Sem estacionamento; conservação razoável
Santo Amaro	Cemitério (Santo Amaro)	Estrada Regional	Afastado	Zona possível estacionamento; conservação bom
	Cemitério (Toledo)	Via Local – Estrada Regional	Afastado	Sem estacionamento; conservação razoável
Urzelina	Cemitério (Caminho Novo)	Via local – Estrada Regional	Próximo	Sem estacionamento; conservação razoável
Rosais	Cemitério (Ribeira da água)	Via local	Próximo	Sem estacionamento; conservação bom

Os espaços de **arqueologia** são comuns no concelho de Velas, com elemento de arquitetura de produção como moinhos e eiras que se encontram em todas as freguesias, de domínio privado, e os chafarizes, associados ao abastecimento de água, de domínio público, identificados nas fichas de caracterização. Existem outros tipos e exemplos que definem um conjunto em

associação com espaços de circulação, identificados no quadro 43. Estes espaços passaram no geral a integrar outros usos, em algumas situações valorizando, enquanto noutras não, afirmando-se como delimitador de espaço. No geral, não há a devida informação sobre a história e a importância destes elementos, ressaltando A torre na Presa da Calçada, na Urzelina, (figura 13) e do Forte no Caminho de Baixo, Manadas, (figura 13) uma vez que são pontos de paragem obrigatória do ponto de vista turística.

Figura 13. Informação junto à Torre (Urzelina) e Informação junto ao Forte (Manadas)



Quadro 43. Espaços de Arqueologia

Freguesia	Espaço	Atividade	Conversão
Velas	Forte da Ponta das Eiras (Zona do Arco)	Militar	miradouro
	Forte das Ladeiras (Rua das Caravelas)	Militar	Integração na circulação
	Forte de Nossa Senhora da Conceição (Avenida da Conceição)	Militar	Auditório Municipal
	Forte de Santa Cruz (Rua Almirante Cândido dos Reis)	Militar	Atividades de apoio aos cais
	Muralhas do Porto das eiras (Rua Infante D. Henrique)	Militar	Integração na circulação
Manadas	Poço de Maré (Fajã das Almas)	Serviços de abastecimento de água - doméstico	Ponto referencia
	Forte (Caminho de Baixo)	Militar	turístico
Urzelina	Poço de Maré (Rua do Porto)	Serviços de abastecimento de água - doméstica	Espaço cultural
	Conjunto de moinhos (marginal dos Casteletes)	Indústria	Percurso cultural
	Conjunto de moinhos (Caminho do Canto)	Indústria	Percurso cultural
	Torre (Presa da Calçada)	Religiosa	turístico
	Forte (Caminho do Porto)	Militar	Em requalificação
Rosais	Chafariz e poços de lavar (Serroa)	Serviço de abastecimento de água - doméstico	Ponto de encontro, referência

Os espaços **por edifício** são recorrentes em todas as freguesias, associados a edifícios de cariz religioso. Estes espaços em alguns aglomerados correspondem a locais onde é possível o encontro de pessoas de modo seguro, em espaço delimitado, plano, criando uma plataforma, geralmente elevada, e onde os veículos não circulam. São espaços de destaque associados a eventos religiosos. Em muitos casos surgem à volta de um edifício, sendo menos frequente a existência de vários edifícios, como no caso do adro da Igreja de Nossa Senhora da Boa Hora

(Santo Amaro). Alguns destes espaços dispõem de elementos arbóreos e/ ou espaços ajardinados, como Adro da Ermida de Senhora da Boa Hora (Santo Amaro), Adro da Igreja de Santo Amaro (Santo Amaro) (figura 14) e Adro da igreja de Nossa Senhora das Neves (Norte Grande). No geral estes espaços estão valorizados, com pavimentos e zonas verdes cuidadas. No entanto existem situações de abandono como o caso da Ermida de São Vicente (Santo Amaro) ou de pavimentos e de soluções que requer alguma manutenção, que é reduzida (por exemplo Adro de Igreja de Santa Barbara (Manadas)) ou que não favorecem o espaço (por exemplo Adro da Ermida de Senhora da Boa Hora (Santo Amaro)). No quadro 44 enumeram-se estes espaços.

Figura 14. Adro Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Rosais) e Adro Igreja de Santo Amaro (Santo Amaro)



Quadro 44. Espaços por Edifício

Freguesia	Espaço
Velas	Adro Igreja de Santa Ana (Beira)
	Adro Ermida de Nossa Senhora do Livramento (Velas)
	Adro Ermida de São Pedro (São Pedro)
	Adro Ermida de Nossa Senhora da Piedade (Velas)
Manadas	Adro de Igreja de Santa Barbara (Manadas)
	Adro Ermida do Santo Cristo (Fajã das Almas)
	Adro Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe (Manadas)
Norte Grande	Adro Igreja de Nossa Senhora das Neves (Norte Grande)
	Adro Igreja de Santo António (Santo António)
	Adro Ermida de Nossa Senhora de Fátima (Fajã da Ribeira da Areia)
	Adro da Ermida de São Miguel Arcanjo (Ribeira da Areia)
Santo Amaro	Adro da Igreja de Santo Amaro (Santo Amaro)
	Adro ermida da Senhora da Boa hora (Boa Hora)
	Adro Ermida de São Vicente (Fajã de Santo Amaro)
	Adro Ermida de Nossa Senhora das Candeias (Ribeira do Nabo)
	Adro Ermida de São José (Toledo)
Urzelina	Adro igreja de São Mateus (Urzelina)
	Adro Ermida de Nossa Senhora Encarnação (Ribeira do Nabo)
Rosais	Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Rosais)
	Adro Império do Divino Espírito Santo (Rosais)

4.1 Áreas Críticas

A avaliação de áreas críticas neste estudo procura identificar as situações:

- Edifícios que se encontram degradados, abandonados ou funcionalmente inadequados;
- Áreas urbanas esgotadas;
- Imóveis com interesse patrimonial em mau estado de conservação;
- Áreas urbanas com insuficiência de infraestruturas e espaços públicos desqualificados;
- Aglomerados existentes que poderão ficar em situação de isolamento.

No concelho de Velas identificam-se pontualmente edifícios em mau estado de conservação, outros abandonados e outros desaproveitados, como indica o quadro 45. Alguns destes edifícios são propriedade do município e por parte deste existe a intenção de os revitalizar, como tem acontecido nos últimos anos, como no caso da escola primária em Santo António que está em fase de conclusão de obras de melhoramentos e de mudança de uso para casa mortuária. No entanto, são nos aglomerados que necessitam de fixar população e serem atrativos economicamente e a nível turístico, que mais necessitam desta revitalização. O melhoramento do aspeto dos edifícios e a operacionalidade destes equipamentos sejam de apoio a associações ou outras funções pode ser um contributo positivo.

Quadro 45. Lista de Edifícios

Freguesia	Espaço	Proprietário	Observações
Velas	Serviços Municipalizados (São Pedro)	Município de Velas	Mau estado
Santo Amaro	Pavilhão Multiusos	Município de Velas	Inacabado (obras de 2007)
Manadas	Antiga Cooperativa Antiga Escola Primária	Uniqueijo Município de Velas	Degradado Bom estado; desaproveitado (cedência pontual – Espírito Santo)
Norte Grande	Escola (Ribeira da Areia) Sociedade Filarmónica Recreio dos Nortes (Santo António)	Município de Velas Privado	Mau estado; abandonado Mau estado; para venda
Rosais	Edifício para Cooperativa (Ribeira de Água) Escola (ER – Ponta)	Uniqueijo Município de Velas	Inacabado; em uso Degradado; em uso

Fonte: CMV (2018)

Figura 15. Pavilhão Multiusos (Beira) e Escola (Ribeira da Areia)



Figura 16. Edifício para cooperativa (Rosais) e Escola (Ponta)



Ao nível do parque habitacional no concelho de Velas verifica-se que o estado de conservação da maior parte das edificações varia entre bom a razoável. No entanto em todos os aglomerados em situações pontuais encontram-se edifícios devoluto e/ou abandonados. Algumas das situações de abandono são de construções recentes, cujo promotor não teve capacidade de concluir. No entanto, a maior parte das situações são edifícios antigos que estão abandonados em muito mau estado de conservação. São situações que justifica atenção por parte do município que crie incentivos à sua regeneração. Alguns exemplos estão apontados nos quadros 46 e 47.

Quadro 46. Habitações abandonadas e/ou devolutas

Obras recentes não concluídas Abandono	Edifícios abandonados
 <p>Rua Prof. Rogério Contente (Vila de Velas)</p>	 <p>Rua de São José (Vila de Velas)</p>
 <p>Rua da Grua (Vila de Velas)</p>	 <p>Estrada Regional 1-2 (Beira)</p>
 <p>Largo da Relva (Beira)</p>	 <p>Estrada Regional 1-2 (Santo Amaro)</p>

Quadro 47. Habitações abandonadas e/ou devolutas

Edifícios Abandonados



A área urbana destinada à indústria na freguesia de Velas encontra-se esgotada, na atualidade. Assim, manifesta-se como uma área crítica que condiciona o crescimento das atividades industriais existentes ou que possam surgir no futuro (figura 17).

Figura 17. Zona Industrial (Velas)





Em todas as freguesias encontra-se património ligado à arquitetura da produção e equipamentos/elementos associados ao abastecimento de água, em mau estado de conservação e/ ou abandonado, que faz parte da história do concelho e da ilha. Os imóveis de arquitetura de produção, geralmente, são património de proprietários particulares, que por diversos motivos não os têm preservado, mas em situações pontuais existe a intenção de recuperação, conforme indicado nas fichas de caracterização dos equipamentos. Nesta lista encontram-se moinhos de vento, moinhos de água, postos de recolha de leite, fornos de cal e cerâmica, fabricas de queijo, vigia da baleia e chafarizes e poços de lavar.

Quadro 48. Imóveis e elementos em mau estado de conservação e/ ou abandono

Imóvel elemento	/ Velas	Rosais	Santo Amaro	Urzelina	Manadas	Norte Grande	Total
Moinho de vento	3	1	5	9	5	5	28
Moinho de água	-	-	-	-	-	3	3
Posto de recolha de leite	-	-	-	1	-	1	2
Forno de cal	-	-	1	2	-	-	3
Forno de cerâmica	-	-	-	1	-	-	1
Fabrica de queijo	-	-	1	1	-	-	2
Vigia da baleia	1	-	-	-	-	-	1
Chafariz	-	-	-	2	3	2	5
Chafariz e poços ou pia de lavar	-	1	-	1	-	1	3

Fonte: CMV (2018)

Ao nível do património religiosos encontram-se algumas ermidas em situação de mau estado de conservação, abandono ou fechadas todo o ano. Alguns exemplos são a Ermida de Nossa Senhora de Fátima (fechada), a Ermida de São Vicente (abandono), em Santo Amaro, e a Ermida de Jesus Maria José (mau estado de conservação), na Urzelina.

Alguns equipamentos públicos e espaços públicos apresentam em mau estado de conservação ou mesmo de abandono que devem ser melhorados e reintegrados na vida social da população. Alguns destes casos são espaços ligados ao património histórico do concelho integrados na malha urbana, como o caso do Forte de Santa Cruz, Forte das Ladeiras e as Muralhas do Porto das Caravelas, que devem ser valorizados, pelo menos pelo ser valor cultural. A nível dos equipamentos desportivos os exemplos são o Campo de futebol em Santo António e o Campo de futebol da Beira em que o primeiro se encontra abandonado e o segundo em mau estado de conservação. Nos espaços públicos alguns exemplos são o miradouro e chafariz, no caminho da Fajã do Ouvidor, que necessita de obras de melhoramento, e os percursos ao longo do litoral, principalmente o caso da Marginal dos Casteletes e o Caminho do Canto, que devem ser melhorados, integrar percursos pedonais e valorizar os equipamentos que dispõem e caso não sejam adequados, como o caso da a carreira de tiro, na marginal dos Casteletes, que se encontra em progressiva degradação, devem ser reformulados. Por último, o caso do equipamento de farolagem, devoluto, e os seus espaços envolventes, que necessitam de melhoramentos, principalmente pelo atrativo turístico que o local desperta.

Por fim, a situação dos aglomerados que poderão ficar em situação de isolamento. No concelho de Velas, devido à sua morfologia, alguns aglomerados podem ficar em situação de isolamento, devido às condições de acesso, por apenas existir uma via de acesso a nível terrestre. Esta situação manifesta-se principalmente nas fajãs litorais do concelho, quer dispõem um povoamento permanente ou sazonal, como: a Fajã das Almas; Fajã da Ribeira da Areia; Fajã do Ouvidor; Fajã d'Além; Fajã do João Dias. De acordo com avaliação dos Riscos Naturais e Tecnológicos no concelho (para aprofundamento do tema consultar o Setor do Biofísico) apresentam um grau de risco elevado a moderado nos Riscos geomorfológicos, com maior gravidade quanto aos movimentos de massa de vertente. As vias de acesso a estes aglomerados, que se fazem pelas encostas, em situações de chuvas mais intensas são sujeitas a movimentos de massa de vertente que poderão obstruir os acessos. Além dos riscos geomorfológicos algumas destas fajãs estão sujeitas a riscos hidrológicos, principalmente de galgamentos costeiros, que afetam principalmente a Fajã do João Dias, a Fajã das Almas e a Fajã da Ribeira da Areia, com especial atenção da Fajã das Almas, cujo percurso pedestre principal do aglomerado faz-se ao longo da costa. Estas áreas, atualmente, são valorizadas quer pelos habitantes, quer pelos visitantes, pela sua paisagem, exposição solar, lazer e festividades. São locais que proporcionam a reunião de pessoas e de interesse turístico.



Figura 18. Movimento de massa de vertente no acesso à Fajã da Ribeira da Areia (Norte Grande) e Fajã das Almas (Manadas)



4.2 Espaços Turísticos

O potencial turístico do concelho de Velas, associado aos espaços turísticos, pode ser dividido em três níveis o de natureza, o cultural e o de sol/mar.

A nível de natureza, os espaços proporcionam:

- Locais de referência para a observação de aves (exemplo Ponta dos Rosais) e flora;
- Percursos pedestres;

- A descoberta dos fenómenos vulcânicos no concelho (exemplo o Morro de Lemos e o Morro de Velas).

A este nível salientam-se os parques florestais de recreio, os miradouros e os trilhos pedestres, que proporcionam conhecer a natureza do concelho e a diversidade da sua paisagem. Os trilhos pedestres existentes permitem:

- No Percurso Pedestre do Pico do Pedro, pelo Pico da Esperança e termino na Fajã do Ouvidor (PR 04 SJO), o contacto com a cordilheira montanhosa na zona central da ilha, passando por vários picos e por lagoas;
- No Percurso Pedestre da Fajã de Além (PRC 05 SJO), a contemplação das fajãs da freguesia do Norte Grande, e da falésia, passando por nascentes de água natural e cursos de água.

A nível cultural enquadram-se:

- O património construído, de arquitetura civil, de produção, religiosa e militar, visível em todas as freguesias, com destaque para os moinhos de vento;
- Os aglomerados, como o núcleo antigo de Velas, os percursos marginais, nas Velas e Urzelina, e os aglomerados das Fajãs;
- O património gastronómico, com destaque para o queijo de São Jorge e as espécies;
- As festividades, com especial atenção às festividades religiosas que ocorrem por todo o concelho.

Dos espaços turísticos, neste âmbito, salientam-se os espaços de exposição existentes, que elucidam os costumes antigos de uma vida fortemente ligada à atividade agrícola como:

- A Casa Museu Cunha da Silveira (Museu Municipal de Velas), inaugurado a 2 de setembro de 2017, com o acervo relacionado sobretudo com a agricultura e pecuária, definiu o tema e projeto museográfico, marcado pela exposição de longa duração “O Mar e a Terra, a sustentabilidade de um Povo”, sito na Vila de Velas (Reis, 2017);
- O Centro de Exposição Rural da Urzelina, ligado aos costumes da freguesia, com exposição de artefactos associados à atividade agrícola, sito no caminho do Porto, na Urzelina (figura 19);
- O Núcleo Museológico dos Rosais, com exposição de utensílios para o fabrico de queijo, sito na Ponta, nos Rosais (figura 19).

Figura 19. Centro de exposição Rural da Urzelina e Núcleo Museológico dos Rosais



A nível do sol/mar enquadram-se:

- As zonas balneares e piscinas;
- Os Percursos de barco ao longo da orla costeira;
- Os equipamentos de apoio à atividade náutica, como a Marina, na Vila de Velas e os portos.

Neste caso os espaços de recreio e lazer concentram-se junto à costa e estão identificados nos quadros 49 e 50.

Quadro 49. Espaços turísticos associados ao sol/mar

Espaços



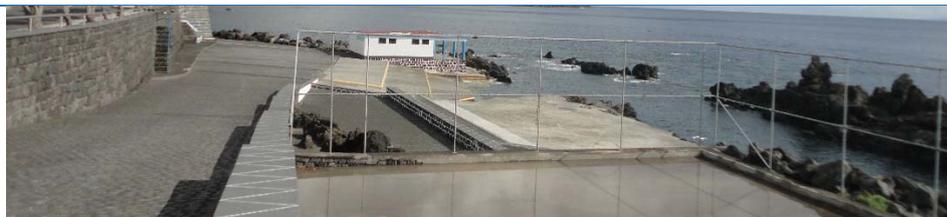
Marina da Vila de Velas



Piscinas Municipais – Piscinas do Morro (Vila de Velas)



Preguiça (Vila de Velas) - Piscina natural



Poça dos Frades (Vila de Velas) - Piscina natural



Cais da Urzelina



Piscinas naturais da Urzelina (Portinhos)



Piscinas da Urzelina

Quadro 50. Espaços turísticos associados ao sol/mar

Espaços



Zona balnear e porto de pescas, sito na Canada do Mar, Urzelina (**Fonte:** INE (*mapas censos 2011*))



Cais das Manadas com zona balnear



Porto dos terreiros (Manadas) com zona balnear



Porto da Fajã das Almas e piscina natural



Piscina Natural do Simão Dias (Fajã do Ouvidor)



Porto da Fajã do Ouvidor e piscina natural

A nível de alojamento, as unidades turísticas existentes no concelho vão desde empreendimentos turismo no espaço rural (TER), a estabelecimentos hoteleiros, a apartamentos turísticos e ao alojamento local. As unidades de TER existentes contemplam casas de campo, como a Casa da Ermida (em Santo Amaro) (figura 20) e a Quinta das Figueiras (nos Rosais) e de turismo rural, como a Quinta de São Pedro (nas Velas) (figura 20). Os

estabelecimentos hoteleiros existentes são três, classificados entre 2* e 3*. São o Hotel Neto e o Hotel São Jorge Garden localizados na Vila de Velas, e o Hotel os Moinhos situado na freguesia de Santo Amaro. Os dois primeiros são edifícios contínuos, compostos por quartos, distribuídos por vários pisos, enquanto o último é uma unidade que organiza os seus quartos ao longo de moradias sucessivas. O Cantinho das Bugarvilias (figura 21) é um empreendimento turístico composto por apartamentos de tipologia T2 e T1 distribuídos por vários blocos, localizado na freguesia de Santo Amaro. O alojamento local no concelho integra vários tipos como quartos, apartamentos, moradias e estabelecimentos de hospedagem. Estão distribuídos pelas freguesias de Velas, Manadas, Urzelina, Santo Amaro, Norte Grande e Rosais, mas com maior concentração nas Velas e Urzelina, com um total de 48 unidades.

Figura 20. Casa da Ermida (Santo Amaro) e Quinta de São Pedro (Velas)



Figura 21. Cantinho das Bugarvilias Resort (Santo Amaro)



Também há a possibilidade da prática do campismo no concelho, com o Parque de Campismo de Velas (figura 22) e o Parque de Campismo da Urzelina. Ambos os espaços estão devidamente delimitados, dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas e com infraestruturas de apoio, havendo a possibilidade da confeção de refeições. Estes equipamentos localizam-se próximos de outros equipamentos, como piscinas.

Figura 22. Parque de Campismo de Velas





5. Dinâmica Urbanística

A dinâmica urbanística foi avaliada tendo em conta, a informação disponibilizada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), pela Câmara Municipal de Velas (CMV) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir da data de entrada em vigor do PDM até à atualidade, incidindo no período de 2005 a 2017.

No período de 2005 a 2017, um dos eventos relevantes foi a crise económica internacional que teve impacto em Portugal a partir de 2008 levando o país a solicitar apoio financeiro ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a partir de 2011, e consequentemente condicionou os processos de licenciamento e a construção na RAA e no concelho de Velas, limitando o investimento quer privado, quer público.

Os dados apresentados partem de um nível geral para o particular, do licenciamento à construção até à particular pormenorização referente à habitação, uma vez que se trata de um uso que contribui para a expansão do territorial e de relevância para o concelho de Velas. Para a apresentação dos dados considera-se importante o esclarecimento de alguns conceitos ligados à temática habitação e construção, segundo as definições do INE, os seguintes:

- **Construção Nova:** “Edificação inteiramente nova ainda que no terreno sobre que foi erguida já tenha sido efetuada outra construção”.
- **Destino da Obra:** “Tipo de utilização dado à edificação tal como habitação, agricultura, comércio, indústria entre outros”.
- **Divisão:** “Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m² de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal: corredores; varandas; marquises; casas de banho; despensas; vestíbulos; e a cozinha se tiver menos de 4 m²”.
- **Divisões por Fogo:** “Quociente entre o número total de divisões e o número de fogos”.
- **Edifício:** “Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins. Caso se pretenda observar estatisticamente apenas o parque habitacional existente num determinado momento de referência, não são considerados os edifícios totalmente utilizados para fins diferentes da habitação”.
- **Edifício Clássico:** “Edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário e duração esperada de 10 anos pelo menos”.
- **Edifício de Apartamentos:** “Edifício de habitação familiar, em que a maior parte da sua área útil é ocupada por apartamentos”.
- **Entidade Promotora:** “Entidade privada ou pública por conta de quem as obras são efetuadas. Incluem-se as seguintes entidades: pessoa singular, administração central, administração regional, administração local, empresa privada; empresa de serviço público; cooperativa de habitação e instituições sem fins lucrativos”.
- **Fogo:** “Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares”.



- **Fogos por Pavimento:** “Quociente entre o número total de fogos nas construções novas e ampliações e o número total de pavimentos nas construções novas e ampliações”.
- **Superfície Habitável Média das divisões:** “Quociente entre a superfície total habitável das construções novas, ampliações e alterações e o número total de divisões nas construções novas, ampliações e alterações”.
- **Tipologia do Fogo:** “Classificação atribuída a cada fogo segundo o número de quartos de dormir e para cuja identificação se utiliza o símbolo Tx, sendo que x representa o número de quartos de dormir. T0 (zero quartos de dormir); T1 (um quarto de dormir); T2 (dois quartos de dormir); T3 (três quartos de dormir); T4 (quatro quartos de dormir); T5 e mais (cinco ou mais quartos de dormir)”.
- **Tipo de Obra:** “Designação dos trabalhos efetuados em edifícios (construção nova, ampliação, transformação e demolição)”.
- **Pavimento do Edifício ou Piso:** “Cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização. Os pisos são as rés do chão, as caves, subcaves e águas furtadas habitáveis ou utilizáveis são considerados pisos”.

No período de 2005 a 2016, segundo o quadro 51, os dados apresentados pelo SREA referente às licenças concedidas para construção, que engloba vários usos (desde habitação familiar, serviços e comércio, atividades recreativas e desportivas, agricultura à indústria transformadora e extrativa), tem decrescido na RAA, com um máximo de 2064, em 2006, e mínimo de 514, em 2014. A partir de 2008 a descida torna-se mais acentuada, com os valores mais baixos de 2012 a 2014, com um ligeiro crescimento em 2015 e ligeira descida em 2016.

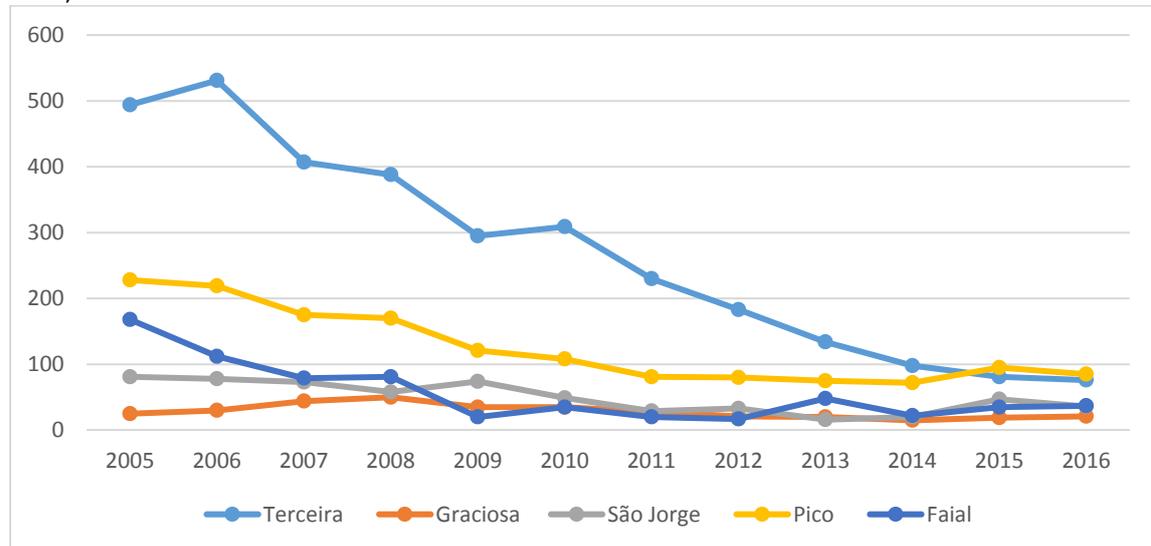
Quadro 51. Licenças concedidas para construção (2005-2016)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RAA	2020	2064	1826	1560	1012	1090	954	636	595	514	614	561
Terceira	494	531	407	388	295	309	230	183	134	98	81	76
Graciosa	25	30	44	50	35	35	28	21	20	15	19	21
São Jorge	81	78	73	58	74	49	29	33	16	20	47	36
Pico	228	219	175	170	121	108	81	80	75	72	95	85
Faial	168	112	79	81	20	35	20	17	48	22	35	37

Fonte: SREA (2018)

Esta tendência de decréscimo das licenças concedidas para construção é evidente em todas as ilhas do grupo central, sendo mais significativo na ilha com maior capacidade económica e populacional, a ilha Terceira. As ilhas de São Jorge e Graciosa são as que apresentam o menor número de licenças concedidas, constatando-se que até 2009 as perdas não são significativas e com período de ligeiro crescimento. A partir de 2010 nestas ilhas verifica-se a diminuição de licenças, com o ligeiro crescimento em 2015, mais significativo em São Jorge e decréscimo em 2016, no caso de São Jorge (figura 23).

Figura 23. Gráfico das licenças concedidas para construção para as ilhas do grupo central (2005-2016)



Fonte: SREA (2018)

Na ilha de São Jorge as licenças concedidas para construção destinaram-se, no período de 2005 a 2016, principalmente para uso habitacional, com um total de 333 licenças concedidas, correspondendo a cerca de 55,78% do total de licenças. Segue-se o Uso Geral, com um total de 148 licenças concedidas. Os usos associados ao comércio de dimensão relevante e tradicionais e hoteleiros apresentaram valores de 29 e 15 licenças, no total dos 12 anos, enquanto os restantes usos apresentam valores menores (quadro 52).

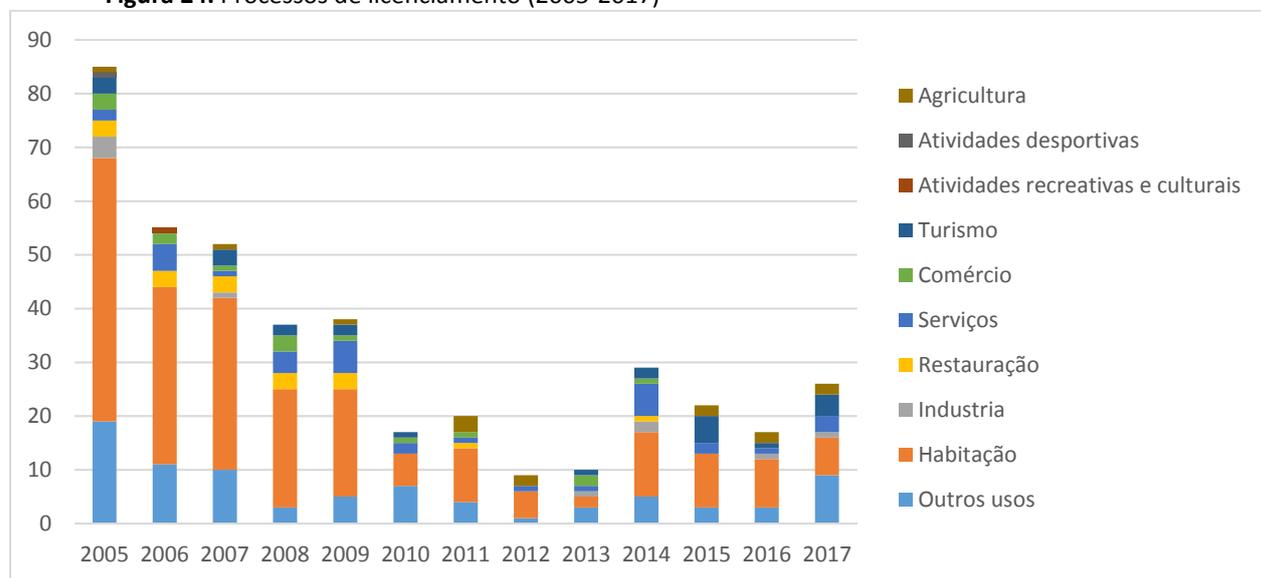
Quadro 52. Licenças concedida para construção, por destino da obra, na ilha de São Jorge (2005-2016)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	%
Habitação familiar	54	45	49	29	50	26	13	21	8	6	18	14	333	55,78
Uso geral	21	20	9	18	15	14	10	8	4	6	14	9	148	24,79
At. Desportiva Grandes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,17
Un. Comerciais dim. relevante	4	4	7	5	5	1	0	0	0	0	3	0	29	4,86
Não aplicável	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	6	1	11	1,84
At. recreativas e culturais	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,17
Est. restauração e bebidas	0	1	1	3	1	1	2	1	0	0	1	0	11	1,84
Indústria transformadora	0	5	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	10	1,68
Escritórios	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,34
P. estacionamento e interfaces	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,17
Eq. de apoio à terceira idade	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3	0,50
Indústria extrativa	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,34
Agricultura	0	0	1	0	0	0	1	1	1	3	2	3	12	2,01
Est. Hoteleiro e turismo rural	0	0	2	0	1	3	1	1	0	0	2	5	15	2,51
Comércio tradicional	0	0	0	1	2	1	1	0	2	2	2	1	12	2,01
Eq. de apoio à infância	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,17
Serviços médicos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	4	0,67
Convivências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,17
Total													597	100

Fonte: SREA (2018)

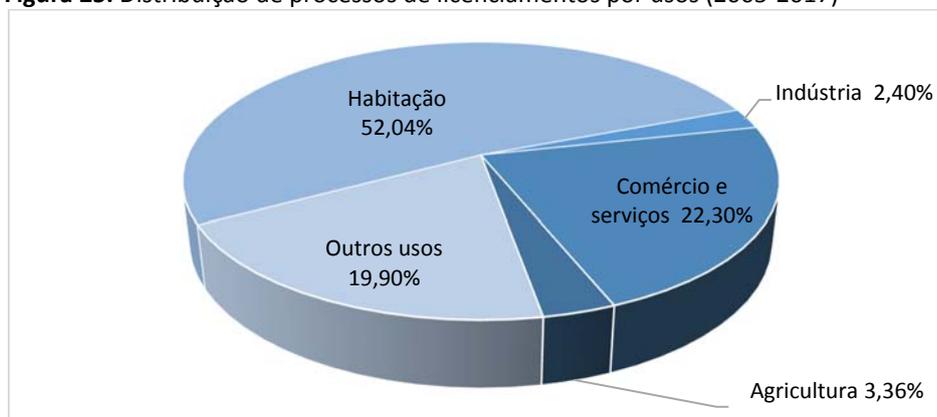
De acordo com a informação disponibilizada pela CMV referente aos processos de licenciamento, aos quais não foram considerados os processos que não foram concluídos, no concelho de Velas, desde de 2005, ano de entrada em vigor do PDM de Velas, verifica-se uma tendência para a diminuição de processos de licenciamento até 2013 e a tentativa de recuperação a partir de 2014, apesar do decréscimo nos dois anos seguintes e o aumento ligeiro em 2017. O valor máximo de processos de licenciamento foi em 2005 com mais de 80 processos e o menor valor nos anos de 2012 e 2013, ambos com cerca de 10 processos, de acordo com a figura 23. Neste período, o predomínio foi no uso habitacional, em alguns anos com mais de 50% dos processos no ano, como nos anos de 2005 a 2009, 2012 e 2016. No período de 13 anos os usos de serviços e comércio, indústria e agrícola corresponde a 28,06% do total de processos de licenciamento (figura 24 e 25).

Figura 24. Processos de licenciamento (2005-2017)



Fonte: CMV (2018)

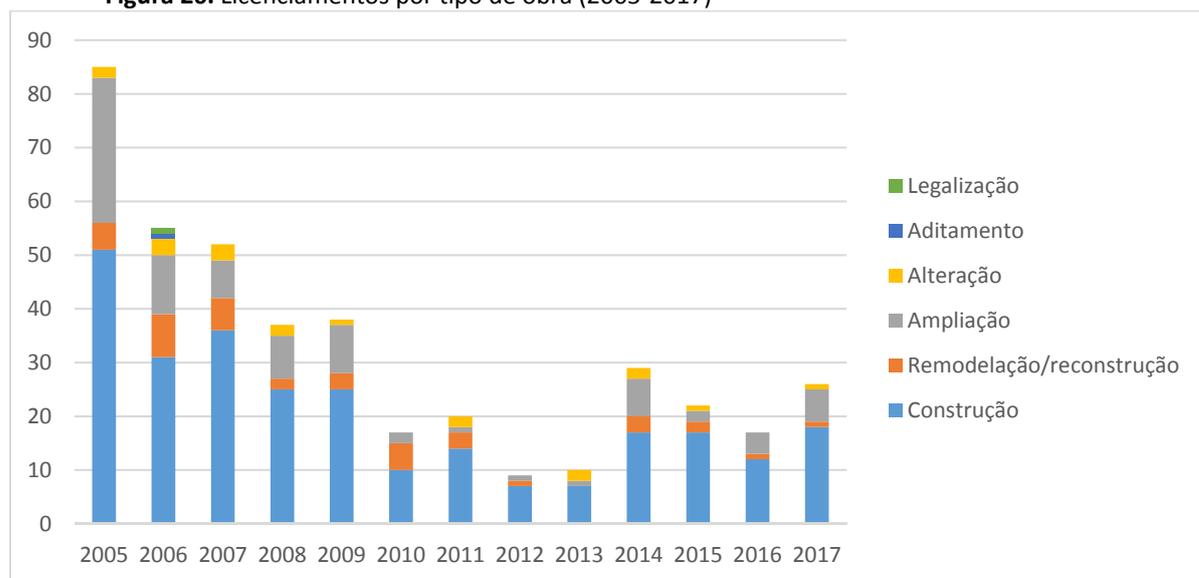
Figura 25. Distribuição de processos de licenciamentos por usos (2005-2017)



Fonte: CMV (2018)

Em todos os anos houve processos de licenciamento para a edificação de construções, geralmente em maior número que outro tipo de obra. Os processos de pedidos de ampliação de edificações, de 2010 a 2013, apresenta valores reduzidos (entre 2 e 1 processos), em linha com o reduzido número de processos. A alteração de uso ou das edificações neste período é reduzido com pouca relevância. Assim, a tendência é para a construção de edificações em detrimento dos outros tipos de licenciamentos (figura 26).

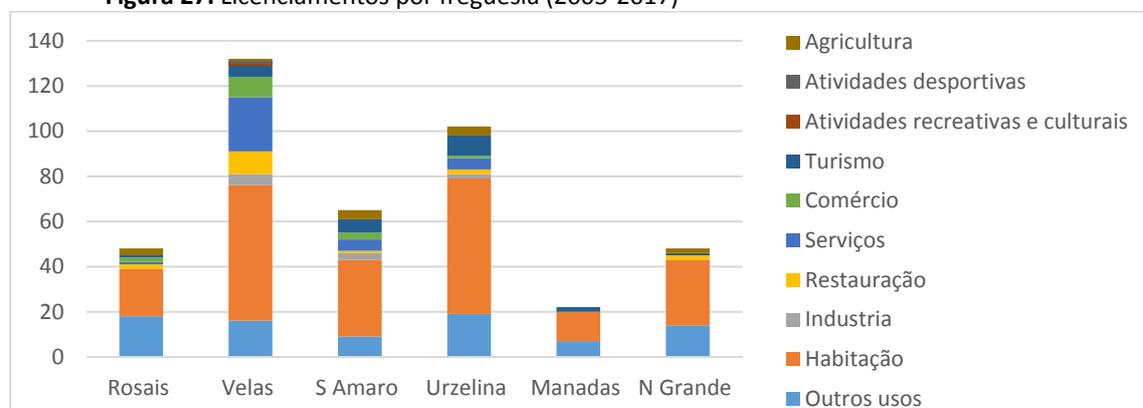
Figura 26. Licenciamentos por tipo de obra (2005-2017)



Fonte: CMV (2018)

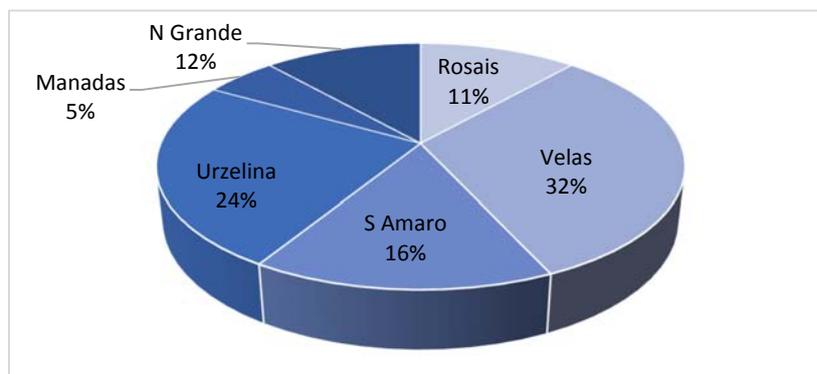
Neste período (2005 -2017) a maior parte dos processos de licenciamento destinou-se à freguesia de Velas, seguindo-se a Urzelina. Estas freguesias em conjunto correspondem a metade do total dos processos, cujo maior parte dos processos destinou-se ao uso habitacional. Uso predominante também nas restantes freguesias, que apresentam valores inferiores a 70 processos num período de 13 anos, apresentando-se a freguesia de Manadas com o menor número de processos, com 22 processos (figura 27 e 28).

Figura 27. Licenciamentos por freguesia (2005-2017)



Fonte: CMV (2018)

Figura 28. Distribuição de processos de licenciamento por freguesia (2005-2017)



Fonte: CMV (2018)

Neste período os licenciamentos para o tipo de obra de construção no concelho foi de 271 processos, com o predomínio de construções do uso habitacional, com 136 processos. A freguesia de Urzelina é a que apresenta o maior número de processos de licenciamento para habitação, seguindo-se a freguesia de Velas. As freguesias dos extremos Norte Grande, Rosais e Manadas são as que apresentam menor número de processos de licenciamento (quadro 53).

Quadro 53. Licenciamento de obras de construção por freguesia (2005-2017)

Tipo de Utilização	Rosais	Velas	Sto. Amaro	Urzelina	Manadas	Norte Grande	Total
Outros Usos	16	14	9	16	6	12	73
Habitação	11	30	24	46	6	19	136
Indústria	0	1	1	2	0	0	4
Restauração	0	1	0	1	0	0	2
Serviços	0	15	2	3	0	0	20
Comércio	1	6	1	0	0	0	8
Turismo	0	2	4	7	1	0	14
Atividades desportivas	0	1	0	0	0	0	1
Agricultura	3	1	4	3	0	2	13
Total	31	71	45	78	13	33	271

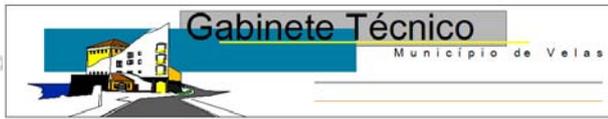
Fonte: CMV (2018)

Referente ao parque habitacional no concelho, no período de 2005 a 2017, houve 136 processos para construção nova, enquanto no edificado existente a ação correspondeu em 91 processos, com o predomínio na ampliação, principalmente na freguesia de Velas (quadro 54).

Quadro 54. Processos de licenciamento para habitação segundo o tipo de construção (2005-2017)

Tipo de Construção	Rosais	Velas	Sto. Amaro	Urzelina	Manadas	Norte Grande	Total
Construção	10	29	24	49	6	18	136
Remodelação/reconstrução	1	5	1	5	3	2	17
Ampliação	7	33	10	8	3	9	70
Alteração	0	1	0	2	0	0	3
Aditamento	0	0	0	0	1	0	1
Total	18	68	35	64	13	29	227

Fonte: CMV (2018)



Referente às operações de Loteamento Urbano, no período de 1998 a 2017, foram emitidos 37 alvarás de loteamento, com 81% antes de 2005, ano de entrada em vigor do PDM de Velas. O último loteamento a ser aprovado data de 2006. Verifica-se um período de 11 anos sem emissão de alvará de loteamento, até ao fim de 2017. Os loteamentos são compostos no mínimo por 1 lote e no máximo por 22 lotes. A maior parte dos loteamentos são compostos por 2 lotes (46% do total), seguindo-se os loteamentos compostos por 1 Lote, ambos correspondem a 62% dos alvarás emitidos. 95% dos loteamentos são compostos por menos de 10 lotes e apenas 5% superior a este valor. A área total de terreno dos loteamentos varia entre 629 m² e os 21780 m², em que os loteamentos com maior número de lotes apresentam áreas de 6091m² (para 14 lotes) e 19350m² (para 22 lotes). Considerando a relação da área total do terreno pelo número de lotes por loteamentos a menor área corresponde a 314,50 m² (629m²/2), do loteamento de 2003 na Fajã do Ouvidor, e a maior 12100,00m² (12100m²/1), do loteamento de 2004 na Urzelina. Nos loteamentos com maior número de lotes a relação é de 435,07m², loteamento de 2004 em Entre Morros – Velas, e de 880,00m², loteamento de 1998 em Santo Amaro (quadro 55).

A freguesia de Urzelina apresenta o maior número de alvarás de loteamento atribuídos, com 17, para um total de área de terreno de 16,29 ha, cerca de 50% da superfície total loteada, com n.º de lotes que varia entre 1 e 8 lotes. Segue-se a freguesia de Velas, com 6, para um total de área de terreno de 5,34 ha, corresponde a 17,54% da superfície total loteada, com o n.º de lotes entre 1 e 14. As freguesias de Rosais e de Manadas são as que apresenta menor número de alvarás emitidos, respetivamente 1 e 3, a primeira para uma superfície total de 0,28 ha, 0,9% da superfície total loteada, com 2 lotes e a segunda com uma superfície total de 2,33 ha, 7,65% da superfície total loteada, com 7 lotes. Apesar da freguesia do Norte Grande ter 5 alvarás emitidos para loteamento, a superfície total corresponde a 0,78 ha, 2,56% da superfície total loteada, inferior a Manadas, e restringindo-se a uma localidade específica a Fajã do Ouvidor, com um total de 13 lotes, com loteamentos compostos por 2 ou 5 lotes. A freguesia de Santo Amaro apresenta 4 loteamentos, com uma superfície total a lotear de 5,42 ha (17,80% da superfície a lotear), a segunda maior área por freguesia, com 1 loteamento de 1 lote, 2 loteamentos com 2 lotes e 1 loteamento com 22 lotes (quadro 55).

Segundo a CMV estas operações urbanísticas implantaram-se em solos identificados na planta de ordenamento do PDM de Velas em espaços urbanos e urbanizáveis, correspondendo a 30,43 ha de área em solo urbano.



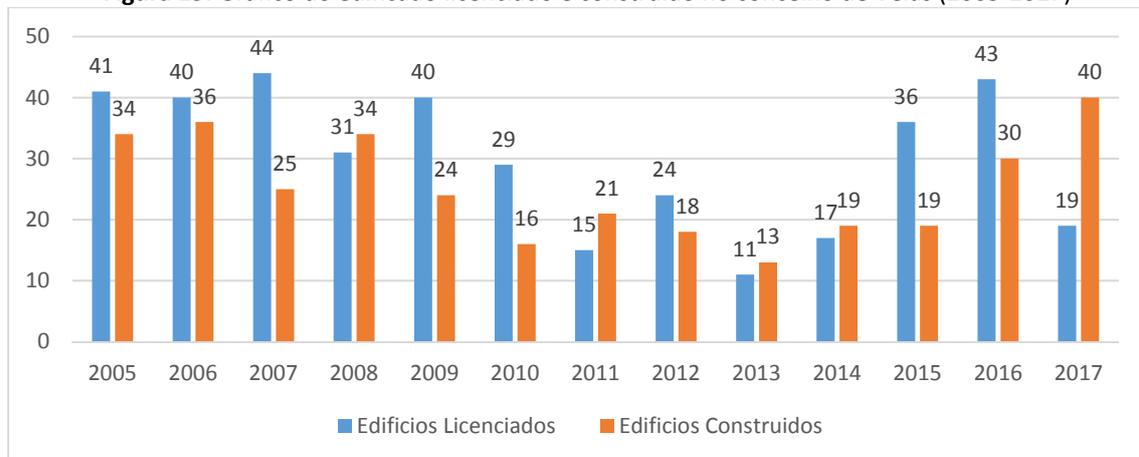
Quadro 55. Operações de Loteamento Urbano (01/1998- 01/2018)

Freguesia	Local	Ano	Área total do terreno (m ²)	N.º de lotes	Área total/ N.º lotes (m ²)	Superfície Total (ha)
Rosais		1999	2783	2	1391,50	0,28
		1998	15730	2	7865,00	
		2000	2420	4	605,00	
		2000	1670	1	1670,00	
Velas	Levadas	2003	17848	2	8924,00	5,34
	Entre Morros	2004	6091	14	435,07	
	Beira	2005	4598	3	1532,67	
	Levadas	2005	4990	2	2495,00	
		1998	19360	22	880,00	
Santo Amaro	Queimada	2002	10648	2	5324,00	5,42
		2004	19398	2	9699,00	
		2005	4835	1	4835,00	
			1998	6445	7	
Urzelina	Caminho Novo	1998	6445	7	920,71	16,28
	Casteletes	1999	20676	3	6892,00	
	Casteletes	1999	6240	2	3120,00	
		2000	10648	3	3549,33	
		2001	10970	2	5485,00	
	Mistérios	2002	2028	2	1014,00	
	Casteletes	2003	19260	5	3852,00	
		2003	15311	8	1913,88	
	Casteletes	2003	4356	5	871,20	
		2003	3795	1	3795,00	
	Ribeira do Nabo	2004	8712	1	8712,00	
		2004	5362	1	5362,00	
		2004	12100	1	12100,00	
		2004	7097	4	1774,25	
		2004	21780	4	5445,00	
	2005	4990	2	2495,00		
	2006	3059	2	1529,50		
Manadas		1999	4840	3	1613,33	2,33
		2001	15488	2	7744,00	
		2006	2959	2	1479,50	
Norte Grande	Fajã do Ouvidor	1999	2420	2	1210,00	0,78
	Fajã do Ouvidor	1999	1210	2	605,00	
	Fajã do Ouvidor	2000	1129	2	564,50	
	Fajã do Ouvidor	2003	629	2	314,50	
	Fajã do Ouvidor	2005	2420	5	484,00	
Total		37	304295	130	2340,73	30,43

Fonte: CMV (2018)

Segundo os dados do INE, figura 29, desde 2005 a 2017 o número de edifícios licenciados tem oscilado. Nos anos de 2011 a 2014 e de 2017 registou-se o menor número de edifícios licenciados, recuperado em 2015 e 2016, para valores semelhantes a anos anteriores. No caso do edificado construído, a partir de 2010 até 2015, verifica-se um período com menor número de edificações. É evidente que o edificado licenciado e o construído segue padrões semelhantes, geralmente no ano onde existe maior número de licenciamentos no ano seguinte ocorre maior número de obras concluídas, adequando-se ao período de construção de uma edificação geralmente de pelo menos 1 ano. No entanto, nos anos de 2007, 2009, 2010, verifica-se um período de difícil conclusão de obras, evidenciando a diminuição da construção a partir de 2009, cuja retoma inicia-se em 2016.

Figura 29. Gráfico do edificado licenciado e construído no concelho de Velas (2005-2017)



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Relativamente aos edifícios cujas obras foram concluídas, segundo o INE, no período de 2005 a 2017 verifica-se na RAA um decréscimo de novas construções como de outro tipo de processos, sendo mais significativo em novas construções destinada a habitação, com indicação de aumentos a partir de 2016. No caso do concelho de Velas estas tendências não são tão visíveis como a nível da RAA, pois o número de projetos de edificação concluídos é reduzido, variando entre 22 e 0 edifícios por tipo e destino, como ocorre no concelho vizinho. Verifica-se o predomínio das edificações novas em relações aos restantes tipos de obras e um maior número de edificações habitacionais em detrimento de outros usos, na maior parte dos anos (quadro 56).

Quadro 56. Edifícios Concluídos, por tipo de Obra e Destino da obra

	2005				2006				2007				2008			
	CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
RAA	1098	317	327	117	1049	345	314	102	887	340	288	99	960	275	217	104
Calheta	9	12	1	2	8	15	6	4	4	7	3	2	11	8	2	3
Velas	14	6	8	6	14	8	11	3	6	9	8	2	16	11	5	2

	2009				2010				2011				2012			
	CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
RAA	561	224	211	88	427	154	156	66	507	188	152	93	316	201	111	81
Calheta	8	8	10	1	4	6	8	2	11	6	5	1	3	2	3	2
Velas	9	7	4	4	6	5	0	5	8	4	4	5	8	4	5	1

	2013				2014				2015				2016				2017			
	CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR		CN		AAR	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
RAA	313	174	103	66	167	136	68	78	163	149	83	72	207	126	115	69	247	176	100	65
Calheta	2	5	0	0	1	0	0	3	2	2	2	0	2	2	2	2	2	3	1	0
Velas	6	5	2	0	8	9	1	1	4	8	4	3	13	10	2	5	10	22	2	6

Legenda: CN – Construções Novas; AAR – Ampliações, Alterações e Reconstruções; A- Habitação Familiar; B – Outros

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

No período de 2005 a 2017 no parque habitacional da Região verifica-se uma alteração da tendência de crescimento a partir de 2009, diminuindo a partir de 2011 e a acentuar-se a partir de 2013, para um crescimento mais lento e com a tendência de aceleração a partir de 2016. No concelho de Vela o crescimento do parque habitacional é lento, com o valor máximo de 13 unidades no ano de 2016. A tendência de crescimento acentua-se a partir de 2009, com a diminuído entre 2014 e 2015, mas retomando em 2016 a sua tendência de crescimento (quadro 57 e figura 30).

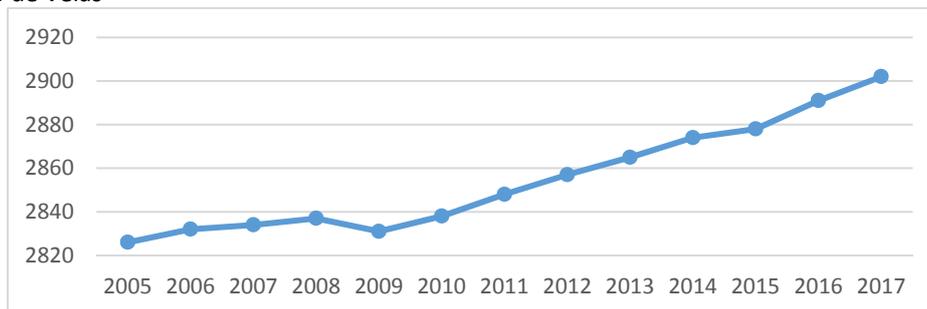
Quadro 57. Edifícios de habitação familiar clássica (parque habitacional)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RAA	92297	93694	95339	96866	97881	98531	99195	99516	99831	99998	100153	100357	100602
Diferença*		+1397	+1645	+1527	+1015	+650	+664	+321	+315	+167	+155	+204	+245
Velas	2826	2832	2834	2837	2831	2838	2848	2857	2865	2874	2878	2891	2902
Diferença*		+6	+2	+3	-6	+7	+10	+9	+8	+9	+4	+13	+11

Nota: * Diferença existente no edificado referente ao ano anterior, que pode ser positiva assinalada por + ou negativa assinalada por –

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Figura 30. Evolução dos Edifícios de Habitação Familiar Clássicos (Parque habitacional), concelho de Velas



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

O parque habitacional na RAA apresenta novas construções, quer de edifícios plurifamiliares, quer unifamiliares. Ao longo do tempo (de 2011 a 2017) o predomínio de edificação é de edifícios de moradias. Neste período na ilha de São Jorge, a construção de novos edifícios de habitação coletiva é reduzida ou nula, verificando-se apenas em 2014, 2016 e 2017 no concelho de Velas. Assim, o predomínio é da moradia nos concelhos da ilha, como na RAA (quadro 58).

Quadro 58. Edifícios concluídos em construções novas (edifícios de apartamentos e moradias)

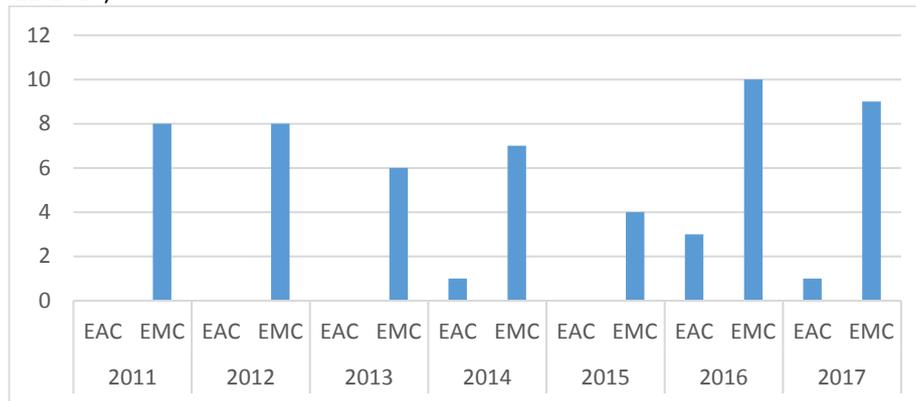
	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	EAC	EMC												
RAA	17	490	20	295	34	279	10	156	7	156	20	187	6	241
Calheta	0	11	0	3	0	2	0	1	0	2	0	0	0	2
Velas	0	8	0	8	0	6	1	7	0	4	3	10	1	9

Legenda: EAC -Edifícios de apartamentos concluídos em construções novas; EMC – Edifícios moradias concluídos em construções novas

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

No concelho de Velas entre 2011 e 2017, o número de moradias foi reduzido, com um máximo de 10 edificações em 2016 e um mínimo de 4 no ano de 2015. Os últimos anos (2016 e 2017), são os anos com maior número de edifícios concluídos do uso habitação (figura 31).

Figura 31. Edifícios concluídos em construções novas de habitação familiar no concelho de Velas (2011-2017)



Legenda: EAC -Edifícios de apartamentos concluídos; EMC – Edifícios moradias concluídos

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Os fogos, na Região, variam entre várias tipologias, entre T0/T1 e tipologias superiores a T4. No período de 2005 a 2017 verifica-se algumas tendências ao longo dos anos, mais fáceis de verificar a nível regional do que a nível do concelho de Velas, devido ao reduzido número de fogos concluídos por ano. Assim, analisa-se os três primeiros anos e os três últimos anos. Na RAA quer nos três primeiros anos, quer nos três últimos anos as tipologias T2 e T3 são as tipologias com maior número de fogos, sendo o predomínio da tipologia T3. Na ilha de São Jorge, quer nas Velas, quer na Calheta a tendência da tipologia do fogo predominante não é tão fácil obter. Nos três primeiros anos as tendências são para as tipologias T2 e T3, com predomínio no T2. Nos três últimos anos as tendências são para as tipologias T0/T1 e T3, com o predomínio no T3 (quadro 59).

Quadro 59. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por tipologia (n.º)

	2005				2006				2007				Total (3 anos)			
	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4
RAA	259	430	600	266	142	434	732	251	188	558	655	220	589	1422	1987	737
Calheta	0	1	9	0	0	3	3	2	0	1	2	1	0	5	14	3
Velas	3	10	7	2	2	3	8	1	5	21	3	1	10	34	18	4

	2015				2016				2017				Total (3 anos)			
	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4	T0 / T1	T2	T3	≥T4
RAA	22	63	103	46	50	55	99	37	26	77	103	56	98	195	305	139
Calheta	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3	1
Velas	0	0	4	0	8	4	3	1	2	2	4	3	10	6	11	4

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

No período de 2005 a 2017, na Região a conclusão de fogos foi promovido por várias entidades, desde pessoas singulares a organismos públicos. A tendência da promoção da habitação foi feita por pessoa individual seguindo-se por empresa privada, apresentando-se estas duas entidades como as que contribuíram para o maior número de fogos concluídos no período de 2005 a 2013,



apesar do decréscimo da conclusão de fogos. A partir de 2014 a tendência passa para outros e pessoas singulares, com o número de fogos concluídos por ano entre 233 (ano 2016) e 172 (ano 2014). No caso do concelho de Velas, ao longo do tempo, a tendência foi para a promoção de fogos ser feita por pessoa singular, com exclusividade em vários anos, de 2005 a 2008 e 2010 a 2011. A partir de 2012 verifica-se a promoção de fogos feita por outros. A promoção feita por empresa privada apenas em 2009 e 2016. Não existe a conclusão de fogos em que o promotor seja um organismo público. A tendência para a promoção de fogos ser feita por pessoa singular também é comum no concelho vizinho (quadro 60).

Quadro 60. Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, por entidade promotora

	2005				2006				2007							
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D				
RAA	1026	78	428	24	957	149	441	12	857	46	710	8				
Calheta	10	0	0	0	7	1	0	0	3	0	0	1				
Velas	22	0	0	0	14	0	0	0	30	0	0	0				
	2008				2009				2010							
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D				
RAA	880	178	772	3	540	89	536	4	390	8	172	7				
Calheta	13	0	0	0	8	0	0	0	4	0	0	0				
Velas	16	0	0	0	9	0	1	0	6	0	0	0				
	2011				2012				2013							
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D				
RAA	410	0	274	14	248	4	224	58	128	0	245	106				
Calheta	11	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1				
Velas	8	0	0	0	7	0	0	1	5	0	0	1				
	2014				2015				2016				2017			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
RAA	53	0	10	121	50	0	3	181	90	0	21	130	112	1	10	139
Calheta	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Velas	3	0	0	7	0	0	0	4	4	0	6	6	6	0	0	5

Legenda: A- Pessoa Singular (n.º); B – Organismo Público (n.º); C- Empresa Privada (n.º); D- Outros (n.º)

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

No período de 2005 a 2017 foram avaliados vários indicadores referente às novas construções destinada à habitação nos Açores, os quais são apresentados no quadro 61. Os indicadores selecionados foram: número de pavimentos por edifício concluído; número de fogos concluídos por pavimento; número de divisões por fogo concluído; superfície habitável média das divisões concluídas em m².

Quadro 61. Indicadores das Construções novas concluídas para habitação familiar

	2005				2006				2007				2008			
	PEC	FCP	DFC	SHM												
RAA	1,9	0,8	5,2	16,6	1,8	0,8	5,2	18,3	1,9	1	4,7	17,1	1,9	1	4,7	17,1
Calheta	1,7	0,7	7	13,5	1,5	0,7	6,3	19,7	1,8	0,6	5,5	18	1,6	0,7	4,8	21,1
Velas	2,1	0,8	6,1	17,3	1,6	0,6	6,4	19,5	2,2	2,3	4	18,5	1,6	0,6	5,2	18,1

	2009				2010				2011				2012			
	PEC	FCP	DFC	SHM												
RAA	1,8	1,2	4,6	17,5	1,7	0,8	4,9	18,4	1,7	0,8	5	41,9	1,8	1	5	19,2
Calheta	1,9	0,5	4,1	20,8	1,3	0,8	4	17,3	1,7	0,6	4,7	27,1	2	0,5	7,3	16,4
Velas	1,8	0,6	5,1	17,2	2,2	0,5	5,5	17,9	1,6	0,6	6	19,5	1,5	0,7	8,4	21,4

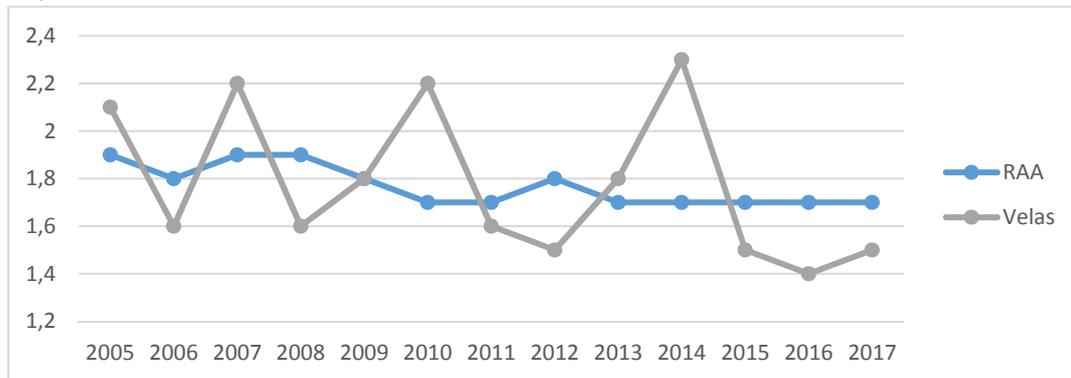
	2013				2014				2015				2016				2017			
	PEC	FCP	DFC	SHM	PEC	FCP	DFC	SHM	PEC	FCP	DFC	SHM	PEC	FCP	DFC	SHM	PEC	FCP	DFC	SHM
RAA	1,7	0,9	5,2	15	1,7	0,6	5,2	18,4	1,7	0,8	4,8	21,4	1,7	0,7	5,1	17,5	1,7	0,6	5,2	18,9
Calheta	2,5	0,4	4,5	14,4	2	0,5	5	23	1	1	5,5	21,5	-	-	-	-	1,5	0,7	7,5	27,4
Velas	1,8	0,5	11,3	19,5	2,3	0,6	6,4	17,8	1,5	0,7	10,5	9,8	1,4	0,9	4,8	16,8	1,5	0,7	5,3	16,4

Legenda: PEC- Pavimentos por edifício concluído (n.º); FCP – Fogos concluídos por pavimento (n.º); DFC-Divisões por fogo concluído (n.º); SHM- Superfície habitável média das divisões concluídas (m²)

Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Referente ao indicador número de pavimentos por edifício concluído, na RAA, os valores variaram entre 1,9 e 1,7, em que nos últimos anos (2013 a 2017) permaneceu nos 1,7. Verifica-se que na Região a maior parte das construções apresentam um número reduzido de pisos, variando entre 1 e 2 pisos. No concelho de Velas, neste período, o indicador oscilou entre 1,5 e 2,2. Uma variação maior do indicador em relação aos valores globais da Região, reflexo de haver um número reduzido de edificações por ano, situação que também se verifica no concelho vizinho (Calheta). No entanto, as intenções a nível do número de pisos das edificações construídas novas para habitação é de baixa altura no concelho de Velas, como na Região, variando entre 1 a 2 pisos, mas com a possibilidade de um 3 piso (figura 32).

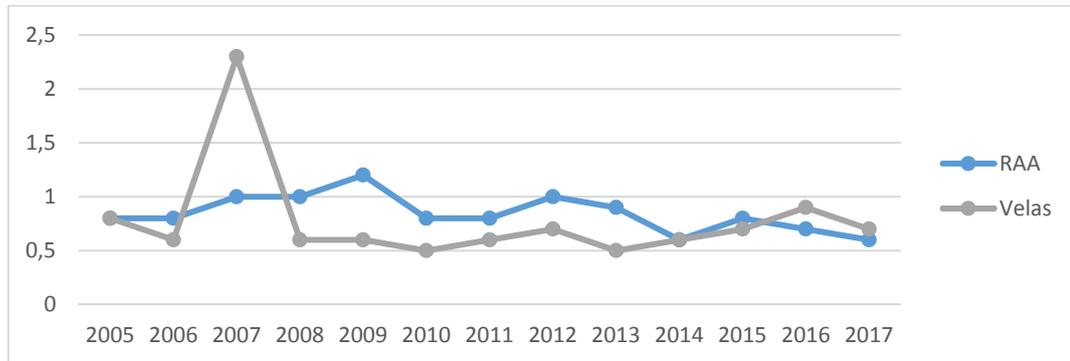
Figura 32. Evolução Pavimentos por edifício concluído em construções novas para habitação familiar



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Quanto ao indicador número de fogos concluídos por pavimento, na RAA os valores oscilaram entre 0,6 e 1,2, no período de 2005 a 2017, evidenciando que por piso geralmente há um fogo ou um fogo ocupa dois pisos. No concelho de Velas, a variação deste indicador oscilou, no geral, entre 0,9 e 0,5, indicativo de um fogo por piso ou um fogo por dois pisos, com um ano considerado de anómalo, o de 2007, com valor de 2,3 indicando a existência de pelo menos 2 fogos por piso. O concelho da Calheta segue a tendência geral do concelho de Velas (figura 33).

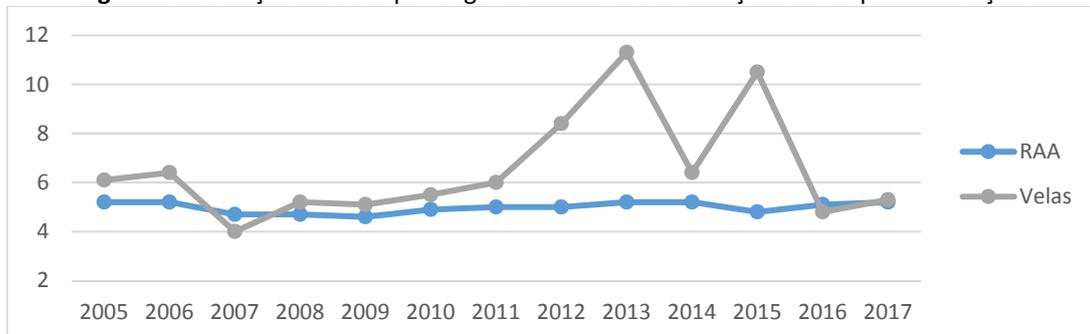
Figura 33. Evolução Fogos Concluídos por Pavimento em construções novas para habitação familiar



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

O indicador número de divisões por fogo na RAA, ao longo do tempo variou entre 4,6 e 5,2, indicativo que os fogos na região geralmente são divididos em 4 a 6 espaços, indicando a necessidade de compartimentação quando necessário ao uso, principalmente de espaço que exigem privacidade, como quartos e cozinha, de acordo com as tipologias bases na região, T2 e T3. No caso do concelho de Velas, a variação da compartimentação ao longo do tempo é entre 4 e 11,3, indicativo de uma maior variação na organização dos fogos e geralmente mais compartimentados, situação que também se evidencia no concelho vizinho, em relação aos níveis gerais da RAA. A média dos valores tende para cerca de 7 a 8 divisões (figura 34).

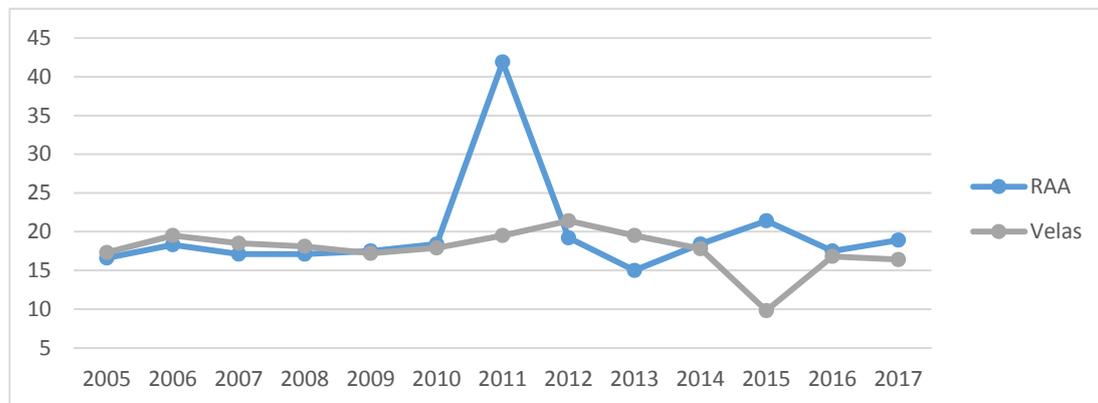
Figura 34. Evolução Divisões por Fogo Concluído em construções novas para habitação familiar



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Por fim, o indicador superfície habitável média das divisões concluídas. Na RAA o indicador, no geral, variou entre 15 m² e 21,4m², com um ano considerado anómalo de 2011, com 41,90 m². A mediana dos valores no período de 2005 a 2017 é de 18,3 m², e a média de 18,2 m² ((15 +21,4) /2). No concelho de Velas os valores do indicador oscilaram entre 16,4m² e 21,4m², com um ano considerado de anómalo de 2015, com 9,8 m². O valor da mediana neste período é de 17,9m² e a média de 18,9m² ((16,4 +21,4) /2). Apesar da variação dos valores do indicador ao longo do tempo a nível da Região ser maior que no concelho de Velas, nota-se uma semelhança entre os valores e proximidade no valor mediano. No entanto, os compartimentos habitáveis no concelho de Velas em média serão maiores do que na média da Região (figura 35).

Figura 35. Evolução Superfície Habitável Média das divisões concluídas em construções novas para habitação familiar



Fonte: INE (Data atualização: 16/07/2018)

Em suma, estes dados apontam no período de 2005 a 2017 que o número de novas edificações no concelho de Velas é baixo, comparado com as ilhas com maior densidade populacional e diversidade de atividades. Demonstra a capacidade de fixação da população nas freguesias e a capacidade de promoção de novas atividades e crescimento de usos no concelho. Os aspetos mais relevantes, neste período foram:

- Houve uma diminuição da construção no concelho de Velas, com melhoramentos a partir de 2015, consequência da crise económica que condicionou principalmente o financiamento privado;
- As freguesias de Velas e Urzelina foram as que apresentaram maior número de processos de licenciamento, apresentando maior capacidade de crescimento e densificação da malha urbana;
- Os loteamentos são reduzidos no período de atuação do PDM, o último data de 2006, e geralmente são compostos por um número reduzido de lotes.
- A habitação é o tipo de uso que mais contribuiu para o crescimento do tecido urbano do concelho, promovido principalmente por pessoas singulares;
- A promoção de construções novas de habitação foi maioritariamente unifamiliar, com o predomínio nas tipologias T2 e T3, remetendo para uma capacidade máxima de convivência de 4 e 6 pessoas;
- As moradias poderão ir até 3 pisos, consequência do desnível do terreno ou do aproveitamento do sótão, uma vez que as edificações se adaptam à natureza do terreno e mantêm características das tipologias tradicionais;
- As novas construções de moradias tentem para uma média entre 7 a 8 divisões, com uma superfície habitável média por divisão de cerca de 18,9m², evidenciando a importância de espaços amplos e compartimentados, contribuindo para moradias de grandes dimensões.



5.1 Processos de licenciamento enquadrados nas classificações do PDM

No período de 2005 a 2017 foram registados 450 processos de arquitetura licenciados no município de Velas, que incluem processos de construção, ampliação, remodelação, alteração e reabilitação. A maior parte destes processos destinaram-se a intervenções nas freguesias de Velas e Urzelina, provando a importância destas freguesias, com capacidade de fixar atividades, e evidência a maior pressão urbanística existente nestas (quadro 62). A nível de processos de loteamento foram apresentados 7 processos, que remontam aos anos de 2005 e 2006, como evidenciou-se anteriormente.

Quadro 62. Processos de arquitetura licenciados, por freguesia (2005-2017)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Velas	40	18	11	16	12	2	2	1	5	13	5	6	10	141
Rosais	6	7	9	4	5	2	3	3	2	1	2	2	4	50
S. Amaro	14	4	10	6	7	3	3	1	1	6	6	4	6	71
Urzelina	16	14	12	7	6	7	6	3	1	7	7	12	10	108
Manadas	5	5	1	2	2	0	2	1	0	2	3	1	5	29
Norte Grande	9	7	10	2	6	4	4	0	1	2	2	1	3	51
Total	90	55	53	37	38	18	20	9	10	31	25	26	38	450

Fonte: CMV (2018)

A maior parte destes processos centraram-se em intervenções em espaços em áreas urbanas (espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais). No entanto também existem propostas de intervenção em áreas rurais, quer em espaços agrícolas, quer em espaços florestais, principalmente para o uso habitacional. Geralmente estas propostas localizam-se em aglomerados rurais, como a Fajã da Ribeira da Areia e a Fajã das Almas, ou próximo dos espaços em áreas urbanas, ao longo das vias existentes, com maior concentração do lado Sul do concelho (quadro 63).

Quadro 63. Processos de arquitetura licenciados, por classificação do PDM, uso e freguesia (2005-2017)

Classificação PDM	Uso	Velas	Rosais	S. Amaro	Urzelina	Manadas	Norte Grande	Total	Total
Espaços Urbanos	habitação	40	16	25	43	11	25	160	303
	Outros	48	17	23	27	9	19	143	
Espaços Urbanizáveis	Habitação	18	0	0	0	0	0	18	25
	Outros	6	0	0	1	0	0	7	
Espaços Industriais	Outros	20	0	0	0	0	0	20	20
Espaços Agrícolas	habitação	1	6	3	6	4	6	26	50
	Outros	3	11	3	3	3	1	24	
Espaços Florestais	habitação	3	0	9	15	1	0	28	52
	Outros	2	0	8	13	1	0	24	
Total		141	50	71	108	29	51		

Fonte: CMV (2018)



Destes processos 33 não foram concluídos. Os anos de 2016 e 2017 foram os anos com maior número de processos não concluídos, cerca de 34,62% e 31,58% do total de processos entregues por ano. Nos restantes anos os valores foram mais baixos (quadro 64).

Quadro 64. Número de processos de licenciamento não concluídos (2005-2017)

	2005	2007	2010	2014	2015	2016	2017	Total
N.º não concluídos	5	1	1	2	3	9	12	33
N.º Total processos	90	53	18	31	25	26	38	281
%	5,56	1,89	5,56	6,45	12,00	34,62	31,58	11,74

Fonte: CMV (2018)

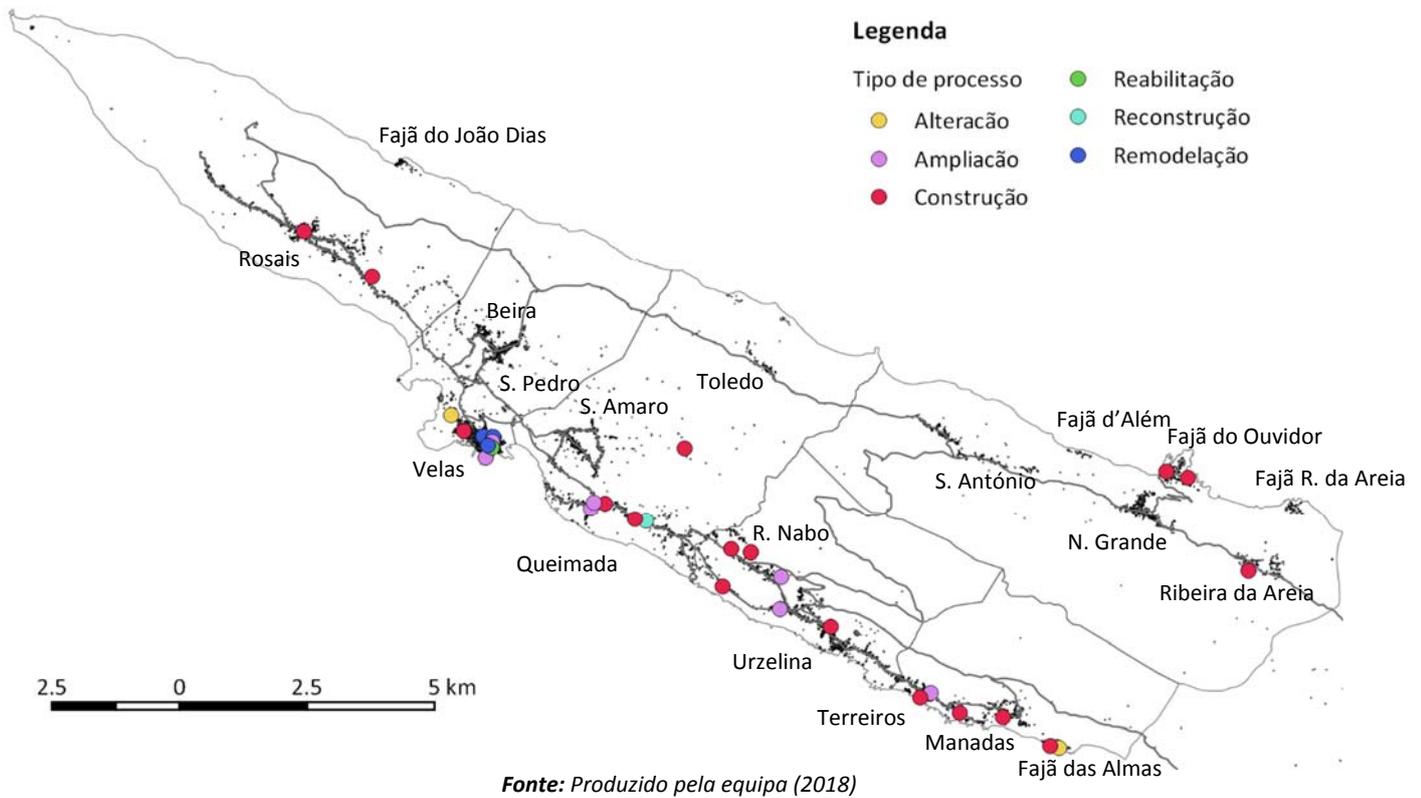
São nos espaços urbanos que incidem o maior número de processos não concluídos. Existem processos não concluídos também nos espaços urbanizáveis, nos espaços agrícolas e nos espaços florestais, de acordo com o quadro 65. Nos espaços industriais os processos de licenciamento foram todos concluídos. Os motivos da não conclusão dos processos não foram obtidos. Grande parte destes processos destinavam-se à construção de edifícios (18 processos), que se distribuem por todas as freguesias, com maior incidência do lado sul do concelho, onde recai a maior parte dos processos (figura 36).

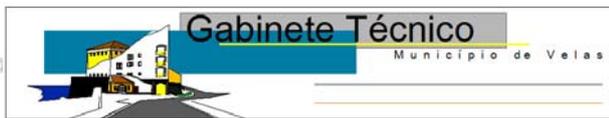
Quadro 65. Número de processos não concluídos por classificação do PDM (2005-2017)

Classificação PDM	Uso	N.º	Total
Espaços Urbanos	Habituação	7	21
	Outros	14	
Espaços Urbanizáveis	Habituação	1	2
	Outros	1	
Espaços Agrícolas	Habituação	3	5
	Outros	2	
Espaços Florestais	Habituação	4	5
	Outros	1	

Fonte: CMV (2018)

Figura 36. Distribuição dos processos de licenciamento não concluídos pelo concelho (2005-2017)





6. Gestão Urbanística

O concelho de Velas dispõe de mecanismos de gestão do seu território no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Os quais devem respeitar os planos de ordem regional e nacional existentes, com orientações, quer de proteção e de orientação estratégias do território.

6.1 Planos Municipais de Ordenamento do Território

No âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), o concelho de Velas, apenas dispõe em vigor o Plano Diretor Municipal (PDM) de Velas, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional (DRR) n.º 7/2005/A, de 23 de março, alterado pelo DRR n.º 22/2005/A, de 12 de outubro. Apesar deste regulamento indicar áreas de intervenção a serem tratados a nível dos Planos de Urbanização (PU) e de Planos de Pormenor (PP), até à atualidade não foram desenvolvidos.

O PDM de Velas estabelece várias regras de ocupação, uso de solo e transformação do seu território, segundo um conjunto de objetivos, dos quais destacam-se o apoio das atividades económicas e da melhoria da qualidade de vida no concelho.

O regulamento expõe várias classes de espaços afetos ao solo urbano, onde nos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais são permitidos loteamentos urbanos, novas edificações, ampliações e reconstruções de edificações. Estes espaços, de acordo com o PDM caracterizam-se por:

- **Espaços urbanos** correspondem a zonas infraestruturadas, edificadas e destinadas à construção;
- **Espaços urbanizáveis** correspondem a zonas que possam a vir a ter as mesmas características que os espaços urbanos;
- **Espaços indústrias** correspondem a zonas infraestruturadas, destinadas à instalação de unidades indústrias, incluindo a armazenagem e serviços de apoio à atividade industrial. Estes espaços englobam 2 tipologias: zona industrial (ZI), que são dotadas de sistema autónomo de infraestruturas, destinado a unidades indústrias das classes A, B e C; área de pequena indústria e armazéns (APIA), dotadas de acesso às redes públicas de infraestruturas e destinadas a unidades indústrias de classe B e C.

Estas classes de espaços apresentam diferentes parâmetros de edificação e urbanização, que se ajustam às diferentes realidades do lugar e/ou do uso, como se constata no quadro 66.

Quadro 66. Parâmetros do PDM de espaços de solo urbano

Espaços	Zonas	Indicadores e orientações de edificação
Urbanos	Velas	Densidade populacional max. – 90 hab/ha
		Índice max. construção bruta - 0,3
		Índice max. construção líquida – 0,5
		Cércea max. – 3 pisos e 10



Velas-conjunto de interesse arquitetónico-Centro tradicional	<p>Não são aceites projetos que implicam a demolição, ampliação ou alteração da morfologia de parte ou totalidade dos edifícios bem como qualquer alteração da volumetria existente, salvo se não for possível por outro processo melhorar as condições de salubridade do edifício.</p> <p>Novas Construções deverão integrar no conjunto onde se inserem quanto à forma e volumetria, assim como quanto aos materiais de revestimento, cores, configuração, textura e cor das coberturas.</p> <p>Respeito dos alinhamentos e cêrceas contínuas.</p> <p>As cores a aplicar nas fachadas têm de se enquadrar no conjunto de cores tradicionalmente utilizadas.</p> <p>No caso de novas construções e ampliações (aumento de volume) os telhados devem respeitar a escala, forma, pendente e orientação dos telhados confinantes, sendo cobertos com telha de argila com formato e cor idênticos à telha regional.</p> <p>Respeito pelos materiais de revestimento, cores, configuração, texturas e cor das coberturas e de elementos característicos das fachadas (nas situações de alteração e ampliação).</p> <p>As ampliações e novas construções não devem condicionar os logradouros existentes, quando elemento constituinte do agrupamento de edifícios onde está inserido.</p> <p>Os edifícios com fachadas arquitetonicamente bem caracterizadas, as intervenções devem cumprir: os rebocos devem ser feitos em argamassa de cimento, cal e areia de traço semelhante ao existente, caiados ou pintados nas cores tradicionais; as janelas, portas e caixilharias deverão ser executadas em madeira no estreito respeito pelos desenhos originais; as chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas; as coberturas não podem ser planas e em betão armado.</p> <p>No caso da realização das obras foram encontrados objetos de valor cultural os trabalhos deverão ser suspensos os trabalhos e chamado as autoridades regionais.</p> <p>As demolições são autorizadas após apresentação de projeto de edificação ou em situação de risco a segurança pública.</p> <p>Privilégio no uso afeto a atividades ligadas ao turismo e cultura</p>
Fajã do Ouvidor	<p>Densidade populacional max. – 60 hab/ha</p> <p>Índice max. construção bruta - 0,3</p> <p>Índice max. construção líquida – 0,5</p> <p>Cêrcea max. – 1 piso e 3 m</p>
Urzelina, Norte Grande, Rosais, Beira, Santo Amaro, Queimada, Manadas, Toledo, Santo António, Ribeira da Areia	<p>A edificação apenas será permitida ao longo dos arruamentos</p> <p>Na construção em lotes não edificados, bem como na reconstrução, ampliação e renovação de edifícios, serão respeitados os alinhamentos existentes e a imagem urbana envolvente</p> <p>Densidade populacional max. – 60 hab/ha</p> <p>Índice max. construção bruta - 0,2</p> <p>Índice max. construção líquida – 0,4</p> <p>Cêrcea max. – 2 pisos e 6,5 m</p>
Urbanizáveis Velas	<p>Novas construções são permitidas na continuidade da existente e quando o lote ou área a lotear disponha de arruamento e redes de abastecimento de água e energia elétrica</p> <p>Não é permitido a abertura de novos arruamentos</p> <p>Densidade populacional max. – 90 hab/ha</p>



		Índice max. construção bruta - 0,3
		Cércea max. – 3 pisos, apenas quando existir estabelecimentos comerciais no piso térreo
		Área min. de estacionamento – 1,5 lug/fogo
	Urzelina, Norte Grande	Novas construções são permitidas na continuidade do existente e quando o lote ou área a lotear disponha de arruamento e redes de abastecimento de água e energia elétrica
		Não é permitido a abertura de novos arruamentos
		Densidade populacional max. – 60 hab/ha
		Índice max. de Construção Bruta - 0,2
		Cércea max. – 2 pisos e 6,5 m
		Área min. de estacionamento – 1,5 lug/fogo
Industriais	ZI Velas APIA Urzelina APIA Norte Grande	Índice max. de Construção Bruta - 0,8
		Coeficiente max. de impermeabilização do solo – 0,5
		Cércea max. – 9 m
		Área min. de estacionamento – 1 lug/100m ² de área construída
		Afastamento min. das edificações ao limite posterior do lote – 3m
		Afastamento min. das edificações ao limite frontal do lote – 5m
		Ligação ao sistema de abastecimento de água
		Drenagem e tratamento de águas residuais
Industriais		Os estabelecimentos industriais da classe C podem ainda localizar-se fora dos espaços indústrias definidas pelo PDM nos termos da legislação em vigor.

Fonte: PDM Velas (2005)

Também são permitidas edificações novas em solo rústico, de preferência e por ordem de prioridade, nos espaços florestais, espaços agrícolas e espaços culturais e naturais. Estes espaços no PDM caracterizam-se por:

- **Espaços agrícolas**, são zonas destinadas predominantemente à atividade agrícola e agro-pecuária ou podem vir a adquirir a subdivisão em espaços de uso arável permanente ou ocasional (destina-se preferencialmente à produção hortícola e frutícola e exploração de pastagens temporárias melhoradas) e de uso arável ocasional (destina-se preferencialmente à exploração de pastagens permanentes melhoradas)
- **Espaços Florestais**, são zonas destinadas predominantemente a florestas, que admitem outros usos compatíveis. Enquadra duas tipologias espaços florestais de produção (destinam-se predominantemente ao fomento e exploração florestal e ou a pastagens permanentes semimelhoradas ou naturais) e espaços florestais de proteção (são zonas ecologicamente mais sensíveis, destinam-se predominantemente à florestação com espécies autóctones e à produção lenhosa de qualidade).
- **Espaços culturais e naturais**, são zonas onde se privilegia a proteção dos valores naturais, culturais e paisagísticos, que enquadra as Reservas Florestais Naturais Parciais do Pico das Caldeirinhas, dos Picos do Carvão e da Esperança e do Pico do Arieiro, reserva florestal do recreio das sete fontes, orla costeira, linhas de água, lagoas e respetivas faixas de proteção e património arquitetónico e urbanístico.

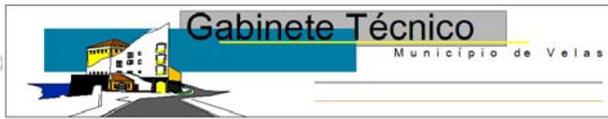
As duas primeiras classes de espaços de uso de solo rustico são as que o PDM define os parâmetros de edificação, remetendo os parâmetros de edificação da última classe para outros regulamentos de âmbito superior. A relevância destes parâmetros deve-se que estas áreas são



fronteiras com as classes de espaços de uso de solo urbano, podendo ocorrer a reconversão de algumas destas e permite a edificação de novas construções. Assim, de acordo com o quadro 67 exibe-se os parâmetros destas classes de espaços no PDM.

Quadro 67. Parâmetros do PDM em espaços de solo rústico, onde é possível edificar.

Espaços	Zonas	Indicadores e orientações de edificação
Agrícolas	Geral	Índice max. construção líquida – 0,07 Área max. construção para habitação – 300 m ² Área max. construção para instalações agrícolas – 1000 m ² Cércea max. para habitação – 2 pisos e 5,5 m Cércea max. para instalações agrícolas – 1 piso e 5 m Afastamento min. das edificações e instalações de retenção e depuração de efluentes aos limites da parcela – 6m
	Exceções	Índice max. de construção não se aplica nos solos integrados na Reserva Agrícola Regional Quando o índice max. de construção líquido resultar uma área de edificação inferior a 105m ² , aplica-se os seguintes parâmetros: - Área max. construção – 105m ² - Afastamento min. aos limites do prédio – 3m - Cércea max. – 2 pisos e 5,5 m
Agrícolas		Empreendimentos turísticos ou turismo no espaço rural, os parâmetros são os seguintes: - Índice max. construção líquido – 0,25 - Índice max. construção bruto – 0,15 (apenas aos aldeamentos turísticos) - Coeficiente max. impermeabilidade do solo – 0,35 (exceto recintos desportivos) - Cércea max. – 2 pisos ou 8 m (no caso de estabelecimentos hoteleiros) - Área min. estacionamento – 1 lugar/3 camas ou 1 lugar/2 utentes, nos empreendimentos que não haja alojamento - Dimensão min. da parcela a atribuir a cada fogo em aldeamento turístico – 600m ² Construção de silos, depósitos de água e estufas
	A todas as situações	As novas construções deverão desenvolver sistemas autónomos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas
Florestais	Geral	Índice max. construção líquida – 0,05 Área max. construção para habitação – 300 m ² Área max. construção para instalações agrícolas – 1000 m ² Cércea max. para habitação – 2 pisos e 5,5 m Cércea max. para instalações agrícolas – 1 piso e 5 m Afastamento min. das edificações e instalações de retenção e depuração de efluentes aos limites da parcela – 6m
	Exceções	Nos prédios rústicos se o índice resultar uma área de edificação inferior a 105m ² , aplica-se os seguintes parâmetros: - Área max. construção – 105m ² - Afastamento min. aos limites do prédio – 3m - Cércea max. – 2 pisos e 5,5 m Empreendimentos turísticos ou turismo no espaço rural, os parâmetros são os seguintes: - Índice max. de construção líquido – 0,25 - Índice max. de construção bruto – 0,15 (apenas aos aldeamentos turísticos) - Coeficiente max. impermeabilidade do solo – 0,35 (exceto recintos desportivos) - Cércea max. – 2 pisos ou 8 m (no caso de estabelecimentos hoteleiros) - Área min. estacionamento – 1 lugar/3 camas ou 1 lugar/2 utentes, nos empreendimentos que não haja alojamento - Dimensão min. da parcela a atribuir a cada fogo em aldeamento turístico – 600m ² Construção de silos, depósitos de água e estufas



A todas as situações	As novas construções deverão desenvolver sistemas autónomos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas
----------------------	--

Fonte: PDM Velas (2005)

6.2 Outros Instrumentos de Gestão Territorial

6.2.1 PNPOT

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas declarações de retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro, estabelece as opções e diretrizes de desenvolvimento territorial de referência para os instrumentos de gestão territorial, onde se incluem os PMOT. Enumera as estratégias a seguir nos vários campos com o sistema urbano, as redes, as infraestruturas e equipamentos de interesse nacional e a salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional ao nível do ambiente, do património e do desenvolvimento rural. O PNPOT encontra-se em processo de alteração, na fase de ponderação da discussão pública, que decorreu de 30 de abril a 15 de junho de 2018.

As opções estratégicas territoriais do PNPOT em vigor apontadas pelo programa para a RAA são várias, das quais destacam-se:

- Tornar a região uma região de excelência ao nível do ordenamento do território e do planeamento ambiental, dotando-a de um edifício coerente e eficaz;
- Valorizar os recursos naturais, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural e social como mais-valia para o desenvolvimento regional;
- Promover modelos de acessibilidade e mobilidade de forma a mitigar os efeitos de isolamento de correntes da fragmentação territorial e da ultra-perificidade.

No entanto, estas opções estratégicas estão dependentes de um conjunto de fatores, que ao nível do domínio urbano destacam-se:

- Esforço de manutenção da estrutura e formas de ocupação urbana predominantemente qualificadas, em detrimento da degradação do ambiente urbano tradicional e da degradação do património edificado;
- Combate à tendência de abandono das edificações e aglomerados rurais.

6.2.2 PROTA

O Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 26/2010/A, de 12 de agosto, é vinculativo para a elaboração de PMOT, com a indicação de políticas e medidas de relevância regional. O plano define medidas de âmbito mais gerais, destinadas a todo o território regional, como a nível de ilha, bem como parâmetros específicos para a aplicação de PDM.

A nível mais geral, quando da revisão de PDM, a nível do ordenamento as indicações são:



- As edificações devem ser afastadas, tanto quanto possível, da linha de costa, para garantir uma faixa de proteção à crista da arriba no mínimo igual à sua altura e nunca inferior a 50m;
- O desenvolvimento linear das edificações nas vias marginais à orla costeira deve ser evitado, privilegiando-se o desenvolvimento da ocupação urbana em forma de “cunha”, ou seja, estreitando na proximidade da costa e alargando para o interior do território;
- As novas construções devem localizar-se preferencialmente nos aglomerados existentes, devendo os instrumentos de planeamento prever, sempre que se justifique, zonas destinadas a habitação secundária, bem como os necessários equipamentos de apoio, reservando-se o espaço rural para as atividades que lhe são próprias;
- O carácter de excecionalidade da edificação em solo rural implica a explicitação dos critérios de fundamentação utilizados e os impactos do regime de edificabilidade proposto;
- Entre as zonas já urbanizadas deve ser acautelada a existência de zonas naturais ou agrícolas suficientemente vastas;
- Não devem ser permitidas construções em zonas de elevados riscos naturais, tais como zonas de drenagem natural, leitos de cheia e zonas adjacentes, zonas com risco de erosão ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica;
- Interditar novas construções para habitação nas áreas integradas no sistema de proteção e valorização ambiental, ou seja, áreas nucleares de conservação da natureza e áreas ecológicas complementares;
- Não devem ser permitidas construções em zonas de elevado risco sísmico, sem que sejam adotados modelos urbanos e normas construtivas adequadas à mitigação do referido risco.

Também define os critérios de classificação dos solos a adotar em PDM, seguindo as seguintes classes e subclasses:

- **Solo urbano**¹, corresponde a solo destinado ao processo de urbanização e de edificação urbana, que inclui as áreas urbanizadas e cuja urbanização seja possível programar (incluindo os solos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do espaço urbano), com as respetivas subclasses:
 - Espaços urbanos consolidados - espaços incluídos em perímetros urbanos dispendo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram já total ou maioritariamente ocupados por edificações;
 - Espaços urbanos a consolidar- espaços incluídos em perímetros urbanos dispendo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram apenas parcialmente ocupados por edificações;

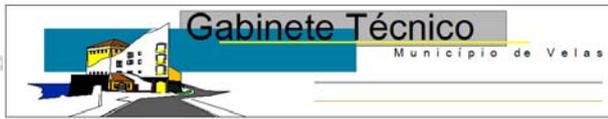
¹ A aprovação da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – DL n.º 80/2015, de 14 de maio), contribuiu para alterações no modelo de classificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável, deixando de existir no solo urbano a identificação das áreas de expansão.



- Espaços críticos de regeneração urbana– espaços urbanos consolidados, tendencialmente em declínio demográfico, que apresentam, em simultâneo, graves carências que justificam a intervenção prioritária no apoio ao tecido social local, na reabilitação das suas estruturas edificadas, e na revitalização das suas atividades económicas, serviços e equipamentos;
 - Espaços de expansão urbana de urbanização programada- espaços incluídos em perímetros urbanos, destinados à expansão dos espaços adjacentes urbanos consolidados ou em vias de rápida consolidação, cuja infraestruturização urbanística se considera prioritária, bem como espaços que venham a ser sujeitos a planos de ordem inferior;
 - Espaços de equipamentos urbanos - Espaços de equipamentos urbanos: espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à implantação de equipamentos coletivos e à utilização pública para fins recreativos ou de lazer, nomeadamente espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica urbana;
 - Espaços Turísticos - espaços urbanos com especial vocação para a instalação de atividades, equipamentos, edifícios e empreendimentos turísticos existentes ou propostos ou que venham a ser programados através de operações urbanísticas ou planos de ordem inferior;
 - Espaços de desenvolvimento tecnológico – espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de serviços e atividades económicas com uma forte componente de investigação científica, inovação e desenvolvimento tecnológico;
 - Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística - espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de empresas industriais e de serviços, bem como de unidades de armazenagem e transferência, integradas nas cadeias logísticas regionais ou locais.
- **Solo rural²**, corresponde a solo destinado ou com reconhecida vocação para aproveitamento agrícola, pecuária, florestal ou de recursos geológicos, espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja destinado a infraestruturas, equipamentos ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano), com as respetivas subclasses:
 - Espaços de exploração de recursos geológicos;
 - Espaços agrícolas;
 - Espaços florestais;
 - Espaços naturais e culturais;
 - Espaços de equipamentos.

Referente aos sistemas urbano e rural, o plano define normas orientadoras do uso, ocupação e transformação do território, como:

² O novo quadro legal, da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – DL n.º 80/2015, de 14 de maio), passou a identificar o solo rural como solo rústico.



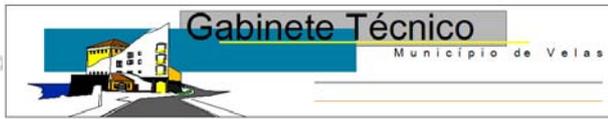
- A contenção dos processos lineares de urbanização, promovendo as malhas urbanas adjacentes e a contiguidade e o efeito de colmatção das áreas de expansão urbana, para promover a coesão e a identidade dos lugares e tornar mais eficiente a exploração das diversas redes de infraestruturas e equipamentos e as complementaridades e sinergias que se possam estabelecer entre elas;
- Nos espaços de expansão urbana, devem haver folgas suficientes para não inflacionarem os valores imobiliários, nem ser demasiado generosos que fomentem a dispersão ou descontinuidade urbana, em que a área de expansão na revisão do PDM deverá tomar como valor máximo de referência um acréscimo de 20% das atuais áreas urbanas e ter de referência a densidade média (hab/ha) observadas destas áreas urbanas³;
- Deve ser desincentivada a construção em altura, principalmente quando o uso é predominantemente residencial;
- Apostar na urbanidade existente e emergente e na complementar ruralidade, sendo que a distinção entre solo urbano e rural não deve ser a existência de edificações de ocupação permanente, temporária ou com fins turísticos, mas sim a faculdade de lotear.

No solo Rural, são indicados os seguintes parâmetros:

- A construção de novas edificações deve ser evitada, admitindo-se, com caráter de exceção, a realização de ações de reconhecido interesse público de âmbito regional ou local, como infraestruturas e equipamentos, desde que integrados na envolvente e garantam a vocação, caráter e uso do solo rural, onde se insere.
- É permitido a instalação de turismo em espaço rural e outros tipos de empreendimentos turísticos, mas condicionados a:
 - Ausência de restrições decorrentes de PEOT ou PMOT;
 - Categoria dos empreendimentos igual ou superior a 3 estrelas;
 - O total de camas representado por estes empreendimentos não pode exceder 20% do teto estabelecido pelo POTRAA para a ilha no caso de concelhos com espaços específicos de vocação turística, ou 60% nos restantes casos;
 - Os parâmetros urbanísticos devem indicar uma baixa densidade de ocupação do solo, procurando uma inserção com a envolvente e paisagem, principalmente a nível de cercas, a definir nos PMOT;
 - Caso não seja possível tecnicamente ou excessivamente oneroso, os empreendimentos devem integrar preexistências que traduzem a ocupação e o uso anteriores, como estruturas de exploração agrícolas, jardins e elementos arbóreos significativos.

Referente ao solo urbano, as indicações são as seguintes:

³ De acordo com Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial RAA (RJIGTRAA - DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto) no solo urbano as categorias operativas são os solos urbanizados e os solos urbanizáveis. No entanto, com a aprovação da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – DL n.º 80/2015, de 14 de maio), no modelo de classificação do solo, eliminou-se a categoria operativa de solo urbanizável, deixando de existir no solo urbano a identificação das áreas de expansão.



- Deve-se dar prioridade às subclasses de uso espaços críticos de regeneração urbana, espaços urbanos consolidados, com carências de infraestruturização ambiental, e espaços de expansão urbana de urbanização programada⁴.
- Deve-se valorizar os centros históricos e de espaços urbanos antigos, por processos de regeneração habitacional, criação de condições para a fixação de atividades prestadoras de serviços de proximidade de suporte à função residencial, a alteração de regulamentos do exercício da atividade comercial ajustados às características dos espaços;
- Disciplina da circulação automóvel e da logística associada à distribuição comercial;
- Adotar adequada infraestruturas de banda larga.
- Devem ser desenvolvidas orientações de suporte a políticas municipais de discriminação positiva de licenciamento municipal de discriminação positiva em áreas urbanas fragmentadas e com problemas graves de estruturação urbanística
- Dever-se-á fomentar a urbanização faseada e programada em continuidade com o tecido construído, ou seja, as novas construções ou loteamentos devem possibilitar a curto espaço, rematar hiatos entre construções existentes ou entre licenciamentos emitidos não materializados em construção.

A nível da construção e habitação, na situação da revisão do PDM, o plano aponta:

- Nas áreas de expansão urbana e urbanas não consolidadas devem ser consideradas condições de habitação de acordo com as necessidades das pessoas e das famílias, com instrumentos de apoio aos diversos agentes e às pessoas e famílias desfavorecidas;
- Identificar as necessidades e carências habitacionais, ter em atenção a gestão do parque habitacional existente e salvaguardar critérios de diferentes formas de habitação;
- Avaliar as edificações e as atividades localizadas em áreas de risco sísmico, vulcânico, geotécnico e de inundações, para o caso da necessidade de realocação de edificações e usos e na adoção de critérios técnicos que minimizem riscos para pessoas e bens.

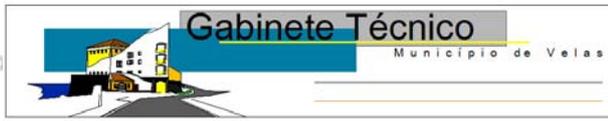
No âmbito do património histórico-cultural, na situação da revisão do PDM, o plano indica:

- Devem ser identificados os roteiros culturais suscetíveis de assegurar a visibilidade, ordenamento e monitorização dos ativos culturais combinados com os recursos naturais e paisagísticos;
- Os conjuntos urbanísticos definidos como elementos com especial interesse patrimonial devem ser objeto de PP.

Outros aspetos apontados no plano, a considerar na revisão do PDM em diferentes âmbitos:

- A necessidade de identificar a existência de unidades da indústria transformadora localizadas nos centros urbanos e geradoras de tráfego pesado e de conflitos de uso, tendo em vista a sua progressiva transferência para áreas de acolhimento empresarial;

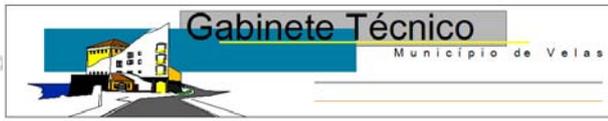
⁴ De acordo com Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial RAA (RJIGTRAA - DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto) no solo urbano as categorias operativas são os solos urbanizados e os solos urbanizáveis. No entanto, com a aprovação da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – DL n.º 80/2015, de 14 de maio), no modelo de classificação do solo, eliminou-se a categoria operativa de solo urbanizável, deixando de existir no solo urbano a identificação das áreas de expansão.



- A integração das áreas de proteção para portos de pesca existentes, envolvendo eventuais áreas de expansão;
- Classificação da rede rodoviária municipal, identificando e regulamentado as suas características construtivas e do tipo de utilização e a adoção de medidas de restrição à instalação de grandes estruturas geradoras de tráfego nas vias principais de acesso às aeroportos e instalações portuárias;
- Incentivo a instalação de unidades de turismo em espaço rural, com áreas e regimes próprios;
- A definição de zonas preferencialmente *non edificandi*, no seguimento das áreas identificadas de ameaça por cheias e zonas adjacentes, por entidade com competência na matéria do domínio hídrico;
- Incluir áreas de implantação ou para futura instalação das unidades de parques eólicos e produção geotérmica e regras de salvaguarda;
- Definição de áreas ou realocização para a instalação de armazenagem de combustíveis ligados por oleodutos aos portos de mar e regulamentação;
- Definição de mecanismo que assegurem a localização, materialização e incorporação dos equipamentos e infraestruturas de proximidade, que garantam a satisfação das carências existentes detetadas, garantindo padrões de serviço adequados, de normas técnicas e de critérios de coesão territorial.

A nível específico, da ilha de São Jorge o plano define como diretrizes:

- Favorecer o preenchimento da malha urbana nas áreas urbanas situadas fora das sedes de concelho, com baixa densidade de edificação;
- Controlar as áreas de expansão urbana programada, devido à elevada percentagem de habitação de uso sazonal, uma vez que há a tradição da existência de habitação secundária nas cotas baixas, nas fajãs;
- Dar prioridade a ações de valorização das paisagens culturais, como fajã do Ouvidor; Fajã da Ribeira da Areia e Fajã das Almas;
- Criar uma área de concentração de serviços avançados à atividade produtiva, para promover preferencialmente serviços de apoio à certificação e qualificação do queijo de São Jorge;
- Salvaguardar a ocupação e transformação do solo da envolvente próxima das infraestruturas aeroportuárias, para possível ampliação;
- Prever e delimitar um espaço para eventual deslocalização do parque de combustíveis;
- Reforçar as ligações marítimas de Velas para São Roque do Pico e para a Horta, a partir de um sistema policêntrico no grupo central;
- Dar prioridade à resolução da carência em serviços e infraestruturas ambientais;
- Aumentar os níveis de auto-suficiência energética através do desenvolvimento da produção a partir de fontes eólicas e avaliar as condições de exploração geotérmica.



6.2.3 POTRAA

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, suspenso parcialmente pelo DLR n.º 13/2010/A, de 7 de abril, encontra-se em revisão. De acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2017, de 7 de agosto, o prazo para os procedimentos de revisão para conclusão foi no máximo de 15 meses após a publicação do documento. A 3 de julho de 2018, a proposta de revisão do POTRAA foi aprovada pela Comissão Consultiva, prevendo-se que a fase de discussão pública dei início brevemente.

Apesar do interesse em integrar as novas diretrizes da revisão do plano, de seguida apresentam-se as orientações do plano existentes.

O POTRAA apresenta várias linhas estratégicas de desenvolvimento, que ao nível do suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística regional destacam-se:

- Apoiar a preservação e valorização numa ótica turística do património natural, histórico e cultural da Região;
- Apoiar a diversificação, qualificação e integração temática da oferta de alojamento no domínio da hotelaria convencional;
- Apoiar e fomentar o aumento da oferta de alojamento alternativa à hotelaria convencional, designadamente as unidades de turismo de habitação, turismo em espaço rural ou a pequena hotelaria dispersa (espaço rural e áreas de vocação turística).

Ao nível do suporte a ações específicas no âmbito do ordenamento turístico do território indicam-se:

- Considerar os diversos instrumentos de intervenção no domínio do ordenamento do território, promovendo a sua articulação, vertical e horizontal, com o desenvolvimento turístico;
- Aplicar e fazer aplicar os elementos constantes no modelo territorial de desenvolvimento turístico.
- Fomentar a dispersão territorial das unidades de alojamento e das restantes componentes do sistema turístico, de acordo com as tipologias territoriais definidas.
- Gerir os efeitos no sector do turismo decorrentes de iniciativas no âmbito de outros sectores económicos ou de regulação.

O POTRAA aplica-se a todo o território da RAA e as propostas a nível de cada concelho devem ser equacionadas no PDM (artigo 2.º do anexo I). Os PMOT em elaboração deverão acautelar as políticas do POTRAA, mas podem ocorrer exceções de acordo com parecer da Direção Regional do Turismo (DRT).

O plano define um conjunto de espaços, os dois primeiros enquadrados no sistema urbano e os restantes no sistema rural, como:

- Espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico, enquadram as áreas urbanas (distinguem-se pelo elevado nível de infra-estruturação, de densidade populacional ou



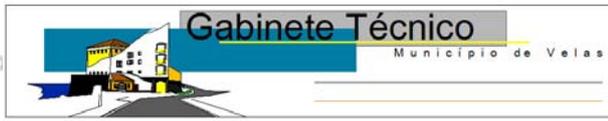
de concentração humana, têm uma ocupação predominantemente consolidada, nomeadamente habitacional, comercial, serviços, equipamentos públicos ou pequenos estabelecimentos oficiais compatíveis com o uso habitacional) e urbanizáveis (correspondem a espaços de urbanização programada que se prevê virem a adquirir, a prazo e nos termos estabelecidos em planos urbanísticos, as características de espaços urbanizados) do PDM ou outro IGT da RAA;

- Espaços específicos de vocação turística (EEVT) corresponde a localização preferencial de empreendimentos integrados, com características urbanas, naturais e/ou paisagísticas especialmente vocacionadas para o uso turístico, quer seja indicado em PMOT ou recomendado pelo POTRAA;
- Espaços rurais e outros não diferenciados correspondem ao território que remanesce depois de excluídas todas as áreas integradas nas outras unidades de organização territorial e inclui áreas rurais e naturais, sem estatuto de áreas protegidas, e áreas de ocupação humana distinta das áreas urbanas ou urbanizáveis, todas com boa aptidão para a utilização turística.;
- Espaços ecológicos de maior sensibilidade;
- Espaços de potencial conflito.

Nos espaços urbanos (artigo 9.º do anexo I), o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo, devem seguir as seguintes normas:

- Nos espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico podem -se implantar estruturas de aproveitamento turístico, nomeadamente todas as tipologias de alojamento turístico, restauração, serviços de informação turística e outros equipamentos e serviços de apoio à receção e estada turística.
- O planeamento e licenciamento de atividades turísticas, nas áreas urbanas, deve privilegiar a correta inserção na estrutura urbana, acautelando, nomeadamente, as características morfológicas e funcionais, bem como os seguintes princípios de valorização patrimonial:
 - Requalificação e modernização de estabelecimentos existentes, com possibilidade de aumento de capacidade;
 - Recuperação de edifícios com interesse patrimonial, a integrar em pequenas unidades de alojamento turístico.
- O planeamento e licenciamento de equipamentos turísticos, nas áreas urbanizáveis, devem privilegiar a correta articulação com as áreas urbanas contíguas e com a paisagem envolvente, acautelando, nomeadamente, as características morfológicas e funcionais, bem como os seguintes princípios de valorização patrimonial e paisagística:
 - Recuperação de edifícios com interesse patrimonial, a integrar em pequenas unidades de alojamento turístico;
 - Correto dimensionamento de infraestruturas, estacionamento e acessibilidades.

Os EEVT podem ser criados com base nas seguintes regras e princípios:



- A respetiva delimitação espacial deve excluir as áreas de especial interesse ambiental e cultural, os espaços naturais e as zonas de risco já identificadas nos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e PMOT em vigor, bem como, sempre que possível, conter-se dentro das manchas assinaladas nas plantas síntese do POTRAA;
- Os regimes de uso do solo admissíveis são determinados em função do previsto nos IGT vigentes, à data da entrada em vigor do POTRAA:
 - EEVT constituídos a partir de solos urbanos ou urbanizáveis: o uso dos solos será o que for determinado pelos próprios PMOT;
 - EEVT constituídos a partir de outras classificações de solo: neles só poderá ser permitida a construção de empreendimentos integrados, bem como o aproveitamento de imóveis existentes para outras tipologias, nomeadamente empreendimentos de turismo no espaço rural e empreendimentos de turismo de natureza.

Nestes espaços a instalação de empreendimento turísticos devem seguir os seguintes princípios:

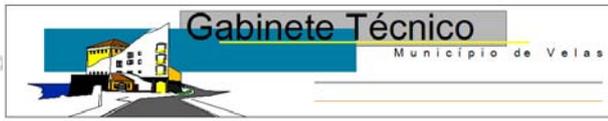
- Os parâmetros urbanísticos, a definir em PMOT, devem traduzir uma baixa densidade da ocupação do solo, respeitando as características morfológicas e paisagísticas da área em que se inserem, nomeadamente adaptando as cêrceas às características morfológicas dos terrenos, de modo a não criar agressões na paisagem;
- Sempre que possível, os empreendimentos devem integrar preexistências que traduzam a ocupação e o uso anteriores, nomeadamente estruturas de exploração agrícola, jardins e elementos arbóreos significativos.

O POTRAA recomenda zonas de EEVT na ilha de São Jorge na faixa entre Urzelina e Manadas.

6.2.4 POOC

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge (POOC), DRR n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, corresponde à faixa costeira com aproximadamente 140km de extensão, com largura de 500m de zona terrestre de proteção, que abrange os concelhos de Velas e de Calheta, excluindo-se a sua aplicação nas áreas portuárias dos Portos de Velas e Calheta. O plano encontra-se parcialmente suspenso na zona da Urzelina, de modo a permitir a realização de novos investimentos que potenciam a diversidade económica da freguesia e a consequente criação de emprego, ligados a empreendimentos turísticos destinados a alojamento.

O POOC fixa usos preferenciais e respetivos regimes de gestão determinados com base na natureza do plano e seus objetivos (n.º 1 do artigo 7.º), os quais estão identificados e delimitados na planta de síntese, como: uso balnear; uso natural e cultural (correspondem aos espaços com importância para a conservação dos recursos e do património natural e paisagístico existentes) subdividido em áreas de especial interesse ambiental, fajãs humanizadas e outras áreas naturais e culturais; uso florestal; uso agrícola; uso urbano (correspondem às áreas com elevado nível de infraestruturização e concentração de edificações onde o solo se destina

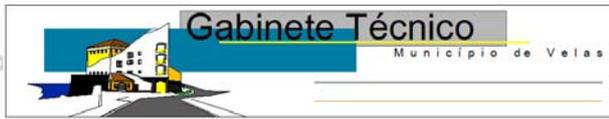


predominantemente à urbanização e às áreas consideradas suscetíveis de vir a adquirir predominantemente as características de uso urbano).

Define os princípios de ocupação e condicionamentos a atividades específicas no uso urbano, em que a sua gestão é feita ao nível dos PMOT (artigo 7.º). Na área de intervenção do POOC são interditos ou condicionados os seguintes atos e atividades:

- A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- O depósito de lixo e de sucatas, lixeiras e nitreiras
- O depósito de materiais de construção e de produtos tóxicos ou perigosos;
- A instalação de novos aterros sanitários;
- A instalação de indústrias, salvo quando se localizem em áreas de uso preferencial urbano ou industrial e cumpram a legislação aplicável;
- A extração de materiais inertes, quando não se trate de dragagens necessárias à conservação das condições de escoamento dos cursos de água e das zonas húmidas e à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso;
- As explorações de inertes licenciadas nos termos da lei ficam sujeitas ao cumprimento das disposições legais vigentes, designadamente de requalificação e integração paisagística segundo o plano de lavra aprovado, passando a ser obrigatória a apresentação anual de dados técnicos que garantam a estabilidade geotécnica do local;
- Fora das áreas de uso urbano, a abertura de novos acessos viários, para além dos identificados na planta de síntese ou que venham a ser definidos nos PMOT ou em planos de emergência da proteção civil, bem como a ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar, com exceção daqueles destinados ao uso exclusivo agrícola e florestal, os quais serão não regularizados e devidamente sinalizados, está condicionada a decisão do membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente e a parecer prévio vinculativo do Laboratório Regional de Engenharia Civil, quando negativo;
- As atividades desportivas, designadamente todo-o-terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
- A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, com exceção das situações previstas no Regulamento;
- A circulação com qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização, vigilância, combate a incêndios, decorrentes de intervenção de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares;
- A construção, reconstrução ou ampliação de quaisquer edificações ou infraestruturas ou de novas instalações no domínio hídrico, salvo nos casos previstos no Regulamento.
- Podendo os acessos serem temporariamente ou definitivamente condicionados nas situações de acesso a áreas: que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade; a uso balnear devido a resultados da monitorização da qualidade da água; a áreas instáveis, que colocam em risco a segurança das pessoas;

As edificações, na área de intervenção do POOC, devem seguir as seguintes normas:



- É proibida a edificação de novas construções, com exceção das expressamente previstas no Regulamento;
- nas construções existentes na área de intervenção devidamente legalizadas e independentemente do uso preferencial associado são permitidas obras de reconstrução, conservação e ampliação;
- As obras de ampliação a que se refere o número anterior são permitidas quando se tratem de obras conducentes a suprimir insuficiências de instalações sanitárias e ou cozinhas, não podendo em nenhuma situação corresponder a um aumento total de área de construção superior, respetivamente, a 4m² e 6m² ou ao aumento de cércea, salvo nas situações expressamente previstas no Regulamento;
- No licenciamento municipal das obras de ampliação, reconstrução e conservação, bem como no licenciamento de novas construções, serão garantidas as condições expressas no Regulamento em relação ao saneamento básico (entre as várias regras apontadas no artigo 11.º do plano interdita a rejeição de efluentes sem tratamento);
- Os projetos de reconstrução, ampliação e de novos edifícios devem respeitar a volumetria do património arquitetónico existente e devem conter todos os projetos de especialidade que permitam verificar da sua conformidade com o POOC quanto às suas características construtivas e estéticas, bem como quanto à sua implantação no local e relação com os acessos;
- As entidades competentes, em articulação com a câmara municipal respetiva, devem ainda exigir que seja apresentado um projeto de espaços exteriores associados às áreas objeto de licença ou concessão onde sejam definidos o seu tipo de tratamento, a disposição do equipamento e mobiliário exterior fixo e as áreas destinadas à colocação de equipamento e mobiliário amovível, no caso de alteração do espaço exterior;
- No decurso dos trabalhos de construção devem ser tomadas as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais, nomeadamente aqueles que possam interferir com o escoamento da água e que conduzam à erosão, bem como, na fase de obra, com a implantação dos estaleiros, os quais devem ser recuperados por parte do dono de obra;
- As áreas afetas ao turismo, designadamente apartamentos turísticos e parques de campismo não integrados nas áreas de uso urbano nem nas fajãs do tipo 1 identificadas na planta de síntese, regem-se pelas disposições constantes do presente Regulamento, não sendo permitida a ampliação das suas capacidades, admitindo exclusivamente obras de conservação;
- Quando se verifiquem razões de relevante interesse público, poderá, mediante portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competências em matéria de ambiente e turismo, e com a devida fundamentação, ser excecionado o regime previsto no número anterior.

As áreas identificadas na planta de síntese de uso urbano, no concelho de Velas, Norte Grande, Rosais, Velas, Fajã do Ouvidor, Urzelina e Manadas, regem-se segundo vários parâmetros apenas aplicáveis quando na ausência de PMOT em vigor na área de intervenção do POOC. Nestas áreas são permitidas: loteamento desde que inseridos na malha viária existente; novas edificações e ampliações, por ocupação de áreas livres na continuidade do tecido edificado ou por



substituição de edificações sujeitas a demolição. Os parâmetros de edificação seguem o indicado no quadro 68 (artigo 33.º).

Quadro 68. Parâmetros na ausência de PMOT em solo urbano (POOC)

Zonas	Indicadores e orientações de edificação
Velas	Densidade populacional – 90hab/ha Índice de construção max. – 0,5 Cércea max. – 2 pisos
Ouvidor	Densidade populacional – 60hab/ha Índice de construção max. – 0,5 Cércea max. – 1 pisos
Norte Grande Rosais Urzelina Manadas	Densidade populacional – 60hab/ha Índice de construção max. – 0,4 Cércea max. – 2 pisos

Fonte: POOC São Jorge (2005)

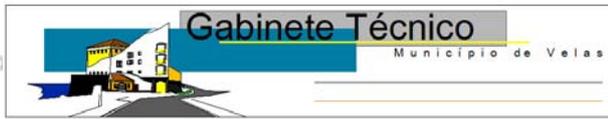
Na existência de PMOT, nas áreas afetadas ao uso urbano do POOC devem ter por objetivo a requalificação e valorização dos povoamentos litorais ao nível da execução urbanística, com especial destaque para o desenvolvimento do regime de gestão e intervenção nas situações de áreas de uso urbano e zonas de risco (artigo 34.º).

No uso natural e cultural encontram-se as fajãs humanizadas (artigo 29.º), fajãs não integradas no uso urbano. Estas correspondem a áreas relativas planas, anichadas na falésia costeira, tradicionalmente ocupadas por culturas e/ou construções, caracterizadas por uma elevada singularidade paisagística, pela instabilidade natural indissociável e pelo elevado valor cultural e paisagístico. Estão identificadas em 3 tipos:

- Tipo 1—fajãs humanizadas tradicionalmente habitadas cujas condições infraestruturais e de acesso viário permitem a instalação de meios de alojamento integrados em projetos de turismo em espaço rural (TER) e, nos termos fixados no presente diploma, novas construções. Neste tipo enquadram-se as Fajãs da Ribeira da Areia e Almas;
- Tipo 2—fajãs humanizadas tradicionalmente habitadas cujas condições naturais e de acesso limitam o uso automóvel, desempenhando um papel importante ao nível da visitação, com a possibilidade excepcional, devidamente fundamentada, de poderem vir a ser reconhecidas como zonas vocacionadas para o TER, mediante portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competências em matéria de ambiente e turismo. Neste tipo enquadra-se a Fajã de João Dias;
- Tipo 3—fajãs predominantemente naturais com valor cultural, integradas noutras áreas naturais e culturais, cujas condições naturais impedem o acesso automóvel e limitam as possibilidades de ocupações permanentes.

Nas fajãs estão interditas um conjunto de atividade, como:

- A construção, reconstrução ou ampliação de quaisquer edificações ou outras infraestruturas, com exceção das definidas no Regulamento;
- A exploração de inertes e a realização de quaisquer ações que alterem a topografia das fajãs e suas zonas de proteção;



- Alterações por meio de aterros ou escavações à configuração geral do terreno;
- A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com exceção dos amanhos e granjeies tradicionais;
- A abertura de novas vias de comunicação ou alteração das existentes, com exceção das obras necessárias à conservação e ou melhoria das condições de segurança;
- Quaisquer outras atividades ou trabalhos que afetem a integridade e ou características da área delimitada.

Nas fajãs de tipo 1 são permitidas:

- No âmbito do licenciamento das edificações, a alteração do uso atual para TER, para habitação ou comércio;
- obras de conservação, de reconstrução e de ampliação das edificações licenciadas desde que a ampliação não exceda mais de 50 % da área de construção, existente com um limite máximo de 50 m² de área de construção ampliada, com exceção das edificações destinadas a TER;
- No caso das edificações destinadas a unidades de TER, são permitidas obras de conservação, reconstrução e ampliação das edificações licenciadas, desde que:
 - As edificações sejam representativas das formas de ocupação tradicionais das fajãs, podendo estes projetos envolver várias edificações desde que possuam uma área de construção igual ou superior a 20 m²;
 - Quando abranger uma única edificação, é permitida a ampliação até uma área de construção máxima resultante de 120 m²;
 - Quando envolver mais de uma edificação, são permitidas ampliações até uma área de construção máxima resultante do conjunto das edificações de 250 m²;
- As obras de reconstrução e ampliação terão a cêrcea original e devem observar as características das construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito;
- São permitidas novas edificações por ocupação de áreas livres na continuidade do tecido edificado ou por substituição de edificações sujeitas a demolição, cumprindo com as normas de edificabilidade constantes do presente Regulamento.

Nas fajãs de tipo 2 são permitidas:

- Apenas obras de reconstrução e ampliação, desde que assegurado o seu uso original;
- As obras de ampliação são permitidas quando se trate de obras conducentes a TER ou a suprimir insuficiências de instalações sanitárias e ou cozinhas, podendo corresponder a um aumento total da área de construção igual ou inferior a 10 m², sem implicar o aumento de cêrcea.



6.3 Projetos Relevantes em Curso ou Programados

O município de Velas tem desenvolvido um conjunto de ações que contribuem para o melhoramento do seu território e para o bem-estar dos seus munícipes. As ações em curso estão enumeradas no quadro 69.

Quadro 69. Projetos relevantes em curso (2018)

Freguesia	Projetos
Rosais	Segunda Fase de abertura do Caminho da Fajã de João Dias
Velas	Reabilitação Urbana da Vila das Vela
Urzelina	Reabilitação da Escola da Ribeira do Nabo para sede de escuteiros
Norte Grande	Reabilitação da Escola de Santo António para casa Mortuária
Geral	Reabilitação da rede de águas do concelho
Geral	Reabilitação de Caminhos Municipais

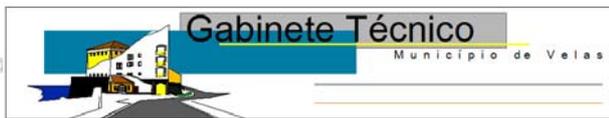
Fonte: CMV (2018)

De acordo com o plano orçamental para 2018 e plano plurianual de investimentos desenvolvido pelo município de Velas, a aposta de investimento centra-se nos setores social, cultural, recreativo e desportivo. No quadro seguinte são apresentadas as propostas.

Quadro 70. Ações a realizar de acordo com o Plano Orçamental e Plurianual de 2018

Setor	Freguesia	Projetos
Geral	Velas	Reabilitação e Remodelação do Armazém Municipal
Geral	Velas	Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho
Social	Geral	Rede de Recolha Seletiva de Resíduos (ecopontos domésticos)
Social	Geral	Reabilitação da rede de águas do concelho
Cultura	Velas	Aquisição de Espólio/ outros para a Casa Museu Cunha da Silveira
Cultura		Centro de apoio e venda de artesanato
Cultura	Velas	Realização da semana cultural de Velas
Rec. Desp.	Urzelina	Parque Multiusos da Urzelina
Rec. Desp.		Construção Pista Motocross
Rec. Desp.	Velas	Criação de Parque de estacionamento e manutenção de embarcações de recreio
Rec. Desp.	Santo Amaro	Concluir edifício de apoio zona balnear portinho da Queimada
Indústria	Velas	Ampliação do parque industrial das Levadas
Transito	Velas	Parque de estacionamento da Rua de São João
Transito	Urzelina	Reabilitação do Caminho do TEU (trilho ecológico da Urzelina)
Transito	Manadas	Reabilitação de arruamentos na Fajã das Almas
Transito	Santo Amaro	Reabilitação do Caminho da Areia Santo Amaro
Transito	Norte Grande	Parque de estacionamento de Apoio à poça Simão Dias
Transito	Rosais	Aqueduto da ribeira da Canada das Faias/ Poço Novo
Transito	Rosais	Segunda Fase de abertura do Caminho da Fajã de João Dias
Transito	Velas	Segunda Fase de Reabilitação Urbana Sede de Concelho
Transito	Geral	Reabilitação de Caminhos Municipais
Turismo	Geral	Sinalização de Informação Turística nas Vias Municipais
Outros	Urzelina	Reabilitação do Imóvel Apartamentos Urzelina

Fonte: CMV (2018)



Também tem sido desenvolvido alguns projetos de melhoramentos de instalações existentes que se encontram em processos de apreciação ou à espera de financiamento, como os casos enumerados no quadro 71.

Quadro 71. Projetos em desenvolvimento (2018)

Fase	Freguesia	Projetos
Apreciação	Urzelina	Requalificação do parque de Campismo da Urzelina
Financiamento	Urzelina	Requalificação de Forte
Apreciação	Manadas	Requalificação do Porto dos Terreiros

Fonte: CMV (2018)

6.4 Participação Pública

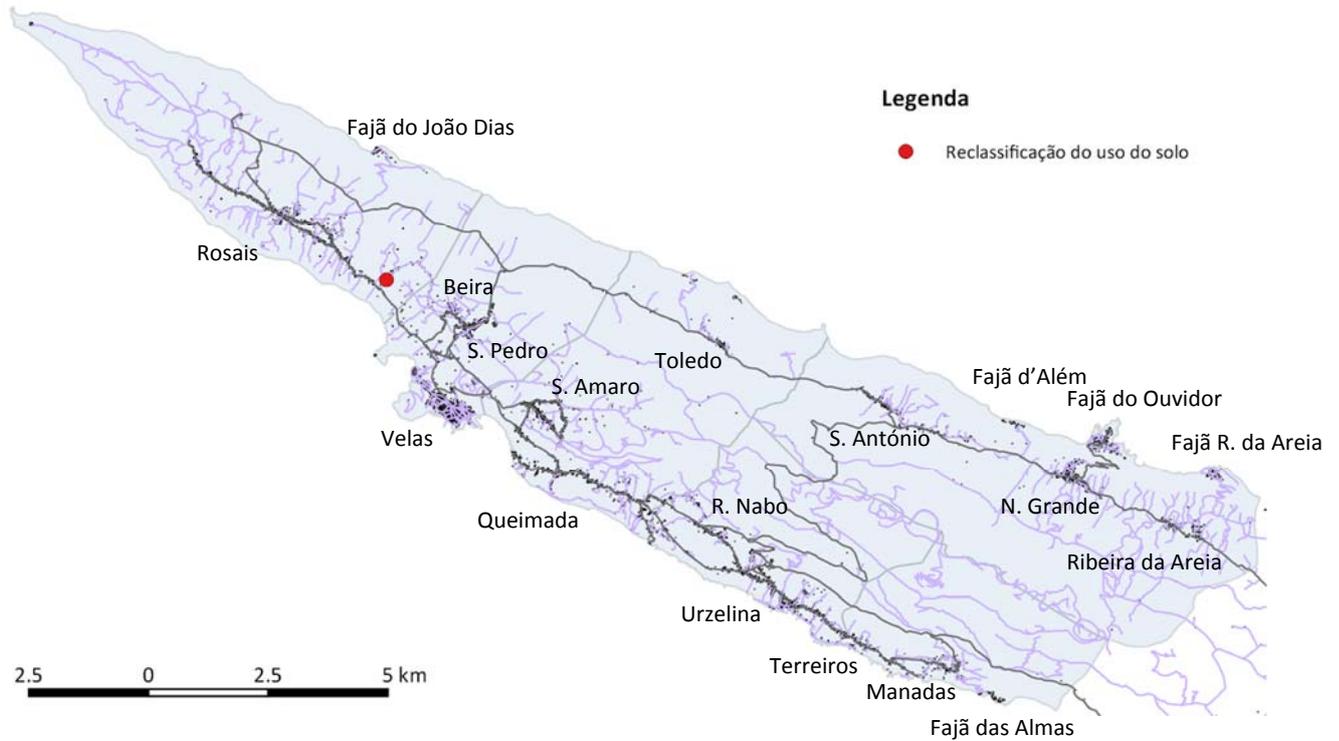
A participação pública é um fator importante no planeamento do território, pois este processo deve integrar e contribuir para a participação de todos os atores do território, uma vez que estão a ser definidas regras de edificação e da distribuição dos usos no solo que terão vigência num longo prazo de tempo e afetará os interesses dos munícipes.

Após a publicação do Aviso n.º 75/2014, de 4 de dezembro, de aprovação do relatório de fundamentação da revisão do PDM do concelho de Velas e respetivos trâmites legais, foi fixado um prazo de 15 dias úteis para a participação preventiva dos cidadãos, que decorreu entre 5 e 30 de dezembro de 2014, com o intuito da identificação de situações de constrangimentos e outros problemas relacionados com o PDM em vigor de acordo com a opinião dos intervenientes no território.

Neste período apenas foi apresentada 1 participação (Anexo I), que incidiu em zona de espaços agrícolas no atual PDM, com a condicionante de Reserva Agrícola Regional, cuja pretensão é de construção de habitação. Nesta participação é apontada uma reclassificação do uso do solo, para que seja urbano uma faixa ao longo da via existente, de ambos os lados, desde a sua interseção com a estrada regional até à última moradia existente nesta parte da via, no caminho da Serroa, na freguesia de Rosais (na figura 37 identifica-se a localização da pretensão).



Figura 37. Distribuição das participações recebidas no concelho de Velas



Fonte: Produzido pela equipa (2018)



7. Património Histórico-Cultural

7.1 Património Cultural Imóvel Classificado

O concelho de Velas dispõe de imóveis enquadrados no Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel (DLR n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro) existentes na RAA, com dois imóveis classificados de interesse público e 6 imóveis classificados de interesse municipal, quadro 72. Os bens imóveis classificados apresentam zona de proteção que no seu raio de ação procuram salvaguardar e valorização o imóvel e sua envolvente.

Quadro 72. Património cultural imóvel classificado

Freguesia	Imóvel	Diploma de classificação	Arquitetura	Z. proteção
Imóveis de Interesse Público				
Velas	Paços do concelho de Velas	Resolução n.º 64/84, de 30 de abril	Civil	50m
Manadas	Igreja de Santa Bárbara	Decreto n.º 37 728, de 5 de janeiro de 1950	Religiosa	50m
Imóveis de Interesse Municipal				
Urzelina	Moinho de vento, na Urzelina	Resolução n.º 234/96, de 3 de outubro reclassificado pelo n.º 97 do artigo 58.º do DLR n.º 43/2008/A, de 8 de outubro	Civil	50m (non aedificandi)
Santo Amaro	Moinho de vento, na Queimada	Resolução n.º 227/98, de 5 de novembro	Civil	50m (non aedificandi)
Manadas	Moinho de vento, Ladeiras	Resolução n.º 38/2000, de 2 de março	Civil	50m (non aedificandi)
Santo Amaro	Casa dos Mistérios e o edifício do lagar, Boa-Hora	Resolução n.º 130/2000, de 17 de agosto	Civil	50m
Velas	Moinho de vento, lugar da Beira	Resolução n.º 65/2001, de 17 de maio	Civil	50m
Velas	Edifício da Quinta de São Pedro, São Pedro	Editais n.º 6/2015, de 15 de outubro	Civil	50m

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura (2018)

Ambos os imóveis classificados de interesse público no concelho de Velas remontam ao séc. XVIII. O Edifício do Paços do Concelho de Velas, sito no Jardim da República, freguesia de Velas, com linguagem arquitetónica “barroco açórico” caracteriza-se por “um corpo mais antigo, de planta retangular, muito estreito e com dois pisos, e por outro de construção mais recente, de planta em U, com um piso e cave, que se adozou ao tardoz do primeiro fechando um pátio e completando o quarteirão”(figura 38). A igreja de Santa Bárbara, sito no largo da Igreja, freguesia das Manadas, junto ao mar, com linguagem arquitetónica do barroco joanino, implanta-se num adro elevado murado de forma irregular com acesso por escadaria a eixo com o acesso principal da igreja e outros dois laterais. A igreja é constituída por uma nave única, com coro alto sobre a entrada, capela-mor em talha, sacristia com arcazes e dependências. No interior apresenta um teto de cedro trabalhado e uma coleção de azulejos sobre a vida da santa (Marques, 2013) (figura 38).

Figura 38. Paços do Concelho de Velas e Igreja de Santa Barbara (Manadas)



Nos imóveis classificados de interesse municipal encontram-se 4 moinhos de vento e 2 edifícios de arquitetura civil. Os moinhos de vento são construções utilitárias representativa de uma época associada à industrialização da moagem nos Açores, do século XX. Estes moinhos correspondem a pequenos moinhos mecanizados que substituíram os moinhos tradicionais. Caraterizam-se por uma parte móvel, em madeira, tipo capota, com hélice de duas ou 4 pás, e uma parte fixa, geralmente de corpo tronco-cónico onde trabalham as mós com porta e janela, no lado oposto, assente numa plataforma circular. O moinho de vento da Queimada, freguesia de Santo Amaro, diferencia-se por a parte superior não ser toda móvel, apenas a cúpula com a hélice de 4 pás é móvel, em madeira. O restante corpo é fixo, tronco-cónico, semelhante a base, mas de menor dimensão, com 4 janelas próximo da cúpula, 2 alinhadas com os vãos inferiores e as outras duas, uma por cada lado oposto. Os edifícios são casas rurais grandes, que mantêm as caraterísticas iniciais. O edifício da Quinta de S. Pedro, do séc. XVII ou XVIII, hoje destina a alojamento turístico. A casa dos mistérios, na classificação inclui o edifício do lagar, é uma habitação do séc. XVII que caracteriza o património arquitetónico ligado à época da laranja nos Açores, tem planta complexa, com 2 pisos e torreão, e localiza-se junto à estrada (figura 39).

Figura 39. Moinho de Vento (Urzelina) e Casa dos Mistérios (Santo Amaro)



Em 2010, o município de Velas deu início ao processo de classificação como bem cultural de interesse Municipal, o prédio sito na Urzelina, da Torre da Igreja de São Mateus, de acordo com o Edital n.º 11/2010, de 28 de outubro, publicado no Jornal Oficial do Governo Regional dos Açores, pelo município de Velas. Esta ação partiu da junta de freguesia de Urzelina.

Na atualidade, junto da Direção Regional da Cultura decorre cinco novas propostas de classificação de imóveis de interesse público, conforme o quadro 73 (na figura 40 é possível identificar alguns destes imóveis).

Quadro 73. Património Imóvel em processo de classificação

Freguesia	Imóvel	Arquitetura
Classificação a Imóveis de Interesse Público		
Velas	Casa de habitação, Jardim da República, n.º 14	Civil
Velas	Ermida de Nossa Senhora do Livramento	Religiosa
Urzelina	Ermida de Jesus, Maria, José	Religiosa
Rosais	Farol dos Rosais	Militar
Velas	Portão do Mar, Forte de Santa Cruz e da Conceição	Militar

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura (2018)

Figura 40. Casa de habitação, Ermida de Nossa Senhora do Livramento e Portão do Mar



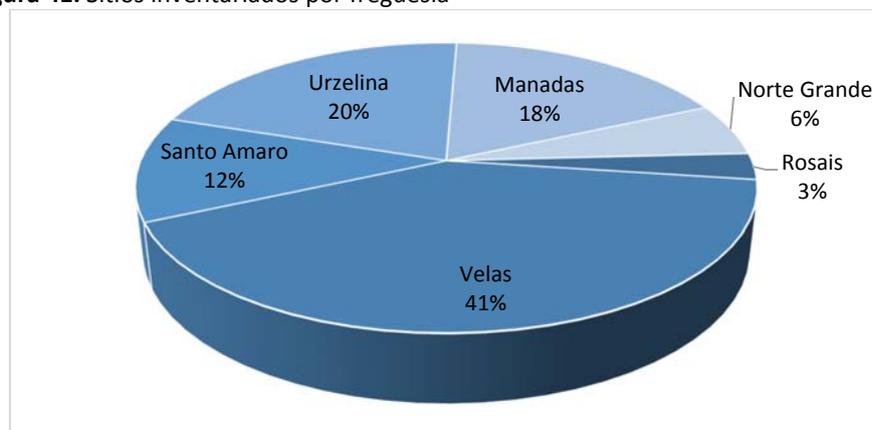
7.2 Património Arqueológico

A Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, transferiu para Região as competências da área da arqueologia, cuja política de gestão do património arqueológico prende-se principalmente com a inventariação dos sítios arqueológicos da RAA quer sejam terrestres, quer sejam subaquáticos. A gestão do património arqueológico é da competência da direção regional com aptidões na área da cultura e rege-se segundo o Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico, Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2006/A, de 10 de março e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A, de 16 de maio.

No Portal Cultura Açores, a Direção Regional da Cultura (DRC) disponibiliza on-line a Carta Arqueológica dos Açores, que permite a consulta da informação relativa ao património arqueológico nas nove ilhas, com busca por concelho e por freguesia.

A Carta Arqueológica dos Açores para o concelho de Velas apresenta 34 sítios arqueológicos distribuídos pelas várias freguesias. A maior concentração de sítios localiza-se na freguesia de Velas (figura 41). Nos quadros 74 a 79, apresenta-se a lista dos vários sítios pertencentes à carta.

Figura 41. Sítios inventariados por freguesia



Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)

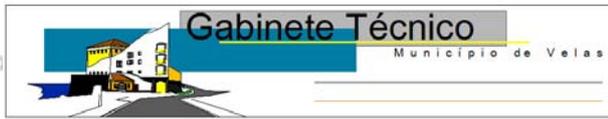
Quadro 74. Património Arqueológico na freguesia de Rosais

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Igreja de N. S. ^a do Rosário	Séc. XVI	Edifício Religioso, cuja primeira edificação remonta ao século XVI.	Registo da Campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)

Quadro 75. Património Arqueológico na freguesia de Velas

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Forte de Santa Cruz	séc. XVII	Fortificação descaracterizada, reaproveitada como local de armazenamento de combustíveis e de instalações do "clube naval". Coordenadas: 38°40'729"N; 28°12'278"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 84)
Baluarte de nossa Senhora da Conceição	séc. XVII	Forte consolidado e conservado, mantem-se parte da planta original Coordenadas: 38°40'423"N; 28°12'262"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 84)
Reduto de São José	séc. XVII	Vestígios do antigo reduto (forte das Ladeiras). Coordenadas: 38°40'813"N; 28°12'229"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Fortaleza de Nossa Senhora do Pilar	séc. XVIII	Forte perto da ermida de nossa senhora do pilar, apresenta-se como miradouro, com planta semelhante ao forte original. Coordenadas: 38°40'466"N; 28°12'391"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Portão do Mar e Muralha	séc. XVII	Vestígios da antiga Muralha e estrutura da Porta do Mar Coordenadas: 38°40'45.41"N; 28°12'15.60"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 83)
Igreja matriz de São Jorge	Séc. XV	Edifício Religioso, cuja existência remonta ao séc. XV. Sofreu sucessivas reconstruções e ampliações. A atual fisionomia data do séc. XVII.	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)



Igreja e convento de Nossa Senhora do Rosário	Séc. XVII	Vestígios do antigo convento, como as sucessivas arcadas. Encontra-se abandonado	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 84)
Igreja e convento de Nossa Senhora da Conceição	Séc. XVII	Edifício Religioso que passou a Centro de Saúde, mantendo-se a igreja. Preserva a sua planta original apesar das reconstruções e ampliações.	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)
Recolhimento de São Gonçalo	Séc. XVII	Edifício alterado, hoje residência privada, no piso 1, e estabelecimento, no piso 0. Mantem-se a chaminé e a fechadura antiga.	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Igreja e Hospital da Misericórdia de Velas	Séc. XVI	Edifício demolido por consequência do sismo de 1964. Hoje edificado no espaço casa dos magistrados e existência de monumento e placa alusiva em homenagem à Santa Casa da Misericórdia de Vila de velas	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Paços do Concelho	séc. XVI	Edifício atual da CMV, foi reconstruído de 1719 a 1744, ampliado cerca de 1836 e alterado entre 1890 a 1912. Imóvel classificado de interesse Público	
Antiga olaria da Vila de Velas	séc. XIX	Olaria. Local descaraterizado, ocupado por armazém desocupado.	
Caminho rural da Vila de Velas	séc. XIX	Trajeto com Lajes com comprimento de 200m, coberto por vegetação. coordenadas: 38°40'282"N; 28°11'179"O - 38°40'246"N; 28°11'150"O	
Vigia Entre-Morros	Séc. XVI-XX	Vigia relatada a sua existência, não identificada fisicamente no território.	

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)

Quadro 76. Património Arqueológico na freguesia de Santo Amaro

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Aeroporto de São Jorge	séc. XIX e XX	Foram levantadas várias ocorrências associadas ao património religioso, um moinho e solar.	Pedido de autorização de 2006 por Fernando Robles Henrique e Alexandre Canha
Ermida de Santo Amaro	Séc. XVI	Edifício Religioso reconstruído e restaurado após ser afetado por sismo de 1999 com epicentro no Faial. A implantação do primeiro edifício remonta ao séc. XVI	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Forno de cal do Carregadouro	séc. XIX	Forno de cal, reconstruído no século XX como moinho, em ruínas. Coordenadas: 38°40'201"N; 28°11'38"O	Identificado no IPIA (quadro 83)
Forte de São Miguel	Séc. XVIII	Na local existência de alinhamentos de muros, mas inconclusivo na forma definitiva da fortaleza. Coordenadas: 38°40'105"N; 28°11'364"O	

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)



Quadro 77. Património Arqueológico na freguesia de Urzelina

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Forno de cal da Ribeira do Nabo	séc. XIX	Forno de cal, degradado e abandonado. Coordenadas: 38°39'496"N; 28°09'259"O	
Forte da Urzelina	séc. XVII	Fortificação em bom estado de conservação, de planta abaluartada adaptada ao terreno, com casa da guarda, com alpendre dos finais do século XX. Coordenadas: 38°38'402"N; 28°7'394"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)
Antiga Igreja de São Mateus	séc. XVII	Vestígio da antiga Igreja, com as torres sineiras. Coordenadas: 38°39'005"N; 28°07'559"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 84)
Reduto da Ribeira do Nabo	séc. XVII	Forte de Nossa senhora do Desterro, persiste vestígios de antiga canhoneira. Coordenadas: 38°39.414'N; 28°09.737'O	
Forno de cal da canada da Mata	séc. XIX	Forno de cal em ruínas. Coordenadas: 38°38'584"N; 28°07'509"O	Identificado no IPIA (quadro 83)
Forno de cerâmica da Ribeira do Nabo	séc. XIX	Forno de cerâmica abandonado e degradado. Coordenadas: 38°39'502"N; 28°09'27"O	
Cemitério de âncoras do Porto da Urzelina	Séc. XVII-XX	Cemitério de âncoras, composto por 5 peças, apenas uma no fundo marinho. Existência de Ancoras armazenadas em armazém, que deviam ser colocadas no fundo marinho (Subaquático).	

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)

Quadro 78. Património Arqueológico na freguesia de Manadas

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Inscrição Casa	em 1517 até 1517	Inscrição numérica 1017 em pedra na fachada de construção.	Registo por Tiago Silva
Forte de Santa Bárbara	séc. XVII	Forte junto à igreja de Santa Bárbara. Coordenadas: 38°37'548"N; 28°5'491"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)
Forte dos Terreiros	Séc. XVIII	Encontra-se arrasado pela terraplanagem do local, permanecendo apenas um reduzido troço da sua muralha Coordenadas: 38°38'128"N; 28°6'439"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Igreja de Santa Barbara	Séc. XVI	Antiga edificação religiosa. Imóvel classificado de interesse Público	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015.
Caminho rural das Manadas	séc. XIX	Trajeto com calçada rústica de cerca de 500m de comprimento, cuidado. Coordenadas: 38°37'549"N; 28°05'454"O - 38°38'041"N; 28°05'366"O	
Her Majesty Ship Eriskay	Séc. XX	Naufrágio de navio patrulheiro, em 1945. Vestígios de partes metálicas no mar, na zona da Fajã do Negro (subaquático).	

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)



Quadro 79. Património Arqueológico na freguesia de Norte Grande

Sítio	Data	Caracterização	Observações
Ermida de Santo António	Séc. XVI	Edifício religioso. Coordenadas: 38º40'750"N; 28º05'754"O	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)
Igreja da Nossa Senhora das Neves	séc. XVII	Edifício religioso, reconstruído (1762 e obras 1970's).	Registo da campanha de prospeção arqueológica, terrestre e marítima realizada pela DRC entre 27/07/2015 a 10/08/2015. Identificado no IPIA (quadro 82)

Fonte: Portal Cultura Açores – Carta Arqueológica dos Açores (2018)

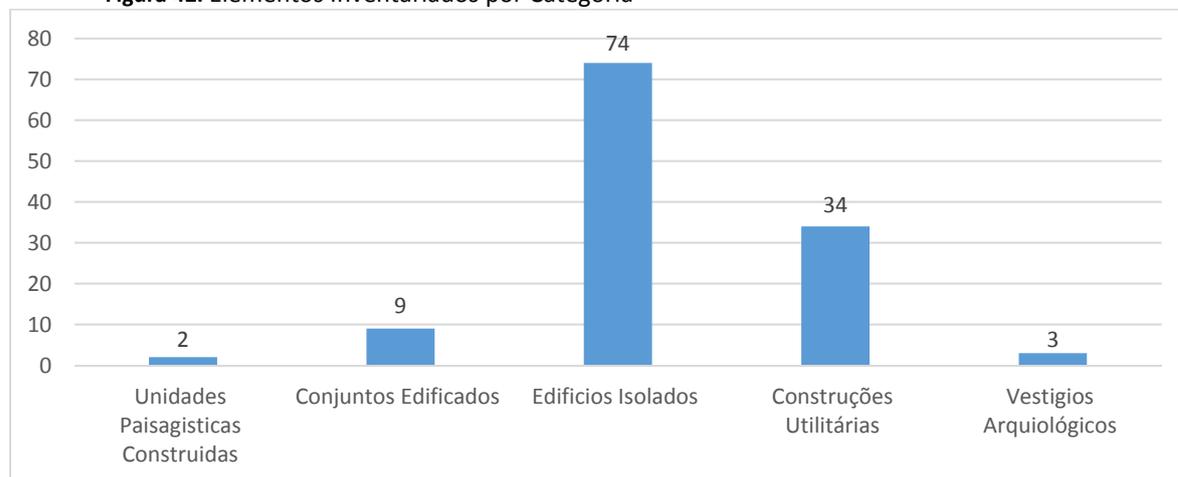
7.3 Património Imóvel Inventariado

O Governo Regional dos Açores, por meio do Instituto Açoriano de Cultura desenvolveu o projeto de Inventário do Património Imóvel dos Açores (IPIA), que no caso do concelho de Velas foi elaborado com base na recolha de elementos no terreno do ano de 2008. Este inventário identificou 127 elementos, incluindo cinco dos imóveis classificados como património cultural, os quais foram retirados à listagem e análise apresentada neste documento. Esta listagem apresenta 122 elementos, que estão catalogados por categoria e grupo tipológico, de acordo com o IPIA, as seguintes:

- **Unidades paisagísticas construídas** – constituem áreas de dimensão territorial significativa, mas contendo um edificado fragmentado ou de pouca densidade, onde os espaços ou elementos vegetais desempenham um papel importante (alguns exemplos quintas e áreas envolventes ajardinadas, conventos com os respetivos terrenos e espaços envolventes, parques, jardins, elementos pontuais e seu contexto);
- **Conjunto edifícios** – constituem aglomerados construídos, de maior (cidades, vilas), média (povoações, freguesias) ou pequena dimensão (cais, adegas), bem como outras construções em conjunto, cuja coesão, homogeneidade e valor coletivo são evidentes como um todo. Este engloba as tipologias sistemas urbanos, povoações e conjuntos de edifícios e de outras construções;
- **Edifícios isolados** – constituem objetos com considerável autonomia e consistência, destacáveis com clareza da sua envolvente, cuja época de construção pode ser antiga ou recente (barroco, clássico, romântica, moderno ou contemporâneo). Engloba as tipologias arquitetura doméstica, arquitetura pública civil, arquitetura religiosa e arquitetura militar;
- **Construções utilitárias** – constituem os tipos mais especializados de estruturas edificadas, em geral não se destina à ocupação interior humana, ou mesmo sem espaço interno. Engloba as tipologias agrárias, piscatórias e de produção artesanal, arquitetura industrial, aquedutos e pontes, estradas e mirantes, elementos isolados ou pontuais;
- **Vestígios arqueológicos** – constituem espaços onde é determinante, de modo potencial ou já exposto, a presença de vestígios materiais construídos, arquitetónicos ou decorativos, adequados a uma pesquisa de tipo arqueológico.

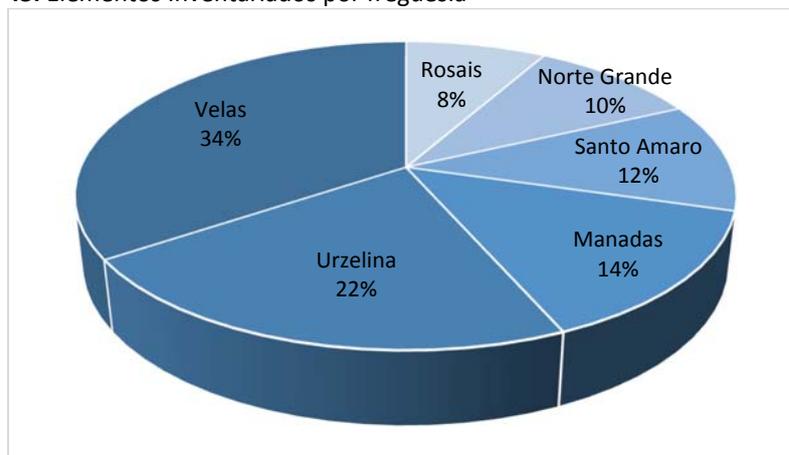
O maior número de elementos inventariados corresponde à categoria de edifícios isolados, com 74, seguindo-se as construções utilitárias, com 34. Nas restantes categorias, os números são muito reduzidos (figura 42).

Figura 42. Elementos Inventariados por Categoria



Fonte: Raimundo (2013)

Figura 43. Elementos Inventariados por freguesia



Fonte: Raimundo (2013)

Nos elementos inventariados na categoria de edifícios isolados encontram-se por ordem decrescente elementos da arquitetura doméstica (48 elementos), arquitetura religiosa (18 elementos), arquitetura pública civil (6 elementos) e arquitetura militar (2 elementos). Nos elementos da categoria construções utilitárias, deparamos por ordem decrescente com elementos agrárias, piscatórias e de produção artesanal (23 elementos), elementos isolados ou pontuais (8 elementos), estradas ou mirantes (2 elementos) e aquedutos e pontes (1 elemento). Nas restantes categorias existe apenas elementos de um grupo tipológico. Os elementos inventariados datam desde o séc. XV/XVII (4 elementos) ao séc. XXI (1 elemento). No geral, a maior parte dos elementos inventariados datam entre o século XIX ao XX (83 elementos), por ordem decrescente do século XIX (31 elementos), seguindo-se do século XX (28 elementos) e



século XIX/XX (24 elementos). A freguesia com maior número de elementos inventariados é a de Velas (42 elementos), seguindo-se a freguesia da Urzelina (27 elementos). Nos quadros seguintes, do 80 ao 84, segue-se a lista de elementos inventariados, por categorias.

Quadro 80. Unidades Paisagísticas Construídas

Freguesia	Imóvel	Localização	Data	Caraterização
Velas	Sebes Divisórias	Pico da Barroca e Tanques	Séc. XIX	Parcelas divididas por sebes de urzes e hortências, por vezes com muretes de pedra
Velas	Jardim da República	Jardim da República	Séc. XIX	Jardim de contorno trapezoidal delimitado por murete baixo e gradeamento de ferro, ao centro um coreto, com tanque e faixa relvada, e gaiola de pássaros

Fonte: Raimundo (2013)

Quadro 81. Conjuntos de edifícios e de outras construções

Freguesia	Imóvel	Localização	Data	Caraterização
Norte Grande; Manadas	Chafarizes	Ribeira da Areia; Terreiros	Séc. XIX	Conjunto de 2 chafarizes - Tanque retangular com alçado paralelepípedo, com cantaria à vista
Norte Grande	Palheiros	Caminho de cima	Séc. XX	Conjunto de 2 palheiros, perpendiculares à via de planta retangular e 2 pisos, em pedra à vista
Norte Grande; Manadas	chafarizes	E.R. 1-2 (Norte Grande); Canada do Jogo; E.R. 1-2 (Manadas)	Séc. XIX (1872) (1899) (1872)	Conjunto de 3 chafarizes. Tanque retangular com alçado paralelepípedo, com cantaria à vista
Manadas	Chafarizes	Fajã das Almas; Alto das Manadas; Caminho Velho; Caminho do Porto; Terreiros	Séc. XX	Conjunto de 5 chafarizes. Chafariz parietal inserido em murete semicircular/ linear. Alçado em nicho pouco profundo rematado por arco de volta perfeita, em cantaria com juntas a branco
Urzelina	Casas de habitação	Largo Duarte Sá	Séc. XIX/XX	Conjunto de 2 edificações contíguas, de 2 pisos, uma com sótão, que no alçado simula um frontão, com lojas no piso térreo e habitação nos pisos superiores
Urzelina	Moinhos dos Mistérios	Rua Costa D'África	Séc. XX	Conjunto de 2 moinhos de vento de "Capote" móvel, com embasamento circular
Santo Amaro	Chafarizes	Largo Nossa Senhora da Luz; Queimada	Séc. XIX (1883)	Conjunto de 2 Chafarizes. Tanque retangular com soco e rebordos salientes, com alçado paralelepípedo
Velas	Casas Rurais	Caminho Velho (Beira)	Séc. XVIII/XIX	Conjunto de 2 casas. Uma com planta em L, 2 pisos e palheiro de 2 pisos, em U. A outra de planta regular, 2 pisos e composta por 3 corpos com cobertura inclinada de 2 águas, com eira.
Velas	Palheiros com cisterna	Serroa	Séc. XIX	Conjunto de 2 palheiros. Palheiro, de 1 piso, de planta retangular perpendicular a via. A cisterna encosta na empena. Construção em alvenaria de pedra à vista

Fonte: Raimundo (2013)



Quadro 82. Edifícios isolados – Arquitetura doméstica

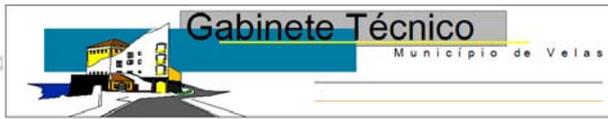
Freguesia	Imóvel	Localização	Data	Caraterização
Arquitetura Doméstica				
Norte Grande	Casa de habitação	E. R. 1-2 (Fajã do Ouvidor)	Séc. XIX	Moradia de planta em L, com loja (habitação sazonal)
Norte Grande	Casa de habitação	Caminho Velho (Fajã do Ouvidor)	Séc. XX (1940)	Moradia de 2 pisos e sótão com cozinha de 1 piso
Norte Grande	Casa de habitação	E.R. 1-2 (Norte Grande)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos, planta em L com angulo interno preenchido por corpo de 1 piso, a cozinha
Norte Grande	Casa de habitação	E.R. 1-2 (Norte Grande)	Séc. XIX	Moradia de 1 piso, de matriz de planta linear ampliada, em plataforma elevada
Manadas	Casa de habitação	Fajã das Almas	Séc. XIX	Moradia de planta em L, no piso 1 habitação e no piso 0 lojas, com balcão com acesso a cozinha
Manadas	Casa de habitação	Canada do Jogo, nº 8	Séc. XIX/XX	Moradia de 2 pisos de planta em L e anexo (“casa do carro”) de planta retangular, em alvenaria de pedra à vista
Manadas	Casa Rural	Alto das Manadas	Séc. XIX/XX	Moradia de planta em L, 2 pisos no braço maior, com quartos em cima e lojas em baixo, e 1 piso no braço menos, a cozinha, ao nível dos quartos. Construção em alvenaria de pedra à vista
Manadas	Casa Rural	Caminho de Baixo, n.º 28	Séc. XIX/XX	Moradia de planta em L, 2 pisos e sótão, com lojas em baixo, cozinha no braço menor ao nível dos quartos, com 1 piso, com balcão
Manadas	Solar da Viscondessa	E.R. 1-2, n.º 61 (Santa Rita)	Séc. XVIII/XIX (1810)	Moradia de 2 pisos, planta retangular com cozinha perpendicular, formando T. Dispõe de casa de caseiro, adega, cavalariças e outras dependências.
Manadas	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Terreiros)	Séc. XIX (1858)	Moradia de planta retangular, 2 pisos
Manadas	Casa de Habitação	E.R. 1-2, n.º 104 (Terreiros)	Séc. XIX (1897)	Moradia de planta retangular, com cozinha perpendicular, com 1 piso, meia loja e sótão.
Urzelina	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Urzelina)	Séc. XIX	Moradia de 2 piso, junto à via, com acesso por portão em muro
Urzelina	Casa Rural	E.R. 1-2 (Urzelina)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos, planta retangular, com cozinha perpendicular, com acesso por portão em muro
Urzelina	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Urzelina)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos, planta em L, no braço menor a cozinha, junto à via.
Urzelina	Casa de Habitação	Presas da Calçada	Séc. XX	Moradia tipo chalé, junto à via, planta retangular, com 1 piso e sótão
Urzelina	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Lugar de São Mateus)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos, com cozinha perpendicular de 1 piso ao nível do piso superior.
Urzelina	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Lugar de São Mateus)	Séc. XIX	Moradia de 2 pisos de planta complexa, junto à via.
Urzelina	Casa de Habitação	E.R. 1-2 (Lugar de São Mateus)	Séc. XVIII/XIX	Moradia composta por dois corpos, um com 2 pisos e planta retangular e o outro perpendicular, de 1 piso, destinado a cozinha, ao nível intermedio.
Santo Amaro	Casa Rural	Rua do Desterro, n.º 15	Séc. XIX (1873)	Moradia com planta em U, 2 pisos, junto à via.



Santo Amaro	Casa e ermida do desterro	Rua do Desterro, n.º 13 (Fajã de Santo Amaro)	Séc. XVIII	Moradia de 2 pisos, com planta em L. A ermida fica recuada e em viés à casa, com adro murado
Santo Amaro	Casa de habitação	E.R. 1-2, n.º 90 (Fajã de Santo Amaro)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de planta em U, de 2 piso, com cozinha de 1 piso ao nível do piso superior, junto à via com acesso lateral por muro com portão
Santo Amaro	Casa de habitação	E.R. 1-2, n.º 115 (Fajã de Santo Amaro)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de planta retangular, 2 pisos, em acesso lateral por muro com portão.
Santo Amaro	Barraca	Rua Padre Augusto Teixeira, n.º 21 (Garregadouro)	Séc. XX	Abrigo de emergência, semicilíndrico com embasamento nivelado, com estrutura metálica e revestido a chapa metálica ondulada, adaptado a moradia. (existem outros exemplares nas freguesias de Rosais, Velas e Santo Amaro).
Velas	Casa de habitação	E.R. 1-2 (Beira)	Séc. XIX	Moradia de 2 pisos, planta em L, ligeiramente afastada da via para criara acesso ao piso superior (habitação)
Velas	Casa Rural	Presas da Machada (beira)	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos, planta em L, com pátio de acesso retangular com a via, com habitação ao nível superior
Velas	Edifício de habitação	Jardim da República, n.ºs 5,7 e 9	Séc. XIX	Edifício de habitação e comércio, com 3 pisos, com linguagem arquitetónica da fachada modernista
Velas	Casa de habitação	Jardim da República, n.º 14	Séc. XX (1934)	Edifício de 2 pisos e sótão. Fachada principal simétrica, marcada por pilastras e cimbalha, dividida em 3 secções verticais
Velas	Edifício de habitação	Jardim da República, n.ºs 18,20 e 22	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos e sótão, com varanda continua no alçado principal no piso superior.
Velas	Casa de habitação	Rua Guilherme da Silveira, n.ºs 2,4,8	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 3 pisos (o último ampliação), caracterizada pelas varandas continuas nos pisos superiores
Velas	Casa de habitação	Rua Cunha da Silveira, n.º 37; Rua de São João, n.ºs 1,5,7	Séc. XIX	Moradia de 2 pisos e sótão
Velas	Solar dos Cunha da Silveira	Rua Cunha da Silveira, n.ºs 2 a 8; Rua Guilherme da Silveira, n.ºs 14 a 44	Séc. XVIII/XIX	Solar de composição regular, com habitação de 2 pisos, adega, cavalariças e logradouro
Velas	Casa de Habitação	Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.ºs 6,8 e 10	Séc. XX	Moradia de 2 pisos e sótão com fachada em forma de empena original, simétrica
Velas	Casa de habitação	Rua de Santo André, n.º 8,10,12,14	Séc. XIX/XX	Moradia de 2 pisos e sótão, com mansarda recuada da fachada principal
Velas	Casa de Habitação	Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.ºs 46,48,50	Séc. XX	Moradia de 2 pisos e sótão, fachada simétrica, com platibanda e mansarda
Velas	Casa de habitação	Rua de São João, n.ºs 53,55, 57	Séc. XIX/XX	Moradia de 2 pisos e torre, com fachada simétrica



Velas	Casa de habitação	Largo de Santo Antão, n.ºs 3,5,7,9	Séc. XX	Moradia de 2 pisos e sótão, planta em L, com fachada simétrica, com cornija, platibanda e mansarda, revestida a azulejo, com muro lateral com portão.
Velas	Edifício de habitação	Largo de Santo Antão	Séc. XX	Edifício de habitação coletiva com 4 pisos e sótão, com linguagem arquitetónica moderna.
Velas	Casa de habitação	Largo de Santo Antão, n.ºs 13,15,17,19	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos. Fachadas simétricas com varandas individuais nos vãos superiores
Velas	Casa de habitação	Rua Dr. João Teixeira, n.º 33	Séc. XVIII/XIX	Moradia de 2 pisos
Velas	Casa de habitação	Avenida da Gruta, n.º 19	Séc. XX	Moradia isolada, de 1 piso, de planta em L
Velas	Casa de habitação	Rua Dr. João Teixeira, n.ºs 37,39	Séc. XVIII	Moradia de 2 pisos, com fachada principal com soco saliente, pilastras e cornija
Velas	Casa de habitação	Rua Dr. João Teixeira, n.ºs 41,43	Séc. XX	Moradia de 2 pisos e sótão, de Arquitetura eclética com acesso lateral
Velas	Casa de habitação	Largo de Santo Antão	Séc. XIX/XX	Moradia de 2 pisos e sótão, com fachada em forma de empena
Velas	Casa de habitação	Rua da Gruta	Séc. XX	Moradia de 2 pisos e sótão, de planta em L, de arquitetura eclética de pendro neoclássico
Velas	Casa de habitação	Avenida 19 de Outubro	Séc. XX (1936)	Moradia de 2 pisos e sótão, com acesso lateral para balcão coberto, ao nível do piso superior, de arquitetura eclética de pendro neoclássico.
Velas	Quinta de São Pedro	Canada de São Pedro	Séc. XXI	Edifício contemporâneo, isolado, de corpo linear, destinado ao alojamento com 4 habitações
Rosais	Casa rural	Figueiras, n.º 23	Séc. XIX/XX	Moradia de planta em L, de 2 pisos, com cozinha no braço menor, com um piso, ao nível superior, em alvenaria de pedra à vista. Com eira circular, parcialmente delimitada por muro de pedra à vista
Rosais	Casa de habitação	Caminho de Baixo, n.º 55	Séc. XX	Moradia isolada, de 2 pisos, de planta em L, aproveitando o declive do terreno
Arquitetura Pública Civil				
Urzelina	Escola Primária	E. R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XX	Escola sucedânea do “Plano dos Centenários”, composta por 3 salas de aulas, uma parte com 2 pisos e outra de 1 piso. Edifício isolado
Urzelina	Cemitério velho	E. R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XIX	Espaço de planta retangular, numa plataforma elevada, delimitado por muros de pedra à vista. Composto por campas rasa e um jazigo inspirado na ermida da Boa Hora (Santo Amaro)
Velas	Posto da G N R	Rua Conselheiro Dr. José Pereira	Séc. XX	Edifício de 2 pisos, serviços no piso térreo e habitações no superior, linguagem arquitetónica do período do Estado Novo
Velas	Tribunal Judicial	Rua de Santo André	Séc. XX	Edifício de 2 pisos e cave, planta em U, linguagem arquitetónica do período do Estado Novo
Velas	Cemitério da Conceição	Avenida da Conceição	Séc. XIX	Espaço de planta quadrada, com muro alto, rematado em cada canto por pináculo, com portão em pedra à vista com frontão semicircular com uma cruz no topo. No interior destacam-se alguns jazigos



Rosais	Farol dos Rosais	Ponta dos Rosais	Séc. XX (1958)	Edifício de planta em U, com torre da lanterna ao centro do U, de linguagem modernista, com horta e instalações para galinheiros e curais de porcos
Arquitetura Religiosa				
Norte Grande	Ermida de São Miguel Arcanjo	E. R. 1-2 (Ribeira da Areia)	Séc. XIX	Ermida, com adro elevado em forma em L, constituída por nave, capela-mor, torre sineira e sacristia
Norte Grande	Igreja de N. Sr.ª das Neves	E.R. 1-2 (Norte Grande)	Séc. XVIII (1762)	Igreja, com adro, constituída por nave, capela-mor, duas capelas laterais (simétricas, formam um falso transepto), torre sineira e sacristia
Norte Grande	Ermida de N. Sr.ª Auxiliadora de Santo António	Santo António	Séc. XX (1936)	Ermida/mausoléu, com adro elevado retangular, de planta regular, constituída por nave única, sacristia e torre sineira. Fachada principal marcada por moldura em forma de cruz
Manadas	Ermida de Santo Cristo	Fajã das Almas	Séc. XIX (1876)	Ermida, com adro retangular elevado, constituída por nave única, sacristia e campanário
Urzelina	Ermida do Sr. Jesus da Boa Morte	E.R. 1-2 (Casteletes)	Séc. XVIII	Ermida de nave única e pequeno campanário
Urzelina	Igreja de São Mateus	E.R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XIX	Igreja, com adro elevado e murado, composta por nave única, capela-mor, 2 torres sineiras, sacristia e outras dependências.
Urzelina	Império do Espírito Santo	E.R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XIX/XX	Edifício obliquo à via com fachada rematada por pseudofrontão, com um vão de acesso
Urzelina	Ermida de São José	Presas das Cruzes	Séc. XVIII	Capela entre uma ruína e moradia, com adro retangular, com fachada principal na empena
Urzelina	Ermida Jesus Maria José	Caminho de Baixo	Séc. XVIII	Edifício de planta retangular, com fachada principal na empena
Santo Amaro	Ermida de São José	E.R. 1-2 (Toledo)	Séc. XIX (1889)	Ermida, com adro elevado e murado, com nave única, torre sineira e sacristia
Santo Amaro	Ermida de São Vicente	E.R. 1-2 (Boa Hora)	Séc. XVIII	Ermida, com adro elevado e murado, de planta em L com nave única e sacristia
Santo Amaro	Ermida de N. Sr.ª da Boa Hora	E.R. 1-2 (Boa Hora)	Séc. XIX (1883)	Ermida, com adro elevado, murado e com 3 arvores, com nave única, torre sineira, sacristia e dependências
Santo Amaro	Ermida de N. Sr.ª da Luz	Largo da Senhora da Luz	Séc. XVIII	Ermida com nave única, capela-mor, sacristia e campanário
Santo Amaro	Ermida do Cristo Rei	Rua do Cristo Rei	Séc. XX (1935)	Ermida de nave única e com sacristia lateral, com linguagem decorativa de cariz neoclássico
Velas	Igreja Matriz de São Jorge	Praça Velha	Séc. XV/XVII	Igreja de 3 naves, com 3 capelas na cabeceira, torre sineira, sacristia, capela lateral e museu de arte sacra.
Velas	Ermida de São João	Rua de São João	Séc. XVIII	Ermida de nave única, sacristia e campanário, com adro em L com guarda recortada
Velas	Igreja de N. Sr.ª da Conceição	Rua do Corpo Santo	Séc. XVIII	Igreja do antigo convento de São Francisco, composta por nave única, capela-mor, torre sineira, capela da penitencia e capela recente, com nártex.
Velas	Ermida da Sr.ª do Livramento	Rua do Livramento	Séc. XVIII	Edifício com nave única, capela-mor e sacristia, com adro retangular elevado com muros altos

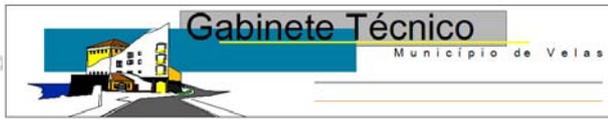


Arquitetura Militar				
Manadas	Forte de Santa Barbara	Largo da Igreja	Séc. XV/XVII	Pequena fortificação abaluartada, de planta trapezoidal, com 3 cortinas e 3 canhoneira. Anexo pequeno paiol sem cobertura
Urzelina	Castelinho	Cais da Urzelina	Séc. XVII/XVIII	Pequena fortificação abaluartada, com 3 cortinas e 4 canhoneiras, alvenaria de pedra com juntas argamassadas e pintadas. Casa da guarda pequena, planta retangular e 1 piso, de alvenaria de pedra à vista.

Fonte: Raimundo (2013)

Quadro 83. Construções utilitárias – agrárias, piscatórias e de produção artesanal

Freguesia	Imóvel	Localização	Data	Caraterização
Agrárias, piscatórias e de produção artesanal				
Norte Grande	Atafona	E.R. 1-2 (Norte Grande)	Séc. XVIII/XIX (1743)	Edifício paralelo à via, 2 pisos e planta retangular, com pedra à vista.
Norte Grande	Atafona	Caminho Velho	Séc. XIX/XX	Edifício perpendicular à via, 2 pisos e planta retangular, com pedra à vista
Manadas	Eira	Fajã das Almas	Séc. XIX/XX	Eira com planta em círculo, com murete elevado em alvenaria de pedra à vista
Manadas	Casa do barco	Fajã das Almas	Séc. XX	Edifício de 1 piso, de planta aprox. retangular, com portão na empena.
Manadas	Eira	Canada do jogo	Séc. XIX/XX	Eira circular, cimentado, em base cilíndrica de pedra
Manadas	Moinho de vento	Caminho do Moinho (Ponta da Cabeceira)	Séc. XX	Moinho de vento com “capota” móvel, com hélice de 4 pás, em embasamento circular com remate superior
Urzelina	Forno de cal	Canada da Mata	Séc. XIX/XX	Ruína de forno de cal de pedra à vista
Urzelina	Agregado Rural	E.R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XIX	Composto por várias edificações de apoio à atividade agropecuária, com casa do caseiro e viteiro, palheiro, cisterna e eira
Urzelina	Atafona	Canada do Arieiro (Ribeira do Nabo)	Séc. XIX	Edifício perpendicular à via, de 2 pisos e planta retangular, em alvenaria de pedra à vista
Urzelina	Tanque	Canada Senhora da Encarnação (Ribeira do Nabo)	Séc. XIX/XX	Cisterna de planta retangular, com acesso por portinhola, com compartimento de enchimento e compartimento com pia de lavar a roupa, em pedra á vista (pertence a propriedade com habitação e atafona)
Urzelina	Moinho da Balista	Reta dos moinhos	Séc. XX	Moinho de vento com “capota” móvel, com hélice de 2 pás, em embasamento subcircular
Urzelina	Adega e Cisterna	Caminho de Baixo	Séc. XVIII/XIX	Construções no interior do terreno, construídas em alvenaria de pedra á vista. Cisterna de forma irregular, semienterrada, com portinhola. Adega de planta retangular, de 2 pisos.
Santo Amaro	Casa do Barco	Porto da Fajã de Santo Amaro	Séc. XIX/XX	Abrigo de barco com planta retangular, 1 piso, com acesso por portão na empena
Santo Amaro	Forno de Cal	Rua padre Augusto Teixeira, n.º 31	Séc. XIX/XX	Forno isolado, de corpo tronco-cónico, em embasamento de acesso rampeado, em alvenaria de pedra à vista



Velas	Armazém do sal	Rua Infante D. Henrique, n.ºs 25,27,29	Séc. XIX/XX	Edifício de planta retangular, de 3 pisos, com fachada em forma de empena
Velas	Eira	Serro	Séc. XIX/XX	Eira em plataforma circular parcialmente elevada, em alvenaria de pedra à vista com murete de contenção
Velas	Sistema de recolha de águas pluviais	Morro Grande	Séc. XIX/XX	Sistema de recolha de águas pluviais para alimentar bebedouro para gado
Rosais	Tanque	Covas do Barro	Séc. XIX/XX	Cisterna com abrigo de forma irregular, em alvenaria de pedra à vista., com tanque de planta retangular
Rosais	Atafona com eira	Caminho de Baixo	Séc. XIX	Atafona de 2 pisos, de planta retangular, junto à via. A eira encosta ao edifício e muro, com forma circular. Ambos em alvenaria de pedra à vista
Rosais	Moinho de Vento	Caminho de Cima	Séc. XX	Moinho de vento de cúpula rotativa, de corpo tronco-cónico, de hélice de 2 pás, com embasamento circular de alvenaria de pedra rebocada, com porta e 2 janelas
Rosais	Palheiro	Caminho de Cima	Séc. XIX/XX	Palheiro de 1 piso, de planta retangular, de alvenaria de pedra à vista
Rosais	Tanque	Ponta	Séc. XIX/XX	Cisterna de forma paralelepípedica, com pia de lavar roupa, em alvenaria de pedra à vista
Rosais	Furna	Pedra D'Água	Séc. XVIII/XIX	Abrigo em muro divisório de terrenos, em pedra seca de base subcircular coberto com cúpula grosseira
Aquedutos e Pontes				
Norte Grande	Ponte sobre a Ribeira da Areia	E. R. 1-2	Séc. XIX/XX	Tabuleiro suportado por dois tuneis enviesados com abóbodas de berço rebaixadas
Estradas ou Mirantes				
Manadas	Caminho da Igreja	Caminho da Igreja	Séc. XVIII/XIX	Percurso irregular pavimentado com pedra irregular ladeado por muros
Urzelina	Mirante	Canada do Açougue	Séc. XIX/XX	Mirante pequeno com murete, em alvenaria de pedra à vista com cunhais, degraus e remate do murete em pedra aparelhada, com caminho elevado, em alvenaria de pedra à vista, que divide o terreno
Elementos isolados ou pontuais				
Manadas	Chafariz	E.R. 1-2 (Santa Rita)	Séc. XIX	Chafariz parietal em recesso semicircular
Urzelina	Poço de maré	Cais da Urzelina	Séc. XVII/XVIII	Poço de maré com boca quadrada formada por lajetas de pedra aparelhada, encostado a muro de contenção
Urzelina	Chafariz	E.R. 1-2 (lugar de São Mateus)	Séc. XIX (1870)	Chafariz parietal, com tanque retangular e alçado paralelepípedico inserido em muro
Santo Amaro	Chafariz	E.R. 1-2 (Toledo)	Séc. XIX (1892)	Chafariz parietal, com bebedouro e pias de lavar a roupa.
Velas	Portão do Mar	Cais de Velas	Séc. XVIII (1799)	Porta de entrada na vila a partir do mar, de forma paralelepípedica, com frontão, vão em arco e 3 degraus



Velas	Fonte	Avenida 19 de Outubro	Séc. XX	Fonte com tanque circular com pilar cilíndrico que diminui com a sucessão de 3 taças e rematado por flor
Velas	Chafariz	Avenida 19 de Outubro	Séc. XIX (1878)	Chafariz parietal, com tanque retangular, assente em embasamento nivelado, e alçado paralelepípedo
Rosais	Vigia da Baleia	Ponta dos Rosais	Séc. XX	Vigia de corpo prismático de um piso, com porta e fresta horizontal ao nível dos olhos do observador, em betão armado

Fonte: Raimundo (2013)

Quadro 84. Vestígios arqueológicos

Freguesia	Imóvel	Localização	Data	Caraterização
Urzelina	Torre velha	Presa da Calçada	Séc. XVIII	Torre sineira, único vestígio da antiga igreja de São Mateus (erupção vulcânica 1808)
Velas	Forte da Conceição; Forte de Santa Cruz	Avenida da Conceição; Rua Almirante cândido dos Reis	Séc. XVII/XVIII	Fortificações costeiras, de antigo sistema defensivo. Forte da Conceição de baluarte de contorno irregular com canhoneiras entaipadas. Forte de Santa Cruz de baluarte pentagonal com canhoneiras entaipadas
Velas	Ruínas do convento da Sr.ª do Rosário	Rua Guilherme da Silveira	Séc. XVII/XVIII	Permanece duas fiadas perpendiculares das arcadas do claustro, entaipadas servindo de muros

Fonte: Raimundo (2013)

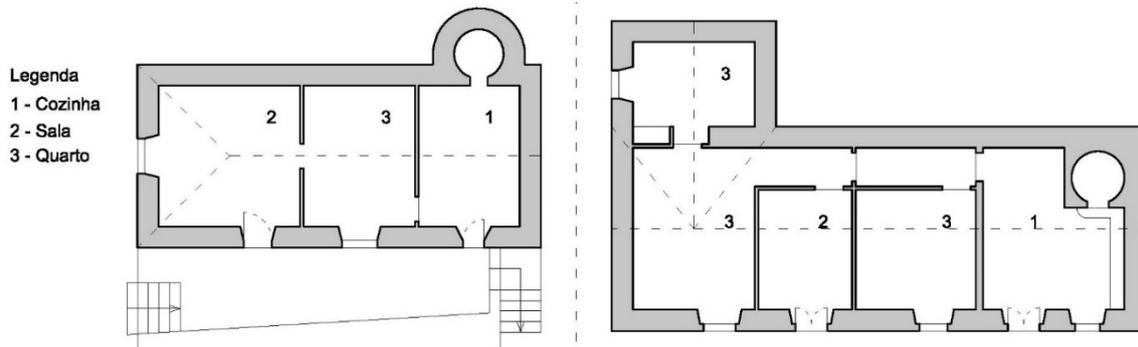
7.4 Casas Típicas

Na ilha de São Jorge ainda perduram exemplos de moradias integradas na designação de “arquitetura popular portuguesa”, onde o predomínio, segundo Tostões et al. (2000), é da moradia com cozinha (enquadra os espaços de estar e serviço) dissociada e articulada na perpendicular, em T ou em L, com o corpo dos quartos (os espaços privados). Onde em situações de declive do terreno, normalmente, permite a criação de espaços ao nível do piso terreno destinado ao arrumo de equipamentos agrícolas, produtos agrícolas e animais, designada de “loja”.

No concelho de Velas, segundo estes autores, existem diferentes tipificações de moradias de “arquitetura popular portuguesa” as quais são explanadas de seguida.

Nas localidades dos Rosais, Beira e Santo Amaro predomina a **moradia tipo linear**, implantada perpendicularmente à via, na orientação das cotas de nível, proporcionando a “meia-loja”. A moradia tem planta retangular alongada, com uma organização dos compartimentos em sucessão linear, com a cozinha numa situação de topo, proporcionando a separação dos espaços íntimos dos comuns. Quando o declive do terreno permite a “meia-loja” ou “loja”, possibilita-se a criação de espaços de arrumos, mas quando não é possível estes espaços de arrumos surgem em anexos alinhados, contribuindo para uma implantação do edificado ainda mais profunda. Esta tipologia apresenta uma variante, a sua evolução para uma planta em L com o surgir de mais um quarto (Tostões et al., 2000).

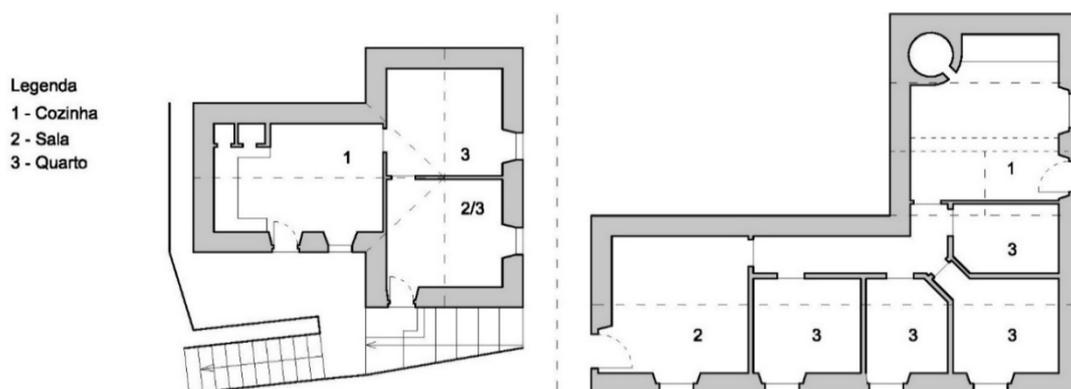
Figura 44. Plantas de moradia tipo linear (Dir. planta tipo; Esq. planta de evolução para o L)



Fonte: Tostões et al. (2000)

A moradia tipo com a cozinha perpendicular aos quartos é transversal em todo o território, com evidencia nas fajãs. A cozinha surge apoiada diretamente no terreno, formando com o volume dos quartos um T ou L. O volume dos quartos organiza-se em dois pisos, com os quartos no piso superior e no piso inferior surge a adega ou arrumos, com acesso independente e sem comunicação interior. Este modelo por vezes assume a forma de TT, quando o ângulo do L é preenchido com mais um quarto. Neste tipo de habitação o balcão, ao nível do piso da cozinha leva à extensão do habitar para o exterior. Estas construções surgem geralmente perpendiculares à via e podem surgir outras construções anexas de apoio no alinhamento da moradia, em alvenaria de pedra à vista, contribuindo para uma implantação mais profunda. Em situações de topografia mais suave, surgem muros bem definidos que rodeiam a moradia, o balcão à cota do piso superior e a moradia fica afastada da via. As edificações geralmente apresentam cobertura de dois ou três panos, com uma estrutura de madeira revestida por telha cerâmica tradicional, os panos de alvenaria de pedra são caiados e os vão, em madeira, apresentam molduras à sua volta pintada com pigmento colorido. A evolução deste modelo leva a edificações de maior dimensão e complexidade, comuns nas zonas da Queimada e Fajã de Santo Amaro e com outras linguagens arquitetónicas, como do “Chalet”, com o acentuar da pendente dos panos de desaguio do telhado, contribui para o aproveitamento do sótão (Tostões e al., 2000).

Figura 45. Plantas de moradia tipo com a cozinha perpendicular aos quartos (Dir. forma de T; Esq. Forma de L)



Fonte: Tostões et al. (2000)

Em qualquer dos dois tipos de moradia a cozinha é um elemento central da edificação, em muitas situações o compartimento de maior dimensão. Esta pode integrar no seu interior o forno, sem chaminé, cuja libertação de fumos e vapores é feita pelos espaços entre as telhas na cozinha, e a cobertura está mais elevada do que os restantes espaços da moradia. Também há casos do forno exterior e saliente à cozinha, por vezes com chaminé, mais comuns na evolução da moradia tipo linear. No modelo enquadrado na linguagem de tipo “Chalet”, existem moradias com o forno exterior, de forma cúbica, e com chaminé cónica (Tostões et al., 2000).

Figura 46. Moradia tipo linear (Rosais) e Moradia “Chalet” (Urzelina)



Na Vila de Velas predomina as edificações com torre com diferentes formas, desde a trapeira à mansarda clássica ou frontão que esconde o sótão. Edificações geralmente em banda, com dois pisos e o aproveitamento do sótão. A linguagem das edificações varia consoante o período da sua edificação, umas com motivos mais elaborados e outras mais simples, com molduras e/ou faixas, com diferentes cores, gradeamentos nas varandas, balaustradas de remate e / ou vidros coloridos nas janelas (Tostões et al., 2000).

7.5 Gastronomia

O concelho de Velas a nível gastronómico apresenta com destaque:

- Pratos de peixe e carne, evidenciando-se a morcela, linguiça e torresmos acompanhados por batata doce e inhames;
- Queijo de São Jorge DOP, queijo com leite de vaca crú, de pasta semi-mole ou dura, com ligeiro travo a picante, com cura de 3 meses, 4 meses e 7 meses;
- Aguardente de canela;
- Doçaria tradicional como espécies (têm por base as especiarias como a erva doce ou a canela), esquecidos, suspiros, rosquilhas brancas, rosquilhas de aguardente, bolos de coalhada e véspera (figura 47);
- Sopas do Espírito Santo e Arroz Doce, nas festas do Divino Espírito Santo.

Figura 47. Doçaria tradicional espécies e esquecidos



Por freguesia evidenciam-se as seguintes especialidades gastronómicas, como podemos observar no quadro 85.

Quadro 85. Gastronomia por freguesia

Freguesia	Gastronomia
Rosais	Bolo de Véspera; Espécies; Doce Branco
Santo Amaro	Ameijoas; Caldeirada à açorda Enchidos de porco; molhas de fígado e de carne Espécies, rosquilhas brancas ou doce branco, esquecidos (à base de gema de ovo), suspiro, vésperas (oferecidos nos domingos do Espírito Santo e da Santíssima trindade)
Manadas	Caldo de peixe Carne assada do império; molha de carne Filhoses (no Entrudo); folares (na Páscoa); bolos de véspera (no Espírito Santo); as papas de arroz, espécies, esquecidos e rosquilhas Queijo da Cooperativa das Manadas; angelica de jaqué; aguardente de nêspira
Norte Grande	Sopas de espírito santo; alcatra, Bolo de véspera; doce branco; bolo de coalhada; espécies; rosquilhas de aguardente; esquecidos Aguardente de canela

Fonte: Melo (2007)

7.6 Artesanato

Uma das manifestações artesanais de destaque na ilha de São Jorge é a arte do tear, com a particularidade das colchas em ponto alto, feitas de lã, que surgiu a partir do século XVI, que privilegiam os motivos geométricos e a cores naturais ou garridas do folclore açoriano, com vários artesões no concelho de Velas. Outras manifestações artesanais são as rendas e as mantas de retalhos formadas por quadrados e retângulos.

Na freguesia dos Rosais destaca-se as toalhas de renda, os bordados, miniaturas em madeira e a tecelagem. Na freguesia da Urzelina a elaboração centra-se na tecelagem, bordados e rendas.

Um dos espaços relevante na Urzelina é a Cooperativa de Artesanato Senhora da Encarnação CRL, sito na Ribeira do Nabo, com especialidade em bordado a branco/cru e tecelagem. Desde 1991, procura manter viva a arte manual, como a tecelagem de repassos, os bordados à mão e à máquina “manual”, as rendas, como a “Renda Chilena” e a “Renda de Agulhas”, e a confeção de malhas em lã de ovelha. Nas suas instalações é possível visualizar os teares em madeira, que fazem parte da memória de uma das mais antigas indústrias tradicionais do arquipélago.

Figura 48. Bordados e teares



7.7 Festividades

As Festividades no concelho são marcadas, pela:

- Festa dedicada ao seu padroeiro, São Jorge (23 de abril), entre 23 e 25 de abril, com procissão, espetáculos musicais e exposições;
- Semana cultural de Velas que decorre durante o mês de julho, com palestras, conferencias, feira do livro, eventos náuticos, espetáculos musicais, feira gastronómica e corrida de touro, na praça de touros da ilha (inaugurada em 2000);
- Romarias nas fajãs, marca da devoção religiosa, e dos arraiais populares com modinhas acompanhadas pela viola da terra;
- Festas do Espírito Santo celebradas por toda a ilha trazidas pelos primeiros colonos para proteção contra os desastres naturais.
- Touradas à corda com início na primavera até ao fim do verão

No entanto cada freguesia dispõe das festividades específicas e com costumes próprios. No quadro 86 apresentamos as festividades por freguesia.



Quadro 86. Festividades por freguesia

Freguesia	Festividade
Rosais	Festa de celebração do dia de Santo Antão (17 de janeiro)
	Festas ao Divino Espírito Santo, entre maio e junho
	Festa da N.ª Sr.ª do Rosário, 11 a 15 de agosto
	Celebração da Nossa Senhora de Fátima a 13 de maio
	Festa de São João Baptista, fim de junho ou início de julho (Par. florestal das 7 fontes)
	Festas de N.ª Sr.ª de Fátima, 4 a 6 de agosto (Fajã de João Dias)
	Festival de Sopas
	Baile Regional
Santo Amaro	Festas ao Divino Espírito Santo (início no domingo de páscoa até ao domingo da Santíssima Trindade)
	Festas de São João, 23 a 25 junho
	Festas de São José, 23 de julho (Toledo)
	Festas de N.ª Sr.ª da Boa-Hora, 9 a 10 setembro (Boa-Hora)
	Festas de N.ª Sr.ª da Luz, 16 de outubro (Queimada)
Velas	Cantar aos Reis, 6 de janeiro
	Carnaval (desfile, atividades e bailinhos), janeiro/ fevereiro
	Festas de São Jorge (23 a 25 de abril)
	6.ª feira Santa – Via Sacra
	Arraiais associados ao Espírito Santo (3 e 4 junho; 24 e 25 junho)
	Arraiais da Trindade (10 e 11 junho; 17e 18 junho)
	Corpo de Deus, 15 de junho (distribuição de sopas)
	Festas de São João, 23 de junho
	Festas de São Pedro, fim de junho ou início de julho
	Festas de Sant’Ana, 29 a 31 de julho (Beira)
Dia das Montras, 8 dezembro	
Urzelina	Festas ao Divino Espírito Santo
	Festas do Bom Jesus, 23 de julho (São Mateus)
	Festa do Emigrante, de 5 a 7 de agosto
	Festas de N.ª Sr.ª da Encarnação, 27 de agosto (Ribeira do Nabo)
	Festas de São Mateus, 24 setembro
Carnaval na Sociedade União Urzelinense	
Manadas	Festas ao Divino Espírito Santo
	Festa da Senhora dos Pescadores, na Fajã das Almas
	Os “Reises” cantados pelas portas a 6 de janeiro
	Festas de N.ª Sr.ª de Fátima, 15 e 16 de julho (Fajã das Almas)
Festa do Emigrante na Sociedade dos Terreiros, com diversos eventos	
Norte Grande	Festas ao Divino Espírito Santo, decorrendo nas 3 paróquias, maio
	Festa dos Mancebos (período 2 semanas): semana dos bobos (semana do Espírito Santo), os mancebos velhos servem as sopas; semana da Santíssima Trindade, os mancebos novos servem, com almoço na Fajã do Ouvidor, na 5ª feira.
	Festa os Bons Amigos (noite de 2ª feira antes da festa de N. Sr.ª das Dores (15 de setembro) na Fajã do Ouvidor visita às adegas cantando músicas tradicionais e provando o vinho novo do mês
	Festa de N.ª Sr.ª de Fátima, 13 de maio ou 13 de outubro (Ribeira d’Areia)
	Festas de Santo António, no mês de junho (Santo António)
	Festa de N.ª Sr.ª das Neves, 5 a 7 de agosto
	Festas de N.ª Sr.ª das Dores, 15 a 18 setembro (Fajã do Ouvidor)

Fonte: Agenda dos Açores (2018); CMV (2018); Melo (2007)



7.8 Lendas

A nível do património cultural imaterial no concelho, segundo a base de dados do Arquivo Português de Lendas (APL) do Centro de Estudos Ataíde Oliveira (CEAO), disponível online, existe um conjunto de lendas que aludem a vivência e acontecimentos nas várias freguesias, como indicadas no quadro 87.

Quadro 87. Lendas associadas ao concelho de Velas

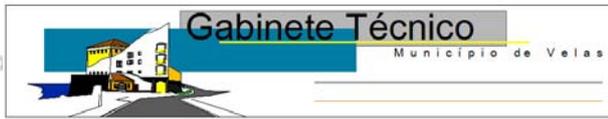
Freguesia	Lenda	Género	Categoria	Referência
Rosais	Zezinho no Matinho, égua no caminho	Sobrenatural	Metamorfose animal	APL 1370
	A furna dos encantados	Sobrenatural	Encantados	APL 1371
	Uma águia de ouro e uma alma penada	Sobrenatural	Fantasma	APL 1372
	Deus Prometeu dar Todos os dias um homem ao mar	Etiológicas	O mar	APL 1374
	Lenda das Rosas de Rosais	Etiológicas/ Sagradas	Topónimos/ Milagres	APL 3025
Velas	Frei Tomás e as Festas do Espírito Santo	Sagradas	Milagres	APL 1348
	A arca de trigo que o fogo poupou	Sagradas	Milagres	APL 1350
	Ermida de Nossa Senhora do Livramento	Sagradas	Fundação de Capelas	APL 1351
	O homem que queria ver os diabretes	Sobrenatural	O Diabo	APL 1352
	Um salto para trás, mas sem olhar	Sobrenatural	Metamorfose animal	APL 1373
Urzelina	Varas do Espírito Santo * Nota: atividade vulcânica 1808	Sagradas	Milagres/ Punições	APL 1349
	Urzelina Nota: atividade vulcânica	Etiológicas/ Sagradas	Topónimos/ Punições	APL 1353
	A torre da Igreja da Urzelina Nota: atividade vulcânica 1808	Sagradas	Milagres	APL 1354
	Vela Latina Nota: atividade vulcânica 1808	Etiológicas/ Sagradas	Topónimos/ Milagres	APL 1355
	Norte Grande	Lenda da Igreja de Santo António	Sagradas	Fundação de Capelas
A Ponta Furada		Etiológicas/ Sagradas	Topónimos/ Milagres	APL 1368

Nota: * Dúvida sobre a freguesia, pois os relatos estão relacionados com a Urzelina, mas há referência de Santo António

Fonte: APL do CEA (2018)

Estas lendas relatam a fé e crenças, o cotidiano da vida rural, acontecimentos geológicos e feitos relevantes como o erguer de edifícios religiosos. Algumas estão associadas à toponímia dos lugares, envolvidas por fabulas ou acontecimentos históricos como a Lenda da Urzelina e a lenda das Rosas de Rosais. Segue-se uma breve descrição destes exemplos.

A Lenda da Urzelina conta a história do príncipe Romualdo e da sua corte que vivia num castelo no cimo da grande cordilheira montanhosa da ilha. Um dia decidiu fazer uma grande caçada e a sua amada Lina partiu a grande velocidade a cavalo e nunca mais voltou. O seu corpo foi encontrado passado alguns dias por baixo do cavalo morto numa ravina pelo príncipe. Este cortou uma trança do cabelo da princesa e enrolou num ramo de urze que apanhou e depois voltou ao seu castelo desalentado. Passado algum tempo o príncipe morreu de desgosto. Com o tempo os cortesãos do castelo começaram a chamar a planta de “Urze de Lina”. Com o passar

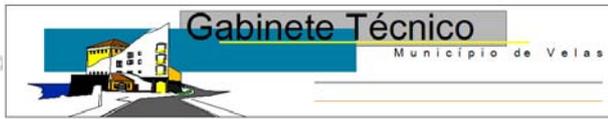


dos anos esqueceu-se o acontecido e apenas permaneceu a sepultura da Lina coberta por “Urze de Lina”. Deus fez rebentar um vulcão próximo do castelo soterrando a construção e destruído tudo até ao mar. Permaneceu apenas o nome “Urze de Lina” que originou Urzelina.

A Lenda das Rosas de Rosais conta a história de Lúcia e João que estavam apaixonados e prometidos desde crianças entre as famílias. No dia antes do casamento João foi chamado para a guerra. Para acalmar a sua amada, ele disse-lhe que pedisse a Nossa Senhora que enviasse um sinal caso algo lhe acontecesse, enquanto ele estivesse vivo nada crescia entre as suas casas, mas se algo acontecesse brotaria rosas vermelhas. Durante 3 anos nada brotou até que um frade que esteve com João na guerra deu notícias do seu estado débil e foi confortar a Lúcia pela sua morte. O frade olhou pela janela e no descampado brotaram rosas vermelhas. Lúcia fez novo pedido a Nossa Senhora que da sua morte brotassem rosas brancas no campo. No dia seguinte Lúcia faleceu e brotaram rosas brancas junto às rosas vermelhas.

Outras evidenciam as marcas da atividade vulcânica e sísmica nos locais, como a erupção vulcânica da Urzelina - Santo Amaro de 1 de maio de 1808, como é exemplo a Lenda a Torre da Igreja da Urzelina, segue-se uma breve descrição.

A Lenda a torre da igreja da Urzelina remete para o evento do início de maio de 1808, da ocorrência de sismos e erupção vulcânica próximo da Urzelina. Relata a destruição das edificações, das pessoas serem atingidas por fragmentos e desabamento, quando em fuga, e dos rios de lava. A violência foi tal na Urzelina que até a igreja foi atingida. O povo e o padre tentaram salvar as peças religiosas possíveis da igreja. Não tiveram tempo de chegar à torre da igreja, onde estavam as Varas do Espírito Santo e alguns santos, mas nada aconteceu à torre, pois a lava afastou-se desta e levou aos presentes a presenciar ao milagre e a sentirem-se protegidos por Deus.



8. Referências Bibliográficas

Albergaria, Isabel S. (2012). *Reservas Florestais de Recreio dos Açores: Diálogos da Natureza com o Humano*. Ed. 1. Direção Regional dos Recursos Florestais, Ponta Delgada.

Brandão, Pedro. (2008). *A Identidade dos Lugares e a sua Representação Coletiva: Bases de Orientação para a Conceção, Qualificação e Gestão do Espaço Público*. Série Política de Cidades -3. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa. Julho 2008. Disponível na internet em: http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/serie_politica_de_cidades-3.pdf

Cruz, J.V.; Pereira, R.; Moreira, A. (2007). *Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. Disponível na internet em: <http://ot.azores.gov.pt/ot/87/cosa2007>

Fernandes, José Manuel. (2013). “São Jorge, A ilha e as Velas: Um Tipo Irradiante de Malha Urbana”. In Raimundo, Paulo Vilela (coord.), *Velas, São Jorge: Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 1ª ed., Direção Regional da Cultura: Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

Melo, José Maria Ferreira de (coord.). (2007). *Velas: Município*. Publiçor- Publicações e Publicidade, Ponta Delgada.

França, Zilda; Cruz, José Virgílio; Nunes, João Carlos; Forjaz, Victor Hugo. (2005). *Geologia dos Açores. Perspetiva Atual*. Ponta Delgada.

Marques, Cristina Bettencourt. (2013). *Arquitetura Civil da Ilha de São Jorge – Séculos XVIII a XX*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento. Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

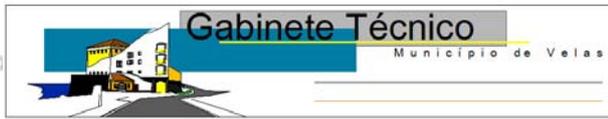
Marques, Rui Duarte. (2015). *Sociedade e Economia no Concelho das Velas nos séculos XVIII-XIX (São Jorge, Açores)*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Setembro 2015.

Município das Velas. (2017). *Orçamento e Grande Opções do Plano 2018*. Câmara Municipal de Velas, Velas. Disponível na internet em: <http://cmvelas.pt/wp-content/uploads/2018/01/9906a29c7ea44bcf37a7e4f3bddbd0e9.pdf>

Raimundo, Paulo Vilela (coord.). (2013). *Velas, São Jorge: Inventário do Património Imóvel dos Açores*. 1ª ed.. Direção Regional da Cultura: Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

Reis, Virgínia Neto. (2017). “Museu Municipal de Velas – Projeto Museográfico Casa-Museu Cunha da Silveira”. IN Revista de Cultura CulturAçores. Número 6. janeiro-junho 2017. Direção Regional da Cultura, Angra do Heroísmo.

Tostões, Ana; Silva, Filipe Jorge; Barcelos, Nuno. (2000). São Jorge. In Caldas, João Vieira (coord.) *Arquitetura popular dos Açores (pp. 314 – 363)*. Ordem dos Arquitetos, Lisboa.



Legislação

Declaração de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro. *Diário da República* n.º 173/2007 - Série I. Assembleia da República. P. 6352- 6352.

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A de 12 de agosto. *Diário da República* n.º 156/2010 - Série I. Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa. P. 3427-3510.

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A de 4 de fevereiro. *Diário da República* n.º 24/2015 - Série I. Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa. P. 663-691.

Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A de 11 de agosto. *Diário da República* n.º 154/2008 - Série I. Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa. P. 5414-5451.

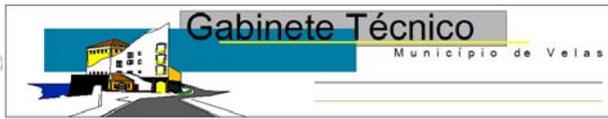
Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A de 26 de outubro. *Diário da República* n.º 206/2005 - Série I-B. Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo. P. 6205-6217.

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2005/A de 23 de março. *Diário da República* n.º 58/2005 - Série I-B. Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo. P. 2572- 2581.

Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2017 de 7 de agosto. *Jornal Oficial* n.º 78/2017 – Série I. Presidência do Governo.

Sítios Eletrónicos

- Agenda dos Açores: <http://www.agendadosacores.publicor.pt/events/>
- Arquivo Português de Lendas: <http://www.lendarium.org/>
- Centro Regional de Apoio ao Artesanato: <http://artesanato.azores.gov.pt/>
- Cooperativa de Artesanato: <http://senhoradaencarnacao.wixsite.com/senhoradaencarnacao/historia>
- Governo dos Açores – Alojamento Local: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/livres/aloj-local3.htm>
- Governo dos Açores – Direção Regional do Turismo: <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/default.aspx#&panel1-1>
- Instituto Nacional de Estatística – Dados Estatísticos: https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística – Mapas Censos 2011(BGRI): <http://mapas.ine.pt/map.phtml>
- Município de Velas – Agenda Cultural: http://cmvelas.pt/?page_id=1381
- Secretaria Regional de Estatísticas dos Açores: <http://estatistica.azores.gov.pt/>
- Trilhos dos Açores – São Jorge: <http://trails.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-azores/sao-jorge>
- Cultura açores: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>



Anexo I - Auscultação Prévia – Participação Pública

Durante o período de auscultação prévia da população, prevista nos termos do n.º 2, do artigo 92.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, foi recebida apenas uma participação de um particular, relativamente à alteração do uso do solo de um terreno sito na freguesia de Rosais, que se encontra abrangido pela Reserva Agrícola Regional.

Por conseguinte, apresenta-se de seguida a ficha tipo e a respetiva participação.



Município das Velas
Revisão do Plano Diretor Municipal das Velas
Participação Preventiva

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal das
Velas Rua de São João
9800-539 Velas

Nome				Código Postal	
Morada					
Telefone		Telemóvel			
Email					
N.º Registo Conservatória Registo Predial				Inscrito na Matriz Velas sob o artigo	
Processo Entrada na Câmara	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	N.º Processo	

Vem apresentar, no âmbito da participação no Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Velas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 92º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de Agosto a(s) seguinte(s)

Sugestão Informação Outros

Exposição:

Sou proprietário de um terreno no lugar das Figueiras, mais conhecido como Serroa, na freguesia dos Rosais. Este terreno foi adquirido em 2008 para a construção de uma habitação própria permanente. Após várias consultas ao gabinete técnico da Câmara para certificar-me da possibilidade de no terreno ser possível a edificação da habitação, foi-me confirmado que, uma vez que no local já havia água canalizada e luz elétrica, não existia nenhum impedimento legal que inviabilizasse a construção. Ainda assim, consultei o PDM em vigor, bem como as plantas de condicionantes e ordenamento, e constatei, que de facto não existiam impedimentos.

Depois da entrega na Câmara Municipal de todos os documentos (arquitetura e especialidades) para iniciar o processo de licenciamento de construção, para espanto meu, foi dado um parecer negativo por parte do IROA, uma vez que o terreno se encontrava na Reserva Agrícola Regional, apresentando assim, muitas condicionantes à construção que eu não conseguia cumprir.

Tendo em conta o sucedido, confrontei a Câmara Municipal sobre esta situação, sendo que me responderam que nada podiam fazer para resolver o problema. Neste sentido, consultei o PDM e as suas plantas de condicionantes e ordenamento, tendo percebido que na planta de condicionantes, as cores do mapa não correspondem às cores da legenda, facto que induz o leitor em erro. Para além disto, o local do terreno deixa muitas dúvidas acerca do seu posicionamento, estando no limite da RAR, sendo uma questão de poucos metros. Como sabemos, e é referido no vosso relatório, existe uma desatualização da base cartográfica (cartas militares) utilizada na elaboração das plantas de Condicionantes e Ordenamento, pouco rigorosa e com erros posicionais,



que pode levar a diferentes interpretações que resultaram, neste caso específico, em meu prejuízo pessoal.

Sendo assim, e de encontro ao vosso relatório que refere existir uma necessidade fulcral no processo de revisão de proceder à redefinição das áreas urbanizáveis, ajustando-as à respetiva vocação, é de meu interesse que na revisão prevista para o PDM aquela área seja revista e proposta uma área passível de construção habitacional - turística ou de habitação própria permanente, uma vez que já existem no local várias habitações restauradas e construídas de raiz.

Desta forma, excluindo o normal interesse pessoal para a alteração, gostava de apresentar a minha opinião acerca do potencial daquela área:

1. Proximidade a vias de acesso regionais e proximidade da vila das Velas.
2. Existência de estrada municipal asfaltada.
3. Existência de eletricidade e água canalizada.
4. Existência de um aglomerado habitacional.
5. Elevado poder paisagístico.
6. Área turística de excelência.
7. Elevar o número de novas construções na freguesia dos Rosais, que nos últimos 10 anos, como referido no relatório, teve um número quase residual, face à totalidade das restantes freguesias do Concelho.

Sendo assim, no meu entender, deverá ser criado um corredor urbanizável de pelo menos 50m para cada lado da estrada municipal. Esse corredor deverá ter início na estrada regional até ao final do lugar.

Deste modo, esta alteração adequar-se-á às novas realidades do concelho, às necessidades da população e ao fomento e desenvolvimento do concelho a todos os níveis.

Como é referido no vosso relatório "... é fulcral, no processo de revisão, proceder à redefinição destas áreas, (urbanizáveis) ajustando-as à respetiva vocação.", no meu entender esta é uma área importante de passível redefinição.

Penso ainda, para terminar, que esta minha sugestão encaixa harmoniosamente com 2 dos objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico 1

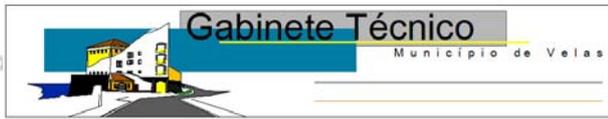
Diversificação da base Económica e Modernização dos Processos Produtivos.

- ☑ Promoção de Zonas Turísticas em áreas de elevada qualidade paisagística, apostando em formas de turismo alternativo, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural;

- Objetivo Estratégico 2

Reforço e equilíbrio da rede Urbana do Concelho e do seu papel na Ilha

- ☑ Promoção de novas Centralidades com o intuito de um desenvolvimento harmonioso do concelho;



Nota: junto em anexo alguns documentos de interesse.

Apresentada esta exposição solicitava a vossa atenção ao assunto.

Com os meus melhores cumprimentos

Planta de Localização	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	N.º de Folhas Anexas	9
-----------------------	-----	-------------------------------------	-----	----------------------	---

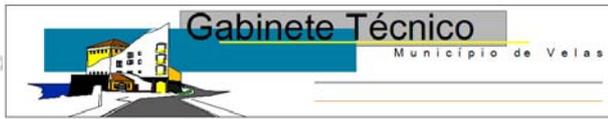
(se se tratar de pedido de alteração do uso do solo, anexar a planta de localização do terreno devidamente identificado)

Assinatura

Local: Velas

Data: 29-12-2014

Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



EXPOSIÇÃO

Sou proprietário de um terreno no lugar das Figueiras, mais conhecido como Serroa, na freguesia dos Rosais. Este terreno foi adquirido em 2008 para a construção de uma habitação própria permanente. Após várias consultas ao gabinete técnico da Câmara para certificar-me da possibilidade de no terreno ser possível a edificação da habitação, foi-me confirmado que, uma vez que no local já havia água canalizada e luz elétrica, não existia nenhum impedimento legal que inviabilizasse a construção. Ainda assim, consultei o PDM em vigor, bem como as plantas de condicionantes e ordenamento, e constatei, que de facto não existiam impedimentos.

Depois da entrega na Câmara Municipal de todos os documentos (arquitetura e especialidades) para iniciar o processo de licenciamento de construção, para espanto meu, foi dado um parecer negativo por parte do IROA, uma vez que o terreno se encontrava na Reserva Agrícola Regional, apresentando assim, muitas condicionantes à construção que eu não conseguia cumprir.

Tendo em conta o sucedido, confrontei a Câmara Municipal sobre esta situação, sendo que me responderam que nada podiam fazer para resolver o problema. Neste sentido, consultei o PDM e as suas plantas de condicionantes e ordenamento, tendo percebido que na planta de condicionantes, as cores do mapa não correspondem às cores da legenda, facto que induz o leitor em erro. Para além disto, o local do terreno deixa muitas dúvidas acerca do seu posicionamento, estando no limite da RAR, sendo uma questão de poucos metros. Como sabemos, e é referido no vosso relatório, existe uma desatualização da base cartográfica (cartas militares) utilizada na elaboração das plantas de Condicionantes e Ordenamento, pouco rigorosa e com erros posicionais, que pode levar a diferentes interpretações que resultaram, neste caso específico, em meu prejuízo pessoal.

Sendo assim, e de encontro ao vosso relatório que refere existir uma necessidade fulcral no processo de revisão de proceder à redefinição das áreas urbanizáveis, ajustando-as à respetiva vocação, é de meu interesse que na revisão prevista para o PDM aquela área seja revista e proposta uma área passível de construção habitacional - turística ou de habitação própria permanente, uma vez que já existem no local várias habitações restauradas e construídas de raiz.

Desta forma, excluindo o normal interesse pessoal para a alteração, gostava de apresentar a minha opinião acerca do potencial daquela área:

1. Proximidade a vias de acesso regionais e proximidade da vila das Velas.
2. Existência de estrada municipal asfaltada.
3. Existência de eletricidade e água canalizada.
4. Existência de um aglomerado habitacional.
5. Elevado poder paisagístico.
6. Área turística de excelência.
7. Elevar o número de novas construções na freguesia dos Rosais, que nos últimos 10 anos, como referido no relatório, teve um número quase residual, face à totalidade das restantes freguesias do Concelho.



Sendo assim, no meu entender, deverá ser criado um corredor urbanizável de pelo menos 50m para cada lado da estrada municipal. Esse corredor deverá ter início na estrada regional até ao final do lugar.

Deste modo, esta alteração adequar-se-á às novas realidades do concelho, às necessidades da população e ao fomento e desenvolvimento do concelho a todos os níveis.

Como é referido no vosso relatório "... é fulcral, no processo de revisão, proceder à redefinição destas áreas, (urbanizáveis) ajustando-as à respetiva vocação.", no meu entender esta é uma área importante de passível redefinição.

Penso ainda, para terminar, que esta minha sugestão encaixa harmoniosamente com 2 dos objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico 1

Diversificação da base Económica e Modernização dos Processos Produtivos.

☑ Promoção de Zonas Turísticas em áreas de elevada qualidade paisagística, apostando em formas de turismo alternativo, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural;

- Objetivo Estratégico 2

Reforço e equilíbrio da rede Urbana do Concelho e do seu papel na Ilha

☑ Promoção de novas Centralidades com o intuito de um desenvolvimento harmonioso do concelho;

Nota: junto em anexo alguns documentos de interesse.

Apresentada esta exposição solicitava a vossa atenção ao assunto.

Com os meus melhores cumprimentos

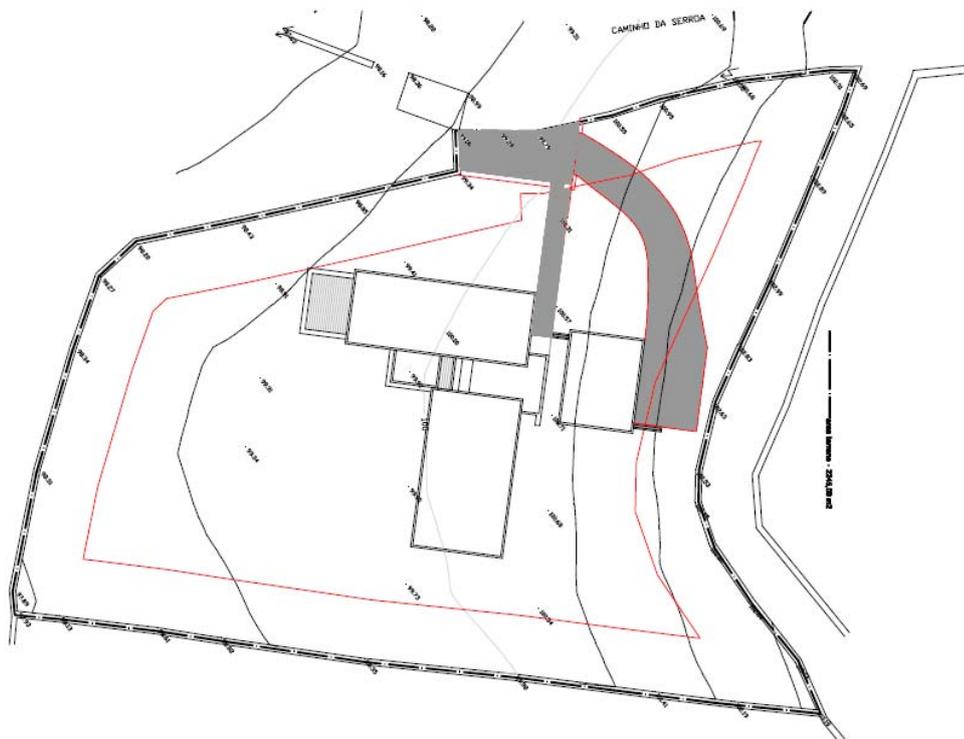
Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



ÁREA PROPOSTA URBANIZÁVEL



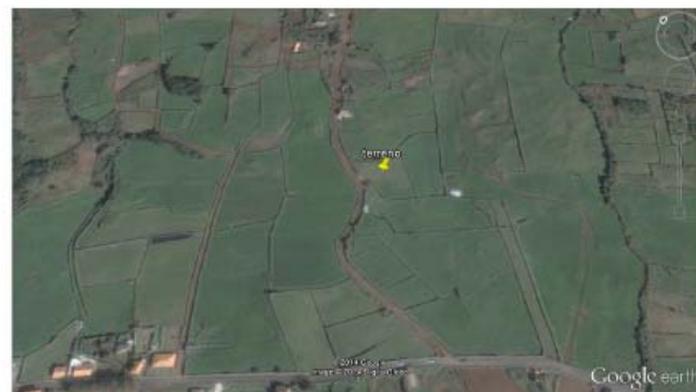
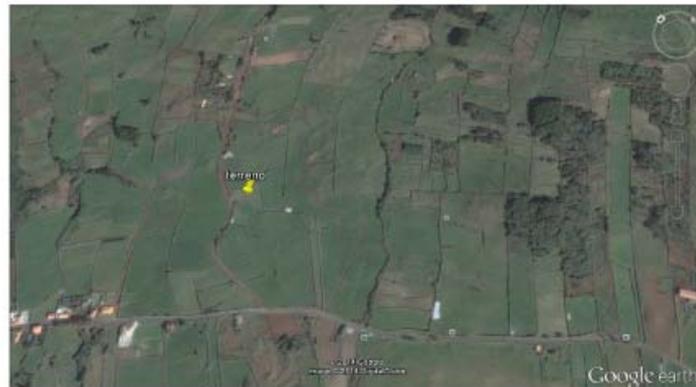
Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



Localização



Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



Fonte: Planta de Condicionantes PDM de Velas, Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas





Fonte: Planta de Ordenamento PDM de Velas, Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas



Fonte: Processo de Auscultação Prévia, Participação Pública do POOC de Velas, Câmara Municipal de Velas